



Ítalo Pires Aguiar

**Maracanã como espaço público subalterno: dos atores aos
sujeitos sociais**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais, do
Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a Maria Alice Rezende de Carvalho

Rio de Janeiro
Setembro de 2021



Ítalo Pires Aguiar

Maracanã como espaço público subalterno: dos atores aos sujeitos sociais

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Profª Maria Alice Rezende de Carvalho

Orientadora

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Prof. Luiz Jorge Werneck Vianna

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Prof. Valter Sinder

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Profª Silene de Moraes Freire

UERJ

Prof. Fernando Antonio da Costa Vieira

UCAM

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2021.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, do autor e do orientador.

Ítalo Pires Aguiar

Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2009). Mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2014). Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária da Seccional do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil desde 2019.

Ficha Catalográfica

Aguiar, Ítalo Pires

Maracanã como espaço público subalterno : dos atores aos sujeitos sociais / Ítalo Pires Aguiar ; orientadora: Maria Alice Rezende de Carvalho. – 2021.

128 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2021.

Inclui bibliografia

1. Ciências Sociais – Teses. 2. Estádio do Maracanã. 3. Cidade do Rio de Janeiro. 4. Esfera pública. 5. Elites nacionais. 6. Universo popular. I. Carvalho, Maria Alice Rezende de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Ciências Sociais. III. Título.

CDD: 300

Para Anna Clara e Flor, criadora e criatura.

Agradecimentos

Inicialmente, agradeço à professora Maria Alice Rezende de Carvalho pela orientação. Todas as qualidades do texto podem ser atribuídas a ela, seu multifacetado conhecimento e sua generosidade em direcionar uma pesquisa com objeto tão particular e atravessada por tantos debates. Devo ao seu esforço a superação de uma escrita lacônica sobre um tema ainda não tão bem delimitado ter se transformado em uma investigação sociológica sobre a construção do estádio do Maracanã.

Não posso deixar de agradecer também aos professores que integraram a banca de qualificação do projeto – Luiz Werneck Vianna, Valter Sinder e Silene de Moraes Freire –, cujas observações foram fundamentais para o amadurecimento das reflexões. De igual forma, agradeço ao conjunto de professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PPGCIS da PUC-Rio) e as qualificadas e sempre dispostas integrantes da secretaria do Programa, Ana Roxo, Aline Selder e Monica Gomes.

Agradeço aos meus colegas de curso André Luís Gomes, Elaine Maria, Joyce Gonçalves, Jaime Lopez, João Gabriel, Gustavo Cravo de Azevedo, Juliana Sousa de Araújo Mochel, Regivaldo Silva do Nascimento, Ana Carolina Santos do Nascimento, Mauro Cordeiro de Oliveira Junior e Vladimir Porfírio Bezerra, interlocutores inquietos que fizeram os temas e autores estudados nas disciplinas ainda mais prazerosos.

Agradeço profundamente todo o apoio prestado pela minha família, especialmente minha espirituosa esposa, Anna Clara – que dava uma gargalhada a cada livro sobre futebol que eu comprava, afinal, não sou um torcedor entusiasmado –, nossa amada filha que acabou de chegar, Flor, meus pais, Sebastião e Maria, e meu irmão, cunhada e sobrinha, Iran, Suzana e Isadora. Não posso esquecer do meu primo Fábio Aguiar Lisboa, entusiasta e pesquisador do tema que abriu as portas de sua biblioteca particular como forma de apoio, e do meu querido amigo Wilton Porciúncula.

Agradeço, ainda, aos membros e colaboradores da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ, do Sindicato dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro, do Movimento Esquerda Socialista, tendência interna do Partido Socialismo e

Liberdade – PSOL, pela compreensão das minhas muitas ausências durante o período de doutoramento, especialmente nos últimos meses. Não posso esquecer dos amigos do “Movimento Direito Para Quem?”.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Destaco que a tese foi escrita durante a pandemia de Covid-19, que ceifou milhões de vidas em todo o mundo e, no Brasil, mais de meio milhão de pessoas. Tempo de luto pelos que se foram e de luta pela vida de nós que ficamos.

Há tantas outras pessoas e instituições que cooperaram com minha trajetória acadêmica até aqui que estou certo de que um constrangedor lapso de memória é inevitável, por isso, agradeço aos professores integrantes da banca de avaliação final do trabalho e encerro essa etapa com um agradecimento genérico a todos que, direta ou indiretamente, me auxiliaram.

Resumo

AGUIAR, Ítalo Pires; CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **Maracanã como espaço público subalterno: dos atores aos sujeitos sociais**. Rio de Janeiro, 2021. 128p. Tese de Doutorado – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A principal sugestão desta tese é que a construção e a formatação original do Estádio do Maracanã não diziam respeito apenas aos interesses das elites nacionais em projetar o Brasil no mundo, mas também à integração popular, com suas demandas e representações, àquele projeto. No percurso de verificação desse argumento, examinaremos os diferentes projetos arquitetônicos habilitados para construção do estádio durante a primeira metade do século XX, os debates suscitados em torno do tema e os atores que os mobilizavam. Do ponto de vista teórico, tomaremos como eixo central o conceito de esfera pública, tal como definida por Jürgen Habermas no livro *Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa* (2014), em permanente diálogo com os novos contornos que o conceito foi adquirindo na produção posterior do autor e de seus interlocutores.

Palavras-chave

Estádio do Maracanã; Cidade do Rio de Janeiro; Esfera Pública; Elites Nacionais; Universo Popular.

Abstract

AGUIAR, Ítalo Pires; CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **Maracanã Stadium as a Subordinate Public Space: from actors to social subjects.** Rio de Janeiro, 2021. 128p. Doctoral Thesis – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro.

The main suggestion of this thesis is that the construction and original formatting of the Maracanã Stadium did not only concern the interests of national elites in projecting Brazil in the world, but also the popular integration, with their demands and representations, to that project. In the course of verifying this argument, we will examine the different architectural projects authorized for the construction of the stadium during the first half of the 20th century, the debates raised around the theme and the actors that mobilized them. From a theoretical point of view, we will take as a central axis the concept of the public sphere, as defined by Jürgen Habermas in the book *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry Into a Category of Bourgeois Society* (2014), in permanent dialogue with the new contours that the concept was acquired in the later production of the author and his interlocutors.

Keywords

Maracanã Stadium; City of Rio de Janeiro; Public Sphere; National Elites; Popular Universe.

Résumé

AGUIAR, Ítalo Pires; CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **Le stade Maracanã en tant qu'espace public subalterne: des acteurs aux sujets sociaux.** Rio de Janeiro, 2021. 128p. Thèse de Doctorat – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

La principale hypothèse de ce travail est que la construction et la conception originale du stade Maracanã ne concernaient pas seulement les intérêts des élites nationales afin de mettre en avant le Brésil dans le monde, mais aussi l'intégration populaire, avec leurs revendications et leurs représentations, à ce projet. Au cours de la vérification de cet argument, nous examinerons les différents projets architecturaux autorisés pour la construction du stade durant la première moitié du XXe siècle, les débats soulevés autour du thème et les acteurs qui les ont mobilisés. D'un point de vue théorique, nous prendrons comme axe central le concept d'espace public, tel qu'il est défini par Jürgen Habermas dans l'ouvrage *Changement structurel dans la sphère publique: études sur la catégorie de la société bourgeoise* (2014), en dialogue permanent avec les nouveaux contours que le concept a acquis dans la production ultérieure de l'auteur et de ses interlocuteurs.

Mots clés

Stade Maracanã; Ville de Rio de Janeiro; Sphère Publique; Élités Nationales; Univers populaire.

Sumário

1 Introdução	15
1.1 Esfera pública burguesa	18
1.2 Esfera pública plebeia	22
1.3 Esfera pública e formação social brasileira	26
1.4 A estruturação da pesquisa	29
2 Uma cidade em construção, três projetos e nenhum estádio	31
2.1 <i>Sportmen</i> versus canelas negras	32
2.2 Entre traves, trilhos e trabalho	38
2.3 A institucionalização do futebol no Brasil	45
2.4 Os projetos de estádio da Universidade do Brasil	47
2.4.1 A modernidade eletiva entre os estádios de Le Corbusier e de Lúcio Costa	49
2.4.2 A monumentalidade fascista do estádio de Marcelo Piacentini	58
2.5 Apontamentos finais do capítulo	62
3 Mais projetos e nenhum estádio	63
3.1 A copa de 1938 e a invenção do <i>foot-ball</i> mulato	63
3.2 A permanência da hipótese freyreana sobre o futebol	73
3.3 O estádio nacional de Niemeyer	76
3.4 O estádio municipal de Henrique Dodsworth	84
3.5 Apontamentos finais do capítulo	87
4 Uma Copa e a urgência de um novo estádio	89
4.1 A candidatura brasileira para sediar a IV Copa do Mundo de Futebol	89
4.2 A batalha do estádio	91
4.2.1 Os protagonistas dos debates e seus jornais	92
4.2.1.1 Mário Filho e o <i>Jornal dos Sports</i>	94
4.2.1.2 Carlos Lacerda e o <i>Correio da Manhã</i>	102
4.3 Reformar um antigo estádio ou construir um novo?	106
4.4 Onde construir o estádio?	109
4.5 Quem construirá o estádio?	113
4.6 Como financiar a construção do estádio?	114
4.7 Apontamentos finais do capítulo	115
5 Conclusão	117
6 Referências bibliográficas	123

Lista de figuras

Figura 1 – Foto dos jogadores do time de futebol, temporada de 1908, do Clube Fluminense

Figura 2 – Foto com imagens da arquibancada de um jogo de futebol

Figura 3 – Cópia do ofício informando o desligamento do Vasco da Gama da AMEA

Figura 4 – Foto aérea do antigo Derby Club

Figura 5 – Projeto de cidade universitária elaborado por Le Corbusier para a Universidade do Brasil

Figura 6 – Projeto de cidade universitária elaborado por Lúcio Costa para a Universidade do Brasil

Figura 7 – Pórtico da cidade universitária elaborado por Lúcio Costa para Universidade do Brasil

Figura 8 – Praça localizada na entrada da cidade universitária elaborado por Lúcio Costa para Universidade do Brasil

Figura 9 – Eixo central, na forma de Alameda, da cidade universitária elaborada por Lúcio Costa para Universidade do Brasil

Figura 10 – Comparação global entre os projetos de Le Corbusier e Lúcio Costa

Figura 11 – Maquete do projeto da cidade universitária da Universidade do Brasil elaborado por Marcello Piacentini para Universidade do Brasil

Figura 12 – Maquete do estádio do projeto elaborado por Marcello Piacentini para Universidade do Brasil

Figura 13 – Maquete do projeto de Estádio Nacional e de Escola Nacional de Educação Física e Desportos elaborado por Niemeyer

Figura 14 – Vista aérea do Centro Nacional de Festividades Populares

Figura 15 – Arena de Ginástica do Estádio Nacional

Figura 16 – Elevação do projeto de Oscar Niemeyer para o Estádio Nacional

Figura 17 – Corte perspectivado do projeto de Oscar Niemeyer para o Estádio Nacional

Figura 18 – Trecho da edição do jornal *A Noite* de 2 de novembro de 1943

Figura 19 – Corte do projeto do projeto de estádio elaborado por Pier Luigi Nervi e Cesare Valle

Figura 20 – Perspectiva do projeto de estádio municipal

Figura 21 – Fachada do Estádio de São Januário

Figura 22 – Figura 22 – Trecho da edição do *Jornal dos Sports*, edição 05441/1947

Figura 23 – Ilustração integrante do anteprojeto de cidade olímpica projetada por Antonio Laviola em 1938

Figura 24 – Trechos da edição do *Jornal Sports* de 19 de agosto de 1947

Figura 25 – Croqui do Estádio Nacional Sociedade Anônima

Figura 26 – Planta do Estádio do Maracanã

Figura 27 – Foto aérea da versão original do Estádio do Maracanã

Figura 28 – Torcedores na geral do Estádio do Maracanã

Siglas

APEA – Associação Paulista de Esportes Atléticos
CBD – Confederação Brasileira de Desportos
CBF – Confederação Brasileira de Futebol
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CND – Conselho Nacional de Desportos
DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
DNP – Departamento Nacional de Propaganda
ENBA – Escola Nacional de Belas Artes
ENSA – Estádio Nacional Sociedade Anônima
FBF – Federação Brasileira de Futebol
FIFA – Federação Internacional de Futebol
IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública
ONU – Organização das Nações Unidas
PCB – Partido Comunista do Brasil
PPGAS / Museu Nacional / UFRJ – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro
PTB – Partido Trabalhista do Brasil
UDN – União Democrática Nacional
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Cada um como entrando em sua casa. Depois de visto e revisto o Estádio, todos os cantos esmiuçados, o homem do povo, o operário, o estudante, o granfino – enfim, todos os setores da vida social de uma grande metrópole – demonstravam que tudo estava perfeito.

Jornal dos Sports, edição de 18 de junho de 1950.

1 Introdução

Em 1936, durante o governo constitucional de Getúlio Vargas, foi realizado um concurso para elaboração do projeto da cidade universitária da Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). Nessa oportunidade, tanto Le Corbusier quanto Lucio Costa, ambos com a colaboração do jovem Niemeyer, apresentaram propostas. No entanto, ambos os projetos foram rejeitados pelos professores que integravam a comissão julgadora, resistentes ao modernismo que pautava a arquitetura dos dois competidores.

Diante do impasse, Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde, contratou o prestigiado arquiteto italiano Marcello Piacentini, conhecido pela elaboração do projeto da Universidade de Roma e entusiasta do fascismo italiano, para preparação de um novo plano. Ocorre que, por conta do afastamento político do Brasil dos países integrantes do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), o projeto de Piacentini, que contou com a colaboração do engenheiro italiano Vittorio Morpurgo, assim como seus dois antecessores, nunca saiu efetivamente do papel.

Todos os três projetos tinham como referência geográfica o terreno que anteriormente abrigara o Derby Club, na conurbação dos bairros de São Cristóvão, Vila Isabel e Tijuca. Ao fim e ao cabo, nenhum dos três projetos foi realizado. Além do estranhamento da comissão com o modernismo de Corbusier e Costa e da mudança de rumos da nossa política internacional, a necessidade de desapropriações de diversos terrenos e construções, assim como o alto valor orçado para a construção do campus fomentaram a oposição quanto ao local e à empreitada em si.

Os três projetos de cidade universitária traziam em seus traços a proposta de construção de uma ampla praça esportiva, todas tendo como elemento de maior destaque um estádio de futebol, garantindo tanto o fomento do ensino técnico da educação física quanto reconhecendo o crescente prestígio que as práticas esportivas, sobretudo a do futebol, ganhavam entre nós desde o início do século XX. A política varguista capturou o futebol como plataforma de fortalecimento do sentimento de pertencimento nacional.

A dispersão dos grandes símbolos, acontecimentos e personalidades que dessem sentido à união nacional e, conseqüentemente, ajudassem na solução das cismas do acelerado processo de inserção na modernidade que atravessávamos, foi ocupada através da aproximação estatal da paixão despertada pelo esporte. Da mesma forma como fez com o samba, o Estado elegeu o futebol como um dos principais eixos de propaganda da identidade nacional.

Nesse contexto, a construção do novo estádio da então capital da República se tornou um evento de elevada importância política. Em 1941, Getúlio Vargas criou o Conselho Nacional de Desportos (CND). No mesmo ano, Capanema, ainda titular do Ministério da Educação e Saúde, ao qual o CND estava subordinado, promoveu um novo concurso para construção do Estádio Nacional e da Escola Nacional de Educação Física e Desportos.

O projeto elaborado por Oscar Niemeyer, o projeto elaborado por Pedro Paulo Bernardes Bastos e Antônio Augusto Dias e o projeto da equipe formada por Renato Mesquita dos Santos, Thomaz Estrella, Jorge Ferreira e Renato Soeiro foram, em janeiro de 1942, selecionados em um primeiro escrutínio. Apesar de longos e acalorados debates, o Estado Novo foi superado sem uma definição em favor da construção de nenhum deles.

Assim como os três projetos iniciais para a cidade universitária, os projetos de Estádio Nacional tinham como referência para construção o terreno do antigo Derby Club, na tríplice fronteira entre os bairros de São Cristóvão, Vila Isabel e Tijuca. Paralelo ao novo concurso de Capanema, o prefeito do Rio de Janeiro, Henrique Dodsworth, também interessado no prestígio político decorrente da construção de um novo e monumental estádio de futebol, solicitou um projeto de Estádio Municipal aos arquitetos Rafael Galvão e Orlando Azevedo.

O projeto de Galvão e Azevedo foi profundamente influenciado pelo Estádio de Roma e tinha, diferentemente dos anteriores, indicação geográfica de sua edificação – o campo de São Cristóvão, também na zona norte da cidade. A disputa pelo protagonismo entre as instâncias distrital e federal mais uma vez frustrou a construção do estádio. Nenhum dos projetos efetivamente se concretizou, e novamente a tão sonhada e debatida construção do novo estádio de futebol foi adiada.

Muito embora o secretário-geral da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), o jornalista Célio de Barros, tenha defendido a candidatura do Brasil para

sediar a IV Copa do Mundo durante o XXIV Congresso da Federação Internacional de Futebol (FIFA), realizado em 1938 na cidade de Paris, a escolha do país sede do evento, previsto inicialmente para ser realizado no ano de 1942, ficou suspensa em razão dos conflitos da Segunda Grande Guerra. A eleição só ocorreu, de fato, em 1946, durante o Congresso de Luxemburgo, ocasião em que a delegação brasileira reafirmou nossa candidatura e saiu vitoriosa, derrotando a pretensão de nossos vizinhos argentinos.

Contudo, faltava na então capital da República um estádio digno da grandeza de um evento esportivo desse porte. Foi no bojo dessa ausência que os debates sobre a construção de um grande estádio de Futebol foram reativados, e junto com eles antigas e novas polêmicas. Finalmente, em 16 de junho de 1950, em uma partida comemorativa entre as seleções do Rio de Janeiro e de São Paulo, a capital da República celebrou a inauguração do Estádio Municipal, que desde seus primeiros dias ficou amplamente conhecido como Estádio do Maracanã, nome de um rio que corta a região.

São os projetos arquitetônicos, as ideias que eles sintetizavam e os atores que as mobilizaram que investigaremos. A estreita relação entre sociedade, nação e futebol já era uma realidade ao tempo dos primeiros projetos, o esporte já estava em avançado processo de enraizamento em todo o país desde o início do século passado. Ocorre que a escolha do Brasil como sede da próxima Copa do Mundo de Futebol em 1946, por um lado, fez da antiga necessidade de construção de um novo estádio uma urgência diplomática e, por outro lado, catalisou ainda mais a participação popular no debate. Afinal, trouxe para o seu centro a paixão que o futebol, em especial o praticado pela seleção brasileira, causava em todo o país, especialmente na sua capital.

Uma obra dessa magnitude real e simbólica é passível de muitas (e até mesmo contraditórias) classificações. Apesar disso, entendemos que a formatação final do estádio e como ela acolheu o público pobre em seu interior diz muito não apenas dos grandes debates que as elites políticas e econômicas travaram sobre a sua construção, mas, especialmente, sobre os anseios e representações populares que foram mobilizados durante o longo percurso entre os primeiros debates sobre a edificação do Maracanã e a sua efetiva inauguração.

Para construção do nosso argumento, levamos em conta o conceito de esfera pública como desenvolvido por Jürgen Habermas no livro *Mudança estrutural da*

esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa (2014), isso em permanente diálogo com os novos contornos que o tema ganhou na produção posterior do autor e com as críticas e os aperfeiçoamentos que ele sofreu. Assim, antes de procedermos à reconstrução do conceito de esfera pública no contexto histórico-social de que trata esta tese, será necessária uma breve explanação de como o conceito foi abordado na agenda de pesquisa de Habermas.

Obviamente, não temos nenhuma pretensão de escrutinar o estado da arte do complexo edifício teórico estruturado por Habermas nas últimas décadas, mas tão somente apresentar as principais delimitações que ele deu ao conceito de esfera pública em suas investigações e a interlocução que Nancy Fraser e outros autores estabeleceram com o autor. Destarte, tratarei brevemente dos temas da esfera pública burguesa, da esfera pública plebeia e da intercessão do tema com os estudos sobre a formação social brasileira.

1.1 Esfera pública burguesa

Muito embora a preocupação com uma esfera pública politicamente pujante esteja presente em toda a sua produção teórica, Habermas se dedicou com maior vigor à temática na sua tese de livre-docência, *Mudança estrutural da esfera pública*, defendida perante a Faculdade de Filosofia da Universidade de Marburg em 1961 e publicada no ano seguinte. Naquela oportunidade, estudou o aperfeiçoamento da vida pública e política europeia entre o final do século XVII até meados do século XX, notadamente as experiências inglesa, francesa e alemã, descrevendo um novo espaço de mediação entre o mercado e o Estado, cujo funcionamento é marcado pela força do melhor argumento (razão) em um debate entre indivíduos livres e iguais.

Habermas inscreveu a esfera pública como uma categoria basilar da correta compreensão da sociedade moderna, pois a definiu, juntamente com o Estado e o mercado, como elemento estruturante da organização do nosso ordenamento político. Contudo, segundo o próprio filósofo social alemão, a esfera pública não nasceu como instância eminentemente política. Na verdade, tem sua origem ainda no capitalismo mercantil, se estruturando a partir da necessidade dos comerciantes por cada vez mais informações sobre os eventos que afetavam seus negócios. Foi

nesse contexto que os correios e a imprensa se institucionalizam como instrumentos regulares de comunicação.

Com a popularização das companhias de comércio no século XVI, suas empreitadas em favor de novos fornecedores e, sobretudo, da expansão dos mercados de consumo de seus produtos, essa demanda se tornou ainda mais central. No mesmo período, o processo de organização do Estado moderno avançava através do seu desenvolvimento burocrático em favor da cobrança de impostos e da manutenção de um exército permanente e profissional. Ao mesmo passo que as antigas corporações entravam em crise, as companhias de comércio se estabeleciam e enlaçaram cada vez mais seus objetivos com o Estado.

É nesse cenário que uma nova camada de burgueses ilustrados se estabeleceu, alocados principalmente nas estruturas intermediárias da burocracia pública. Os novos burgueses se diferenciam dos demais mediante o domínio da leitura. Assim, surgiu na Europa uma esfera pública literária, inicialmente com discussões e interesses em debates de cunho eminentemente especulativo. A esfera pública literária não tinha pretensões políticas. Ao contrário, ela foi caracterizada pela ampliação da participação privada em debates públicos sobre questões de natureza artística.

Configurava uma espécie de reação cultural à rígida estrutura aristocrática. Fomentava o pensamento crítico, mas ainda sem entrar no campo político em sentido estrito. Aos poucos, os cafés, os salões, os bares, as casas de chás, os *pubs*, os teatros, os concertos e os museus onde se encontravam esses homens letrados foram se tornando o palco de discussões de natureza também política. A esfera pública literária forjou a constituição de um foro de debates públicos sobre questões de interesse geral e passou a formar uma opinião pública com autoridade suficiente para intervir nos temas políticos.

Os periódicos e semanários surgidos como expressão da esfera pública literária aos poucos foram ampliando seus debates para outros campos e tornaram-se elementos fundamentais da configuração da esfera pública política. Assim, foi nos bares, cafés, clubes de leitura e salões das cidades com forte presença burguesa que a esfera pública política ganhou seus primeiros contornos. O crescimento acelerado das relações comerciais, o fortalecimento de uma imprensa política de viés crítico, assim como o afastamento da figura do intelectual dos poderes

constituídos são causas e consequências do amadurecimento e da afirmação da esfera pública como espaço de mediação entre a sociedade civil e o Estado.

A esfera pública política tomou contornos de um espaço com profundo interesse sobre o público e com muitas intercessões com a economia, mas que responde a uma lógica própria que a distingue desses dois campos. Para Habermas, a esfera pública política é regida pela razão e, portanto, pela força do melhor discurso em um debate entre iguais. É nesse espaço que a burguesia instruída começa a refletir sobre o Estado e suas diretrizes e, com o amadurecimento da esfera pública política, transformar essa reflexão em abrigo institucional (parlamento) e organizar meios próprios de comunicação (jornais, revistas e toda sorte de instrumento de comunicação capaz de expressar suas reivindicações).

Na Inglaterra, a principal expressão da constituição de uma esfera pública se deu mediante a afirmação institucional da participação popular nas esferas de poder através do parlamento, ou seja, a esfera pública avançou sobre o Estado, tendo, ainda, se escorado no fortalecimento da imprensa como meio essencial de fiscalização e intervenção burguesa na coisa pública. A França, muito embora atrasada se comparada com a iniciativa inglesa por conta de sua conjuntura particular, fez da sua expressão da esfera pública no campo jurídico um modelo universal.

Com o avanço da expressão burguesa na França, o estabelecimento de uma intelectualidade a ela alinhada e de uma imprensa de verve crítica, a expressão da esfera pública francesa assumiu a vanguarda simbólica do tema em toda a Europa. As constituições de 1791 e 1793 deram substância legal à esfera pública através da positivação dos direitos civis e políticos. A esfera pública tornou-se uma das categorias centrais da forma de organização sociopolítica moderna, assumindo papel fundamental na organização do Estado de direito liberal através, sobretudo, da forma de governo parlamentar e do direito privado como manifestação da autonomia privada.

Assim, a esfera pública burguesa se constituiu uma espécie de *front* multifacetado da sociedade liberal em busca da adequação das políticas públicas aos seus interesses e não mais como mera expressão da vontade do Estado/soberano/clero. No entanto, como destacado pelo próprio Habermas em seu estudo, a esfera pública em que ele concentrou a sua análise é aquela que emergiu

com maior vigor da ascensão da burguesia e do mundo que ela forjou a partir das ruínas da Idade Média, ou seja, uma esfera pública tipicamente burguesa.

Portanto, a afirmação da esfera pública esteve inarredavelmente ligada à própria afirmação da burguesia enquanto classe social. Sua consolidação esteve também atrelada à urbanização crescente, à ampliação do acesso à educação, à massificação dos cafés, salões e clubes de leitura, e, principalmente, à importância adquirida pela imprensa enquanto instância autônoma de debate sobre questões públicas. Ou seja, a esfera pública foi impulsionada em espaços e através de iniciativas onde a nova classe social tencionava as ações estatais mediante análises de viés eminentemente privado.

Um espaço aberto aos novos atores sociais e pautado pela força do melhor argumento. A esfera pública burguesa constitui-se como espaço de formulação crítica aos temas de interesse geral, até então monopolizados pela Igreja e pelo Estado. Um instrumento de mediação entre as demandas privadas e o poder público.

A esfera pública é uma reação da burguesia ao estado absolutista, ou seja, de uma sociedade civil que se apõe ao Estado, mas não pretende o destruir ou suceder seu domínio, mas o adequar a suas demandas, garantindo que ele opere em favor das condições da reprodução de uma economia capitalista de mercado. Para isso, mantendo a estrutura do Estado, mas redirecionando sua fonte de legitimidade do poder, delimitando seu âmbito de atuação e, sobretudo, o submetendo permanentemente à crítica mediante o uso público da razão. Um Estado em permanente tensão com a opinião pública.

Em *Mudança estrutural da esfera pública*, Habermas investigou a formação da esfera pública liberal burguesa a partir Alta Idade Média. Por certo, originalmente ainda sem inclinações políticas em sentido estrito. Porém, como contraponto cultural às rígidas amarras da sociedade de organização aristocrática. A esfera pública literária organizada pela burguesia ilustrada nas grandes cidades e centros comerciais teve como centro os debates sobre artes e letras em geral.

Aos poucos a esfera pública literária passou a avocar funções reflexivas sobre a administração pública e seu funcionamento, assumindo o papel de mediação entre o Estado e a sociedade civil, um espaço de organização da sociedade civil contra o Estado. O princípio de publicidade se impõe contra a antiga compreensão do segredo como pressuposto do Estado, prática comezinha das monarquias absolutistas medievais. A esfera pública, agora declaradamente política, assumiu

viés normativo, uma vez que busca sua legitimação no Estado de Direito. Para tanto, buscou bases jurídicas que justificassem a opinião pública como instrumento de legitimação das atividades estatais.

Habermas elaborou um estudo histórico-sociológico da esfera pública burguesa esclarecida e politizada surgida do contexto entre os séculos XVIII e XIX, destacando seus aspectos normativos em uma perspectiva ideal, que entrou em declínio diante das modificações sociais típicas do capitalismo contemporâneo. As considerações iniciais de Habermas sobre o tema foram profundamente influenciadas pela perspectiva da Teoria Crítica. Portanto, com alto grau de pessimismo sobre a validade de uma esfera pública crítica diante do capitalismo contemporâneo, mas não completamente fechadas a tal possibilidade, deixando em aberto o debate sobre a urgência da recuperação da pujança anterior.

Em grande medida, sempre que Jürgen Habermas retoma esse debate, ainda que sob outra orientação metodológica, ele é pautado pela tentativa de solução desse impasse. Diferentemente das páginas finais de *Mudança estrutural e esfera pública*, cuja análise do papel da esfera pública na contemporaneidade era eminentemente pessimista, na produção mais recente do filósofo alemão, a esfera pública é novamente compreendida como um instrumento essencial da promoção da autonomia e da emancipação humana, assim como do incremento dos valores democráticos.

Essa mudança de perspectiva ganha maior sistematização nos estudos de Habermas com o desenvolvimento de suas análises sobre o agir comunicativo como antagonista do avanço da razão instrumental sobre o mundo vivido (2012a; 2012b). É nesse inovador bojo analítico que a esfera pública retoma alto grau de centralidade no pensamento do filósofo alemão e suas preocupações com o aprofundamento da experiência democrática no mundo contemporâneo.

1.2

Esfera pública plebeia

Já no prefácio à primeira edição de *Mudança estrutural da esfera pública*, após breves considerações metodológicas sobre o instrumental analítico utilizado na investigação e a classificação dada ao objeto dela, Habermas expôs abertamente que sua preocupação era reconstruir o percurso histórico e social da formação da

esfera pública de caráter burguês que emergiu da transição europeia da Alta Idade Média em direção à modernidade. Dessa maneira, o teórico alemão reconheceu a existência de uma esfera pública plebeia, mas fez a opção metodológica de não concentrar sua atenção nela:

A investigação limita-se à estrutura e à função do modelo *liberal* de esfera pública burguesa, à sua origem e à sua transformação, ou seja, refere-se aos traços de uma forma histórica que se tornou dominante e desconsidera a variante representada por uma esfera pública plebeia que foi como que reprimida no processo histórico. Naquele estágio da Revolução Francesa que está vinculado ao nome de Robespierre, entra em funcionamento – uma esfera pública que se despiu de sua vestimenta literária – seu sujeito não eram mais “os estamentos cultos”, mas sim o “o povo inculto”. Porém mesmo essa esfera pública plebeia, que sobrevive subterraneamente no movimento cartista e nas tradições anarquistas do movimento trabalhista continental, continua ainda orientada pelas intenções da esfera pública burguesa – do ponto de vista da história espiritual, é uma herança do século XVIII, tal como a esfera pública burguesa (...) Nossa investigação estiliza os elementos liberais da esfera pública burguesa e suas transformações no Estado de bem-estar social. (Habermas, 2014, p.91)

Logo, Habermas reconheceu às movimentações populares paralelas a esfera pública liberal-burguesa, notadamente os levantes cartistas na Inglaterra e os movimentos sindicais de inspiração anarquistas no âmbito da Europa continental. Contudo, em razão da hegemonia consolidada que o espaço público nos moldes burgueses alcançou na sociedade moderna, abdicou metodologicamente de estudá-los profundamente. Destarte, Habermas conscientemente decidiu focar seus estudos no campo que acreditou ter maior hegemonia e alcance, isso sem ignorar a existência de esferas públicas concorrentes à liberal-burguesa.

Já no prefácio à décima sétima edição da publicação de sua tese de livre docência, traduzida para a língua portuguesa como *Esfera pública 30 anos depois*, após realizar um longo inventário das críticas formuladas ao tratamento dado ao tema, Habermas admite que o recorte aplicado ao objeto de seus estudos o impediu de compreender a operação e a importância das esferas públicas plebeias. Nesse sentido, entendemos que as críticas formuladas às limitações do conceito de esfera pública burguesa respondem muito mais à indicação da urgência de uma agenda de pesquisa que tenha como objeto as interações políticas dos “de baixo” do que à desqualificação completa da sua concepção original.

Nesse contexto, temos especial interesse pelas críticas formuladas por Nancy Fraser (1990; 1992), uma vez que seus apontamentos buscam não apenas demarcar

as limitações do tema como abordado por Habermas em sua tese de livre-docência, mas, principalmente, a (re)politização dos debates sobre a esfera pública. Para tanto, propõe a interseção do tema com uma nova agenda de fortalecimento da democracia oriunda do contexto posterior à Guerra Fria¹. Fraser busca aproximar a teoria crítica, da qual ela e o próprio Habermas são profundamente tributários, dos movimentos sociais contemporâneos e dos problemas concretos que eles buscam enfrentar.

Sem abdicar do esforço teórico de Habermas, Fraser critica o desenho excessivamente liberal dado pelo filósofo alemão ao seu modelo ideal de esfera pública, apontando que ela não era acessível para todos, ao contrário, era disponível apenas para uma pequena parcela da sociedade, e, ainda que fosse, isso não garantiria que ela pautasse mudanças relevantes em relação às desigualdades. Portanto, limitada tanto diante da agenda de inclusão quanto da luta pela superação significativa das diferenças materiais.

Para Fraser, não basta o reconhecimento de um determinado grupo excluído mediante a sua inscrição no debate público. A inclusão sem prévia compreensão sobre os motivos pelos quais uma parcela da sociedade é marginalizada não garante a superação desse estado de coisas. Diferentemente de Habermas, que julga possível a suspensão discursiva das desigualdades econômicas e sociais em favor da deliberação sobre as formas de superá-las, Fraser defende que as deliberações primeiro se concentrem nas desigualdades, de modo a torná-las evidentes, e somente depois disso o debate passe para a deliberação sobre temas gerais².

Fraser problematiza, ainda, a excessiva importância atribuída à esfera pública de traços burgueses, ignorando a relevância dos debates e formulações de outros nichos sociais³, que não eram necessariamente apenas reflexos da forma e dos interesses tratados na esfera pública oficial, mas espaços de afirmação de ideias, aspirações e modos de interação próprios. Por fim, Fraser aponta as limitações da rígida distinção feita entre “bem comum” e “interesse particular” e entre “sociedade civil” e “estado”, ambas as distinções excessivamente normativas e liberais, e assim insuficientes diante das demandas democráticas contemporâneas:

¹ Sociedades estratificadas e multiculturais.

² Segundo o exposto na palestra de abertura do III Seminário Cidades, Territórios e Direitos, organizado pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e proferida em 5 de outubro de 2020, questão semelhante tem orientado as pesquisas atuais da professora Maria Alice Rezende de Carvalho (PUC-Rio).

³ Mulheres, operários, camponeses etc.

any conception of the public sphere that requires a sharp separation between (associational) civil society and the state will be unable to imagine the forms of self-management, inter-public coordination, and political accountability that are essential to a democratic and egalitarian society. The bourgeois conception of the public sphere, therefore, is not adequate for contemporary critical theory. What is needed, rather, is a post-bourgeois conception that can permit us to envision a greater role for (at least some) public spheres than mere autonomous opinion formation removed from authoritative decision-making. (1990, p.76)

Para Fraser, a fronteira entre privado e público é muito mais dinâmica do que o apontado por Habermas. A esfera pública não está limitada aos temas que majoritariamente são compreendidos como públicos e interdita aos temas cuja compreensão socialmente assentada os caracteriza como privados. Superar a rigidez dessa diferenciação significa abrir o debate público para temas socialmente relevantes, mas até então ignorados em razão da sua classificação como integrante da agenda intimista. O exemplo que Fraser trabalha como icônico dessa mudança é o debate público hoje em curso sobre a violência doméstica.

A filósofa americana critica, ainda, a rigidez habermasiana na diferenciação entre sociedade civil e Estado. Fraser propõe uma divisão entre um público fraco – vinculado à sociedade civil, onde está concentrada a formação de opinião sem capacidade imediata de tomada de decisão, e um público forte, diretamente ligado às instituições de Estado, local em que a formação de opinião e a possibilidade da tomada de decisão caminham juntas. O público forte teria a função de traduzir as opiniões em decisões. A conjugação entre sociedade civil, através do público fraco, e o Estado, através do público forte, é fundamental para compreensão da esfera pública nas democracias contemporâneas.

Em sentido contrário à orientação teórico-metodológica adotada por Habermas, Fraser reclama a existência e a relevância de múltiplas esferas públicas. Foi através do estudo empírico das esferas públicas até então ignoradas pela teoria crítica, notadamente os movimentos feministas que surgiram nas décadas de 1970 e 1980 do século passado, que Nancy Fraser formulou o conceito de *subaltern counterpublics*, espaços de construção discursiva operada pelos “de baixo” ao largo das instâncias oficiais, forjando suas identidades, demandas e plataforma de reivindicações particulares.

Para Fraser, os *subaltern counterpublics* operam paralelamente à esfera pública oficial e em contraposição direta com ela, caracterização reforçada ainda

mais em sociedades profundamente estratificadas. Por isso, desde o início de sua constituição, a esfera pública burguesa buscou conter e excluir suas manifestações:

Virtually from the beginning, counterpublics contested the exclusionary norms of the bourgeois public, elaborating alternative styles of political behavior and alternative norms of public speech. Bourgeois publics, in turn, excoriated these alternatives and deliberately sought to block broader participation. As [Geoff] Eley puts it, “the emergence of a bourgeois public was never defined solely by the struggle against absolutism and traditional authority, but... addressed the problem of popular containment as well. The public sphere was always constituted by conflict”. (Fraser, 1990, p.61)

Por fim, nos parece relevante destacar que Fraser reconhece que, não obstante comprimam um importante papel no aperfeiçoamento das democracias contemporâneas, nem sempre as *subaltern counterpublics* são virtuosas. Regularmente, possuem dinâmica deficitária em relação à agenda igualitária:

I do not mean to suggest that subaltern counterpublics are always necessarily virtuous; some of them, alas, are explicitly anti-democratic and anti-egalitarian; and even those with democratic and egalitarian intentions are not always above practicing their own modes of informal exclusion and marginalization. Still, insofar as these counterpublics emerge in response to exclusions within dominant publics, they help expand discursive space. In principle, assumptions that were previously exempt from contestation will now have to be publicly argued out. In general, the proliferation of subaltern counterpublics means a widening of discursive contestation, and that is a good thing in stratified societies. (Fraser 1992, p. 124)

A recepção das obras de Habermas no Brasil e, mais recentemente, a popularização das publicações de seus interlocutores deram cabo a uma nova agenda de pesquisa, que trata tanto da esfera pública de caráter burguês como também das esferas e espaços públicos forjados pela interação dos excluídos e de sua relação com as instâncias oficiais. Nesse último aspecto, Fraser destaca a inclinação contestatória da *subaltern counterpublics*, mas, desse já, nos parece importante destacar que ela estabelece também canais de troca e diálogo (ainda que desiguais e mediados por suas compreensões de mundo particulares).

1.3 Esfera pública e formação social brasileira

Tanto as contribuições de Habermas quanto as de Fraser encontraram na sociologia brasileira terreno fértil. Dentre os muitos interlocutores pátrios, entendo que o que mais dialoga com minha pesquisa é Fernando Perlatto (2018). Afinal,

Perlatto reconstrói o conceito de esfera pública em contraposição à historiografia brasileira e em diálogo com outros autores internacionais cuja produção está muito mais próxima de nossa realidade, notadamente Antonio Gramsci. A conjugação entre as teorias de Habermas e Gramsci em confronto com a formação social brasileira abre um horizonte analítico de maior envergadura para análise dos debates sobre a construção do Estádio do Maracanã.

Segundo levantamento realizado por Fernando Perlatto (2018) acerca do estado da arte entre formação social brasileira e esfera pública, há na sociologia brasileira duas grandes diretrizes interpretativas da relação entre esfera pública e nossa formação social. A primeira, destacando a fragilidade do nosso espírito público diante de nossas inclinações aos valores privados, afirma que não é possível verificar uma esfera pública no Brasil. Já a segunda atesta que a esfera pública no Brasil surgiu tardiamente através das experiências vividas pela sociedade brasileira a partir das últimas décadas do século passado, mais exatamente no final da ditadura militar e no curso da nova república.

Perlatto, por outro lado, defende a hipótese que o despertar de uma esfera pública no Brasil remonta ao século XIX. Desse modo, apesar de reconhecer a importância da centralidade dada ao tema nas pesquisas que orientam a segunda grande diretriz, a considera insuficiente, pois ela ignora os debates travados na maior parte de nossa história. Para justificar sua posição, Perlatto mobiliza o argumento de Jessé Souza (2000) sobre o surgimento do mercado e do Estado no Brasil, bem como a moderna historiografia brasileira.

Perlatto considera equivocada a compreensão de que inexistia uma esfera pública no Brasil ou de que o seu aparecimento é fruto do contexto específico das últimas décadas. Da mesma forma como o Estado e o mercado têm seus primeiros esboços forjados no Brasil ainda no século XIX, os primeiros traços de um debate público no Brasil também teriam surgido nesse período.

O autor defende, também, que, da mesma forma como a nossa modernidade foi configurada de maneira seletiva (conjugando elementos e permanências pré-modernas com vetores de vanguarda), a constituição da nossa esfera pública detém essa mesma característica. Desse modo, a esfera pública “configurou-se no Brasil desde o século XIX, ainda que sua construção tenha sido marcada pela *seletividade*, tanto no que tange aos personagens capazes de nela operar quanto em relação aos temas a serem debatidos em seu âmbito” (Perlatto, 2018, p.55).

Por outro lado, Perlatto (2018, p.55) defende em sua investigação que, paralelamente à constituição da esfera pública oficial no Brasil, ocorreu igualmente a formação de *esferas públicas subalternas*, ou seja, espaços de interação, reflexão e ação operados pelas camadas populares da sociedade brasileira:

Nesse sentido, é importante ressaltar desde já que, a despeito de separarmos analiticamente a esfera pública seletiva e as esferas públicas subalternas, não se pretende sugerir que elas se configuraram de maneira isolada. Pelo contrário. Parte-se do pressuposto de que essas esferas se relacionam permanentemente, quer de forma dialógica, quer de maneira conflituosa. Não obstante se reconheça a existência de uma “circularidade cultural” entre essas esferas – para utilizar a formulação conceitual de Ginzburg (1998), em diálogo com Mikhail Bakhtin –, com cada qual filtrando determinados elementos da outra, a partir de seus próprios valores e condições de vida, é preciso reconhecer que as relações comunicacionais entre elas se deram, historicamente, de maneira desigual, com a busca constante da primeira em construir um discurso hegemônico sobre a segunda. Além disso, como bem percebido por Nancy Fraser, em sociedades estratificadas, as relações entre os diferentes públicos pertencentes a estas esferas tendem a ser mais de contestação do que de propriamente de deliberação. (Fraser, 1992)

Como visto, diferentemente da excessiva conotação conflitiva dada por Nancy Fraser ao conceito de *subaltern counterpublics*, Perlatto reconhece que as esferas públicas subalternas também se relacionam de forma dialógica com a esfera pública oficial. Apesar de reconhecer expressamente que tal diálogo ocorre de forma assimétrica, o conceito operado por Perlatto se diferencia nesse aspecto do definido pela pensadora americana.

Em seus estudos, Perlatto pontua, ainda, que nem sempre as manifestações subalternas são operadas através de falas políticas ou visam disputar a institucionalidade da esfera pública burguesa, ao contrário, com frequência assumem o formato de resistências infrapolíticas. Portanto, através de práticas e discurso subalternos a partir dos quais se milita contra a exploração material e as formas de dominação simbólicas. Diante da negativa de espaço no discurso oficial, os agrupamentos populares exercem práticas e inventam formas expressivas próprias, discursos ocultos através dos quais buscam romper com a hegemonia da fala oficial:

Dessa forma, os setores populares, no Brasil, foram capazes de resistir à imposição hegemônica construída na esfera pública seletiva, logrando estabelecer, em determinados momentos, esferas públicas subalternas, que a despeito de não conseguirem alçar suas demandas à esfera pública elitista e, por conseguinte, disputarem hegemonia na sociedade, foram capazes de construir outros discursos,

ancorados em uma cultura popular repleta de força inovadora, criatividade e potencialidade. (Perlatto, 2018, p. 72-73)

Adotaremos, prioritariamente, o conceito de esfera pública subalterna como eixo teórico das análises dos projetos arquitetônicos dos estádios estudados. Primeiro, porque ele dialoga mais intensamente com nossa particular formação social. Segundo, porque entendemos que o associativismo popular engendrado a partir do esporte não correspondeu a um espaço de debate público oficial, mas a uma esfera pública de traços subalternos. Por fim, porque o argumento central da tese é que a organização popular estruturada a partir do futebol não apenas confrontou a esfera pública oficial, mas também dialogou com ela.

Assim, sugerimos como principal hipótese de nosso estudo que a pretensão política que orientava o desejo de construção de um novo e grande estádio de futebol na cidade tinha como pressuposto também a capacidade de mobilização popular operada pelo futebol. Era iniciativa que respondia tanto aos grandes arranjos estruturais das elites políticas e econômicas quanto às demandas populares cotidianas operadas mediante sua organização em espaços públicos subalternos que tinham no futebol sua principal expressão.

1.4 A estruturação da pesquisa

A estrutura da pesquisa contém três capítulos, em cada um deles será abordado um momento específico do debate sobre a construção do Estádio do Maracanã. No primeiro capítulo, estudaremos os três projetos que marcaram o início das disputas, logo, os projetos de Le Corbusier, de Lucio Costa e de Marcello Piacentini. Ou seja, as propostas de estádio que integravam os projetos encomendados pelo Ministério da Educação e Saúde para a cidade universitária da Universidade do Brasil e os impasses que fizeram com que nenhum deles fosse efetivamente construído.

Nessa oportunidade, estudaremos também como o futebol e as agremiações populares a partir dele organizadas se tornaram importantes vetores do processo de afirmação de uma agenda de inclusão organizada pelos setores marginalizados da sociedade carioca e, conseqüentemente, como essa movimentação social refletiu

nos primeiros projetos de construção de um novo e grande estádio de futebol na então capital da República.

Já no segundo capítulo, serão apresentados os três projetos finalistas do concurso promovido pelo Conselho Nacional de Desportos (CND) para construção do Estádio Nacional e da Escola Nacional de Educação Física e Desportos – o projeto elaborado por Oscar Niemeyer, o projeto elaborado em parceria por Pedro Paulo Bernardes Bastos com Antônio Augusto Dias e o projeto da equipe formada por Renato Mesquita dos Santos, Thomaz Estrella, Jorge Ferreira e Renato Soeiro.

Esse capítulo debaterá, ainda, o projeto encomendado pelo então prefeito do Rio de Janeiro, Henrique Dodsworth, aos arquitetos Rafael Galvão e Orlando Azevedo. Nesse momento do estudo, daremos especial atenção para a intensificação do processo de aproximação da política com a pujança social canalizada pelo futebol como parte da estratégia varguista para a afirmação de uma nova identidade nacional, oportunidade em que a construção de um novo estádio de futebol na cidade ganhou ainda mais importância.

Por fim, será analisado o projeto que foi efetivamente construído, o contexto em que foi concebido, as muitas e acaloradas polêmicas que o cercaram e os intelectuais que as mobilizaram. Os embates entre os defensores de um projeto mais inclusivo e democrático e os entusiastas de um projeto mais elitista e reservado refletiram a fase final da disputa entre diferentes compreensões sobre a sociedade, a cidade e o papel do esporte. Tudo isso sem perder de vista a repercussão desses debates nos círculos populares.

Em todos os capítulos, a pesquisa documental, tanto através da seleção de fontes primárias quanto mediante a consulta de fontes secundárias foi crucial para reconstrução analítica dos debates. Em breve e apertada síntese, esse é o caminho que pretendemos percorrer nas próximas páginas.

2

Uma cidade em construção, três projetos e nenhum estádio

Neste capítulo, serão analisados os três principais projetos que marcaram o início dos debates sobre o novo estádio da então capital da República, os projetos apresentados por Le Corbusier, Lúcio Costa e Marcello Piacentini, respectivamente⁴. Vamos expor os projetos encomendados pelo Ministério da Educação e Saúde para o campus da Universidade do Brasil e os impasses que fizeram com que nenhum deles fosse efetivamente concretizado.

Contudo, antes mesmo desse esforço principal, entendemos relevante debater o enlace entre futebol, sociedade e nação nas primeiras décadas do século passado, tendo como especial foco de atenção as estratégias populares organizadas nesse percurso. A hipótese sociológica a partir da qual partimos para o estudo dos projetos de estádio debatidos neste capítulo é a de que o futebol é, por um lado, um elemento importante no processo de afirmação da identidade brasileira e, de outro lado, um importante vetor de afirmação da cidadania de pretos e pobres.

Como bem destacado por Roberto DaMatta (1982) sob o prisma das ciências sociais, o futebol deve ser estudado não como mero epifenômeno de uma sociedade tida como realidade “externa” ao jogo, mas em permanente interlocução com ela. Por isso, quanto mais elevamos nosso nível de compreensão sobre os caminhos percorridos pelo esporte bretão no Brasil, melhor interpretamos nossa própria formação social, suas generalidades, particularidades e possibilidades.

Muito embora o futebol tenha nascido em um ambiente altamente restrito – universidades e escolas inglesas –, a intensa popularização empreendida e a rápida internacionalização alcançada pelo esporte ocorreram exatamente em um ambiente mundial de forte inclinação nacionalista (final do século XIX e início do século XX). Posteriormente, com o fim da Segunda Guerra, a ascensão de governos de esquerda na Europa e a forte adesão popular ao esporte, o futebol assumiu o

⁴ O projeto de Le Corbusier está publicado em *Oeuvre complète, 1934–1938*. Zurich: Girsberger, 1939. O projeto de Lucio Costa se encontra em *Lucio Costa, Lucio Costa: registro de uma vivência*, São Paulo: Empresa das Artes, 1995, acompanhado da memória, fundamental para o entendimento da arquitetura moderna brasileira. O projeto de Piacentini está documentado em *Marcos Tognon, Arquitetura italiana no Brasil. A obra de Marcello Piacentini*. Campinas: Unicamp, 1999.

protagonismo de debates outrora circunscritos aos eventos, personalidades e signos político-institucionais tradicionais.

Atualmente, apesar da globalização e mercantilização que o atravessam, o futebol ainda guarda muito do simbolismo nacional, em especial nas disputas internacionais, quando encarna toda a sua capacidade de representação nacional, vide a excitação causada pelas disputas de Copas do Mundo e de competições internacionais de alcance regional⁵. No Brasil, país cuja modernização se consolidou em conjugação com muitas permanências pré-modernas, o futebol ganhou ainda mais relevância a partir da sua utilização como catalisador do sentimento de pertencimento à nação.

2.1

Sportmen versus canelas negras

Há uma narrativa histórica muito difundida entre nós de que o futebol teria chegado ao Brasil através do jovem paulista Charles William Miller, ou apenas Charles Miller, filho de um engenheiro escocês que vivia no Brasil e que foi enviado para Inglaterra no final da sua infância e retornado após o término de seu ciclo de estudos superiores. Nessa oportunidade, nos idos de 1894, trouxe apetrechos variados e um livro de regras do jogo. A partir de então, teria sido iniciada a particular história do esporte bretão em nosso país.

A versão carioca desse enredo é protagonizada por Oscar Cox, jovem de ascendência inglesa que retornou de seus estudos na Suíça em 1904 e teria apresentado o esporte para a mocidade de “boa família” da cidade. Problematizando essa perspectiva histórica e a influência que ela teve no desenrolar dos estudos sobre a interseção entre futebol e sociedade no Brasil, Hilário Franco Júnior destaca que:

Uma certa visão oficial – felizmente já combatida – privilegiou as elites como protagonistas da história brasileira e apegou-se à ficção da concessão de direitos promovida pelos setores dominantes. A emancipação política teria sido obra da coragem rebelde do jovem d. Pedro I, a abolição da escravidão expressão da bondade da princesa Isabel, a proclamação da República manifestação do espírito energético e patriótico do marechal Deodoro. A história do futebol não fugiu a tal preceito. Entre 1880 e 1890, bem antes portanto de Charles Miller retornar da Inglaterra, jesuítas haviam introduzido jogos com o *ballon anglais*. No Colégio São Luís, de Itu, jovens da elite disputavam um jogo aparentado ao *football association*, denominado ‘bate balão’, que a partir de 1894 já incorporava alguns elementos do

⁵ Copa Libertadores da América, Liga dos Campeões, Eurocopa etc.

futebol moderno: onze jogadores para cada lado, traves de madeira e times uniformizados. Outros colégios confessionais e laicos de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul praticavam futebol desde a década de 1890. Há ainda notícias de marinheiros ingleses que jogaram em praias brasileiras em dias de folga e até mesmo o registro de uma partida realizada em 1778, no Rio de Janeiro, em frente à residência da princesa Isabel. Assim, estabelecer paternidades quase heroicas e datas oficiais não esclarece as relações entre o futebol e a sociedade brasileira. Pelo contrário, suas significações mais profundas residem no processo de apropriação pelos diversos setores sociais que o transformaram em um fenômeno de massa. (2007, p. 61-62)

Como visto, escolas jesuítas e também as de pedagogia laica já incentivavam a prática do futebol, mesmo que com regras rudimentares, entre seus alunos desde 1880, bem como marujos ingleses já praticavam o esporte em nossas praias durante a estadia de suas embarcações nos portos nacionais antes do retorno de Miller e Cox ao Brasil.

A afirmação do futebol através das iniciativas de Charles Miller e Oscar Cox integra uma perspectiva histórica cuja atenção está sempre direcionada às elites e seus expoentes, ignorando as movimentações do universo popular e as correlatas e fazendo da historiografia brasileira uma sucessão de eventos e benesses da elite em favor da nação e seu “público”. Isso não significa, obviamente, ignorar que o processo de consolidação da participação popular no esporte não foi marcado por muitas tensões, avanços e retrocessos.

Ricardo Pinto dos Santos (2008), inspirado nas contribuições do sociólogo francês Michel Wieviorka (1995) acerca da interface entre inclusão, exclusão e questão racial que marcou a emergência da modernidade no Velho Mundo, destaca que o início da experiência republicana brasileira radicalizou essa perspectiva. Apesar de formalmente prometer a inclusão de pretos e pobres no debate público enquanto cidadãos, materialmente empreendeu em sentido contrário, valorizando as elites e seus arranjos políticos, econômicos e culturais e ignorando as organizações e demandas de caráter popular.

Nunca é demais lembrarmos que a sociedade civil brasileira, nas décadas finais da República Velha, já apresentava sinais claros de oposição à política oligárquica que caracterizava o período. Werneck Vianna destaca que:

na passagem dos anos 10 para os 20, com as grandes greves operárias de 1917, 1918 e 1919, inicia-se uma inédita eclosão de movimentos sociais, culturais e militares, já apontando para as dificuldades de reprodução da República Oligárquica. Tal ebulição política e cultural atinge seu ápice com a rebelião tenentista de 1922 – radicalizada, um pouco mais tarde pela Coluna Prestes –, ano também da Semana de

Arte Moderna, expressão crítica aos padrões estético-culturais da Primeira República, e, por fim, do nascimento do Centro Dom Vital, organização da intelectualidade católica, criada com a finalidade de renovar a ação apostólica da Igreja na nova sociedade civil brasileira. São anos, pois, de grande fermentação social, política e cultural, em que a *intelligentsia* inicia um movimento inédito de “ida ao Brasil e ao seu povo”, como entre os sanitaristas, que adentraram os sertões, os artistas modernistas e os tenentes, todos em busca de uma matéria-prima de onde se pudesse extrair uma estética, uma imaginação, um pensamento singular, mediante o qual se tornasse possível reinventar ao país e sua República. (2001, p.113)

Nesse contexto, as posturas das primeiras ligas esportivas assumiram centralidade na distinção simbólica das elites com os setores populares, cuja organização através do lazer era um importante elemento de suas agendas por inclusão e reconhecimento. Inspiradas pela ideologia higienista, então abertamente festejada pelas elites nacionais, a defesa de determinadas práticas esportivas como prerrogativa dos jovens abastados respondia não apenas à distinção classista, aqui entendida do ponto de vista econômico, mas também à demarcação racial.

A proliferação de clubes e agremiações com interesse no futebol, ao menos na sua origem, sobretudo nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, foi operada no interior da classe dominante e orientada pelos ideais de cavalheirismo, de *fairplay* e de amadorismo. Portanto, como espaços privativos de lazer e interação social dos jovens integrantes das elites e, conseqüentemente, refratários a toda e qualquer aproximação com o universo popular e seus integrantes.

O desengonçado mimetismo europeu praticado pelas elites nacionais nas primeiras décadas do século passado, período conhecido como *belle époque*, incorporou o jogo bretão e seus valores como um importante signo de sua distinção enquanto classe. De acordo com Fábio Franzini, “o uniforme, o equipamento e o vocabulário específicos do jogo, todos importados da Inglaterra, das chuteiras ao grito de goal, eram, antes de tudo, marcas de distinção social, expressões do elitismo de seus cavalheirescos participantes” (2009, p.118). Mas, se realmente tivessem conhecimento apurado sobre os hábitos da aristocracia inglesa do período, os filhos das elites brasileira teriam se dedicado à prática do *rugby*, esporte cujos padrões reclamados eram, de fato, observados, e não o futebol, cujo exercício rapidamente envolveu as camadas populares da Inglaterra.

Leonardo Affonso de Miranda, em sua festejada tese de doutoramento *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*, aponta que os jovens e abastados praticantes do esporte encarnavam a pretensão da elite carioca de integração à modernidade, imaginando que para tanto bastava uma

imitação pouco ou quase nada reflexiva dos modos e dos costumes europeus em terras tropicais:

Portando-se como agentes da modernidade, espécie de porta-vozes da civilização, estes *sportmen* iam fazendo do *foot-ball* a sua própria marca. Não era ocasional, portanto, que os clubes se associassem constantemente às senhoras da sociedade para promover jogos beneficentes como aquele realizado em julho de 1905 no campo do fluminense em benefício dos “pobres socorridos pela assistência pública” do dispensário S. Vicente de Paulo. Nos moldes das festas de caridade promovidas pela alta sociedade, estes jogos, atraindo ao estádio um “público fino e elegante” composto de “moças formosas e *coquetes*, senhoras graves e serias, rapazes de sociedade, leves e risonhos, trajando esmeradamente” atestavam o sucesso da operação que transformara um jogo aparentemente brutal e sem sentido, praticado por operários ingleses, em um fino e delicado evento social. Transformando a si mesmos nos aprendizes de uma tradição que, vindo da Inglaterra, começava a mostrar sua influência em terras tropicais, eles reinventavam-lhe os sentidos – atribuindo ao jogo o caráter mágico de transformar seu praticantes, dando a eles uma identidade particular que os converteriam na vanguarda do cosmopolitismo na cidade. (Miranda, 1998, p.35-36)

Esse movimento foi amplamente acompanhado pela cobertura jornalística do cotidiano da sociedade carioca, que afirmava categoricamente a impossibilidade de participação dos sujeitos e classes populares em um jogo pautado por regras e preceitos tão nobres. A Figura 1, foto dos integrantes da equipe de futebol do Fluminense, temporada de 1908, é reveladora do perfil elitista dos jogadores dos primeiros times e ligas futebolísticas cariocas:



Figura 1 – Foto dos jogadores do time de futebol, temporada de 1908, do Clube Fluminense. Fonte: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/9530-discrimina>

Os times eram compostos pelos jovens integrantes das elites econômicas e políticas nacionais e, quando muito, pelos jovens integrantes da burocracia pública em processo de estruturação. Portanto, pelos filhos dos funcionários estrangeiros que gerenciavam nosso tímido parque industrial, filhos dos grandes fazendeiros que, seguindo uma antiga tradição nacional, foram enviados para Europa para formação técnica e erudita, filhos de destacados profissionais liberais e os jovens de classe média que ascenderam mediante a integração aos quadros públicos. Esse era o perfil dos primeiros times de futebol.

Os jornais faziam a diferenciação entre os jovens integrantes das elites e dos setores subalternos que jogavam futebol, mediante atribuição das rubricas *sportmen* e *canelas pretas*, respectivamente. Essa diferenciação marcou fortemente a cobertura esportiva nas primeiras décadas do século XX. As notícias frequentemente exaltavam as virtudes dos jovens brancos e ricos que praticavam o esporte:

O foot-ball está na ordem do dia, multiplicam-se os clubs, aqui, em S. Paulo, no Rio de Janeiro, em Minas, e o ponta pé inglês, traduzido para o brasileiro, tem neste momento as honras do sport atrahindo, dia a dia, novos e entusiasticos projetos e

causando entre a mocidade sadia a nobre emulação da destreza e da força. (Sport-Foot-ball. *Kosmos*, ano 1, n.8, agosto 1904)

Da mesma forma, destacavam e louvavam a presença de distintas senhoras, jovem e belas moças e de influentes senhores integrantes das elites cariocas nas confortáveis arquibancadas para audiência dos jogos:

É o ponto predilecto e aclamado para todas as festas elegantes. Dentre estas sobressaem as velhas regatas e o moderníssimo curso, às quartas-feiras, onde as elites da sociedade tem ensejo de se encontrar exhibindo no brilho das equipagens e das toilettes o fausto da sua posição. (Regatas e Corso em Flamengo. *O Malho*, edição 26 setembro 1907)

(...) as confortáveis e elegantes archibancadas do 'ground' da rua guanabara encheram-se 'do grand complet' do que há de mais fino na sociedade carioca. (Sport. *Jornal do Brasil*, edição 14 maio 1906)

O meeting sportivo mais uma vez athrairá o 'smart' carioca às elegantes e amplas archibancadas da sede do fluminense. (*Jornal do Brasil*, edição 13 maio 1906)

A Figura 2, foto publicada pela revista *A Cigarra Sportiva* da arquibancada de um jogo, é exemplar da distinção social buscada através do esporte e fomentada através dos jornais:



Figura 2 – Imagens da arquibancada de um jogo de futebol. Fonte: *A Cigarra Sportiva*, edição 9 junho 1907.

Por outro lado, a imprensa desprestigiava os expectadores populares que se aglomeravam nas ribanceiras e nos muros no entorno dos clubes para assistir, ainda que de longe, as partidas:

Verdadeiros *habitués* dessas torrinhas ao ar livre, a travessa *gurizada*, a que se juntavam bastante marmanjos e até famílias interessa-se por esse violento *sport* e com alegres piadas, comenta os incidentes do jogo. Às vezes lá do alto do morro ou do meio das ribanceiras, o entusiasmo é tal, que rola um espectador provocando apenas hilaridade geral, visto como à *criança e ao borracho põe Deus a mão abaixo*. (Cenas Cariocas. *O Malho*, edição 28 outubro 1905)

Os clubes onde o futebol era praticado pelos jovens integrantes das elites econômicas e/ou políticas da então capital da República eram locais interditados ao acesso de negros e pobres, então tidos como incapazes de operar conforme as normativas de honra, prestígio e diferenciação que socialmente eram creditadas ao esporte bretão. Aos *outsiders* da República Velha, nem mesmo o olhar distante era permitido, uma vez que era comum a colocação de toda sorte de empecilhos para impedir sua audiência: “Os fundos do campo que possuía por defesa natural o morro existente foram cercados com tapagem de madeira, o que impedirá a presença de elementos turbulentos nos matches que alli se realizaram” (*Jornal do Brasil*, edição 28 julho 1912).

Há, como visto nas reportagens acima destacadas, uma particular ambivalência na intenção das elites. Ao mesmo tempo em que parte dela reivindica para si o papel de vanguarda do processo de modernização, outra parte buscava afastar a integração de negros, pobres e toda sorte de deslocados urbanos mediante a valorização excessiva de valores tipicamente tradicionais (honra, amorismo, cavalheirismo etc.), tendo o futebol sido eleito como parte importante dessa segunda engrenagem.

2.2 Entre traves, trilhos e trabalho

Apesar do esforço das elites, o interesse popular pelo esporte agitou o subúrbio carioca. Retângulos improvisados nos terrenos ainda não encampados pela expansão urbano-imobiliária se tornaram campos, jogos de uniformes foram improvisados e toda sorte de possibilidade de configuração de uma esfera leve e

resistente se tornou uma bola. Não tardou muito, os clubes e as agremiações populares começaram a ser constituídos. As instituições populares organizadas através do futebol se tornaram inusitados instrumentos de afirmação da dignidade popular negada pelas elites da República Velha⁶.

Desde os primórdios da popularização do futebol no Brasil, ele foi trampolim não apenas da afirmação de nossa modernidade seletiva, marcada pela manutenção abissal das desigualdades materiais e pela conservação de uma estrutura social rigidamente hierarquizada, mas igualmente tema através do qual a organização popular dialogou com esse perverso estado de coisas, portanto, ponto de partida para organização de espaços e esferas públicas de natureza subalternas.

As fundações, por operários e toda sorte de artesãos urbanos, dos clubes Internacional (1909) e Corinthians (1910), no Rio Grande do Sul e em São Paulo, nessa ordem, responderam a essa dinâmica de organização pela base da sociedade. Aos poucos, as associações esportivas suburbanas e suas precárias sedes passaram a abrigar toda a comunidade através da organização bailes, excursões, apresentação teatral, comemorações de feriados e datas festivas etc.

Esse movimento foi ampliado pela incorporação de trabalhadores aos times que representavam as fábricas em competições. Os cargos de direção das unidades fabris e escritórios comerciais das empresas estrangeiras em operação no Brasil eram, geralmente, ocupados por profissionais vindos da matriz ou de países com tradição industrial. Dificilmente o número de estrangeiros era suficiente para completar dois times inteiros, portanto, muitos operários e trabalhadores ocupantes de cargos administrativos secundários foram incorporados.

As grandes fábricas de tecidos localizadas no subúrbio carioca, especialmente nos bairros de Vila Isabel, Maria da Graça e Bangu, utilizaram abundantemente desse expediente. Esse momento capacitou os trabalhadores nas regras do jogo e, conseqüentemente, os fez propagadores do esporte nos territórios em que

⁶ Martins destaca que “o futebol se tornou para os populares, acostumados a terem suas práticas de lazer perseguidas pelas instituições repressoras, um modo eficiente e aceitável de inserirem-se na sociedade. Diferentemente do que ocorria nos outros esportes, no futebol, as camadas populares poderiam efetivamente ocupar todos os espaços no espetáculo esportivo. Com isto, preocupados com a decadência e a degenerescência trazida pelas misturas de raças, e, preocupados com a fragilidade das barreiras impostas neste esporte, ocorre um recrudescimento das práticas de distinção. O racismo passa a se tornar mais agressivo e, conseqüentemente, mais visível” (2008, p.136).

transitavam. Os times organizados nas fábricas foram a escola a partir da qual o futebol e suas regras se espalharam por todo o subúrbio carioca.

Aliás, tanto o subúrbio carioca quanto as fábricas nele abrigadas eram organizados na esteira do avanço da linha férrea, promovido a partir da segunda metade do século XIX. Foram as linha em direção à baixada, hoje municípios de Nova Iguaçu e Queimados, bem como em direção à zona norte, hoje bairros de Cascadura e Deodoro, que ampliaram a urbanização das freguesias rurais da cidade. Os preços acessíveis das terras e a possibilidade de trânsito rápido em direção ao centro fizeram do entorno das estações um espaço de grande apelo popular.

De meras aglomerações dependentes da região central da cidade, bairros dormitórios no jargão da literatura urbanística contemporânea, aos poucos as novas aglomerações urbanas promovidas pelas novas linhas de trens foram ganhando maior autonomia. O estabelecimento de pequenas praças comerciais locais é prova disso. Contudo, essa autonomia só foi sensivelmente ampliada quando da instalação, sobretudo nos primeiros anos do século XX, de grandes plantas fabris na região. Foi nesse contexto que os times de fábricas começaram a proliferar (Abreu, 2013, p. 35-69).

Essa interação entre fábrica, operários e comunidade através do esportes foi, ainda, um importante vetor da profissionalização do esporte, contexto que possibilitou a participação popular nos campeonatos promovidos pelas ligas e associações esportivas oficiais. Isso porque os trabalhadores com melhor desempenho em campo passaram a receber gratificações econômicas, facilitação de promoções e tiveram suas cargas de trabalho diminuídas em favor das suas participações nas disputas. Aos poucos surge a figura do operário-jogador.

Assim como o pagamento de um soldo funcionou como garantia da participação popular no parlamento inglês em seus primórdios, foi a profissionalização dos jogadores que possibilitou a ascensão popular nas competições oficiais de futebol no Brasil. A expansão dos times fabris, juntamente com os pagamentos informais que os jogadores recebiam em caso de bom desempenho em campo – ainda hoje popularmente conhecidas como “bicho” – foram as manifestações embrionárias dessa possibilidade⁷.

⁷ O papel dos times de fábricas na profissionalização do futebol no Brasil foi objeto de relevante estudo de Fátima Antunes (1994, p.102-109).

Os industriais utilizavam o futebol, suas regras e movimentos não apenas como meio de adestramento dos trabalhadores à disciplina fabril, mas também como estratégia de estabelecimento de uma relação empática com os bairros no seu entorno (fonte principal de mão de obra para suas operações). O custeio das estruturas das agremiações favorecia o estabelecimento de uma simbiose entre a fábrica, os operários e a comunidade, todos representados por um único time de futebol⁸. Eventual sucesso do time favorecia, de igual forma, a propaganda de sua marca e produtos.

O exemplo mais conhecido desse processo ocorreu na Cia. Progresso Industrial, destacada tecelagem brasileira constituída com capital português, onde o The Bangu Athletic Club foi fundado em 1904. A composição mista dos times entre técnicos ingleses e operários brasileiros deu origem ao time suburbano, que poucos anos depois passou a disputar as competições organizadas pelas ligas oficiais com grandes times da região central da cidade como o Fluminense, o Botafogo e outros.

A partir dos fundamentos apreendidos nas fábricas, o futebol se espalhou rapidamente por toda a periferia da cidade. Segundo Leonardo Affonso de Miranda centenas de clubes de futebol foram organizados nos subúrbios e bairros periféricos da cidade do Rio de Janeiro nesse período:

Recenseamento do Brasil de 1 de dezembro de 1920, mostrando como o número de times de futebol acompanhava o número de população nas diversas zonas da cidade. Por exemplo, na chamada zona chic da cidade, composta pelos distritos Glória, Lagoa, Santa Teresa e Copacabana, havia 21 times, cerca de 13,4% dos clubes, numa região que tinha 13,6% da população carioca. A maior parte dos clubes do Rio estava nas zonas mais afastadas da zona chic. Nos distritos suburbanos da cidade, Méier, Andaraí, Gávea, Tijuca, São Cristóvão, Engenho Novo e Engenho Velho, estavam concentrados 35,6% dos clubes (61 clubes), e 27,7% dos moradores da cidade. Nos chamados distritos rurais, Jacarepaguá, Inhaúma, Guaratiba, Santa Cruz, Campo Grande, Ilhas do Governador e Paquetá, estavam 27,4% dos clubes, ou 47 clubes. Os distritos centrais, Candelária, São José, Santa Rita, Sacramento, Santana e Espírito Santo, ficavam com o terceiro lugar em número de clubes, 40, ou 23,3% do total. (Miranda apud Malaia, 2008, p.144)

Inclusive, foi através destas iniciativas associativas do subúrbio carioca que muitos dos craques dos times fluminenses que despontariam nos anos seguintes foram formados e, posteriormente, aproveitados pelas ligas oficiais. Os representantes dos clubes das ligas oficiais, vulgarmente conhecidos como

⁸ Essa estratégia política foi tratada com maior cuidado por Joel Rufino dos Santos (1981).

“olheiros”, frequentavam regularmente esses espaços em busca de novos jogadores. As experiências pontuais de remuneração e de integração de jogadores negros e pobres foram, aos poucos, sendo incorporadas na arena esportiva oficial.

Exatamente por esse motivo, entendemos que o associativismo suburbano impulsionado pelo futebol funcionou tanto como instrumento de afirmação da existência popular negada pelas elites quanto como espaço de diálogo com elas. Ou seja, tinha simultaneamente características tanto refratárias quanto dialógicas com a esfera pública esportiva oficial, e isso não significa de nenhuma forma ignorar que a relação entre esfera pública oficial e esfera pública subalterna é sempre assimétrica, principalmente em sociedades estratificadas como a estudada. O que, de fato, queremos destacar é que o diálogo tinha também seu papel inscrito nesse contexto.

Foi o aumento da interseção social entre a esfera pública subalterna formada pelos clubes dos bairros afastados da região central da cidade com as ligas e os times principais da então capital da República que mediou a lenta e conturbada consolidação da participação de negros e brancos pobres nas competições oficiais. Portanto, esses espaços públicos subalternos foram espaços fundamentais para organização da reivindicação crescente dos “de baixo” por afirmação de seus direitos negados pela política oligárquica que caracterizou a República Velha.

Apesar do avanço decorrente do acolhimento do esporte nas fábricas, a tensão entre amadorismo e profissionalização pautou fortemente os debates travados nas ligas e associações que organizavam os campeonatos de futebol durante toda a década de 1920. Muitas rupturas e aproximações desses organismos tiveram como pano de fundo as cismas sobre a incorporação de negros e pobres às equipes, bem como o pagamento regular de salários para os jogadores e a cobrança de ingressos para audiência das partidas. O futebol foi síntese do lento (e talvez ainda hoje incompleto) processo de incorporação popular ao mercado de trabalho.

Nem mesmo as agremiações com forte presença popular e organizadas nos bairros do subúrbio da cidade eram poupadas da vedação da presença de negros em seus plantéis. O caso mais exemplar dessa censura ocorreu com o time do Bangu, pioneiro na admissão de negros em sua equipe, cuja polêmica travada com as instituições oficiais de organização do esporte, especialmente com Associação Metropolitana de Esportes Atléticos, foi amplamente noticiada pela imprensa:

Sabemos que o Bangu Athletico Club em data de 01 do corrente officiou à Liga Metropolitana dos Sports Athleticos, desligando-se em virtude de não convir ao mesmo glorioso club fazer parte da conceituada liga. Com igual data, mas em officio entregue ao correio no dia 04 do corrente, como verificamos do timbre do correio, foi expedido pelo SR. J. da Rocha Gomes secretário da liga o seguinte officio. Communico-vos que a diretoria da liga, em sessão de hoje, resolveu por unanimidade de votos que não sejam registrados como amator nesta liga as pessoas de côr. Para os fins convenientes ficou deliberado a todos os clubs filiados ao oficiasse nesse sentido, a fim de que scientes dessa resolução de accordo com ella possam proceder. Com alta estima e apreço. (*Gazeta dos Sports*, edição 18 maio 1907)

Outro momento exemplar da tensão racial que marcou o esporte nas primeiras décadas do século passado foi o rompimento, ocorrido em 1924, entre o Vasco da Gama e a Associação Metropolitana de Esportes Athléticos, isso por conta das resoluções da Associação em favor da suposta elevação dos aspectos morais e raciais dos clubes a ela vinculados que, na verdade, buscavam tão somente afastar dos campos os jogadores negros e pobres. Inconformado com a postura da Associação, o clube português rompeu com a liga em defesa de seus jogadores.

Tal impasse também foi objeto de ampla cobertura jornalística. Por todos:

O C. R. Vasco da Gama abandona a AMEA; o Andarahy e o S. Christovão vão tratar do assunto. O Clube vascaíno, hontem, foi de maior coragem, pois assim que teve conhecimento oficial das resoluções da AMEA convocou os seus diretores para uma reunião secreta a qual foi effectuada ante-hontem. O Dr. José Augusto Prestes, presidente do club, fez uma exposição clara do que se desenrolava na AMEA, citando que a exclusão de 12 de seus jogadores dos jogos entre clubs não fundadores aos sábados e outros factos destruiriam totalmente os fins de moralidade e igualdade anunciados. (*Gazeta dos Sports*, edição 9 abril 1924)

Uma cópia do ofício, enviado em 7 de abril de 1924, no qual o Vasco da Gama informa sua decisão à Associação Metropolitana de Esportes Athléticos é exibido com destaque na sala de premiações do clube, sendo considerado pela sua torcida seu mais importante troféu. Segue foto do documento exposto em São Januário:

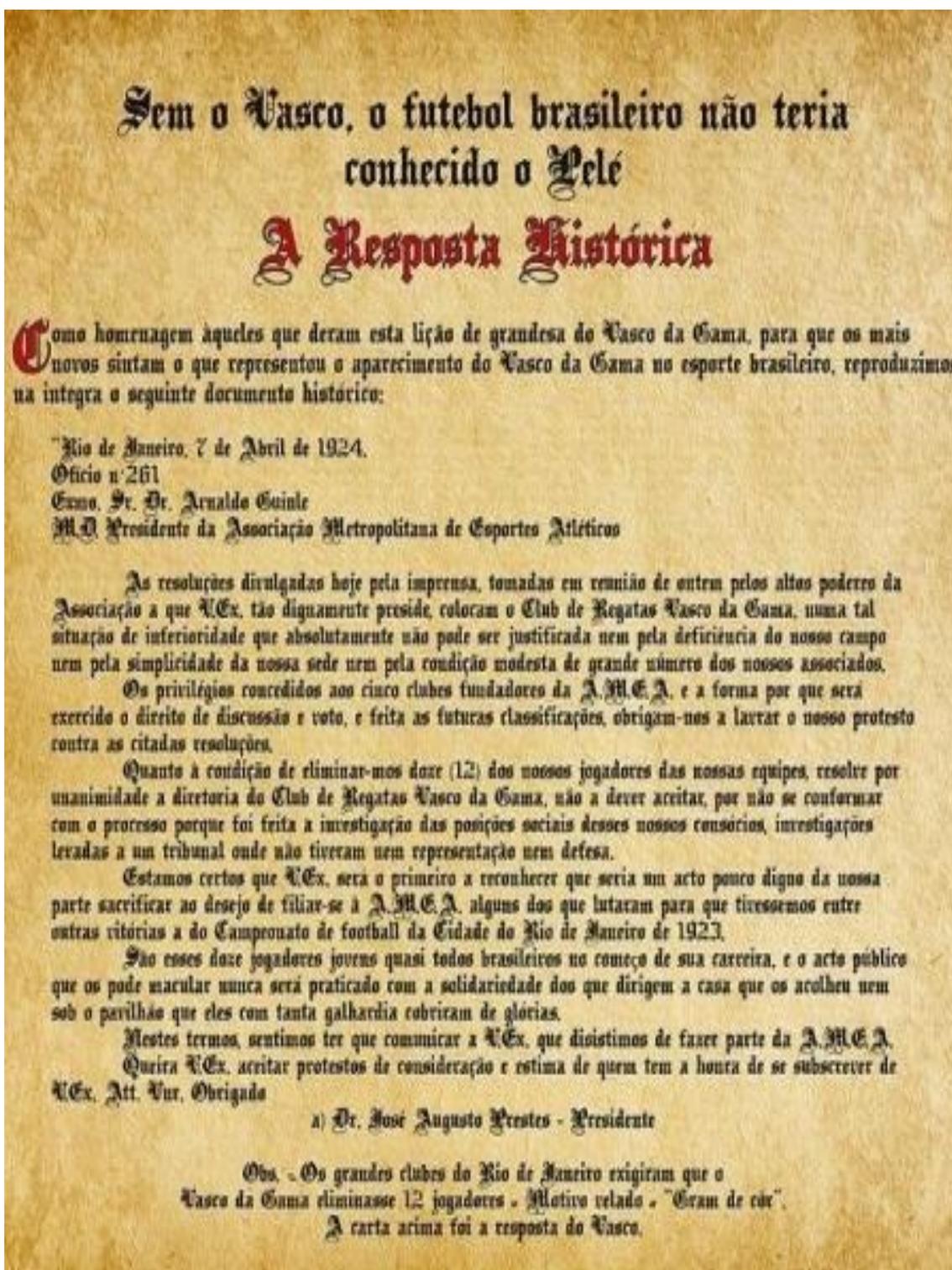


Figura 3 – Cópia do ofício informando o desligamento do Vasco da Gama da AMEA. Fonte: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2019/11/20/simbolo-contra-racismo-resposta-historica-e-tratada-como-trofeu-no-vasco.htm>

Desde meados da década de 1910, o futebol e suas exibições eram importantes fontes de renda para os clubes, para o comércio de material esportivo, para venda jornais e revistas etc., mas o pagamento de salários fixos e regulares,

que não se confunde com as premiações esporádicas, os “bichos”, para os jogadores ainda era um tabu entre os times, as ligas e as associações esportivas. Esse período ficou conhecido como “falso amadorismo” ou “profissionalismo marrom”, pois a galopante capitalização do esporte era ainda sublimada nos antigos argumentos de amadorismo e honra.

Os debates travados no universo particular do futebol refletiam diretamente o enorme conjunto de tensões político-sociais que marcaram os últimos anos da República Velha. Da mesma forma que as disputas travadas entre as oligarquias políticas pela cooptação do Estado aos seus interesses ignoravam a crescente organização dos “de baixo” por direitos e reconhecimento, o campo elitista que praticava o futebol tinha verdadeira aversão à aproximação popular ao esporte bretão.

Muito embora afastados da esfera pública oficial e suas pretensões de aperfeiçoamento democrático permanente, o futebol praticado nas fábricas e nos pequenos clubes dos subúrbios foi fundamental na aceleração da inclusão de negros e pobres ao mercado formal de trabalho, até então eram tidos como inferiores e incapazes. Apesar das elites econômicas e políticas se autointitularem o motor civilizatório nacional, as permanências pré-modernas que cultivavam e a leitura rasteira do que era o pensamento e a prática política liberal os faziam muito menores que o anunciado.

2.3 A institucionalização do futebol no Brasil

Além das tensões já relatadas, o futebol e suas ligas eram igualmente atravessados pelas disputas de poder operadas pelas elites estaduais e seus frágeis arranjos políticos. Curiosamente, o sortido conjunto de seus críticos, que ia desde grandes expoentes da literatura até lideranças sindicais de esquerda, atesta o quanto o futebol já movimentava a sociedade brasileira nas primeiras décadas do século passado. Apesar de tudo isso, o esporte avançava no gosto popular de maneira exponencial, fenômeno social que despertou o interesse político.

Getúlio Vargas, no bojo dos primeiros esforços de reconhecimentos e avanços de direitos trabalhistas e de aproximação com o universo popular que marcaram seu longo período como mandatário maior do país, promoveu a profissionalização de

jogador de futebol em 1933. O avanço na expressão da cidadania da massa de trabalhadores urbanos aumentava juntamente com o reconhecimento da sua legitimidade para o exercício do jogo bretão. O futebol não foi apenas síntese dos conflitos da sociedade brasileira do período, mas também espelho de seus avanços.

Nicolau Sevcenko (1992), quando da análise do processo de metropolização da cidade de São Paulo na década de 1920, dedicou especial atenção para a mobilização social promovida pelas ritualizações dos movimentos de massa, entre elas as decorrentes dos eventos esportivos, notadamente as partidas de futebol, como parte do processo de inclusão da multidão de desenraizados ao contexto urbano e de costura de um tecido social fragmentado.

Os times e as distintas comunidades imaginadas que deles se originaram – colônias de imigrantes, bairros, fábricas, profissões etc. – foram fundamentais para o assentamento do esporte por toda a cidade. Paralelamente a isso, os avanços na alfabetização e no alcance dos meios de comunicação (notadamente os impressos e o rádio) do período transformaram o esporte em uma verdadeira mania nacional. Foi a partir da afiada pena do jornalista Mário Filho e da entusiasmada voz do radialista Ary Barroso que o futebol alcançou todos os rincões do nosso continental território. Foi nesse contexto que sua apropriação política, no sentido institucional do termo, começou a ser operada pelo Governo Vargas. Segundo Hilário de Franco Júnior (2017 p.167-179), a apropriação do futebol como plataforma de fortalecimento do sentimento de pertencimento nacional é uma estratégia que foi (e ainda é) amplamente utilizada em diferentes países e governos, mas encontrou especial adesão no Brasil do início do século XX.

A dificuldade de solução dos muitos impasses decorrentes do acelerado e pouco inclusivo processo de inserção na modernidade que atravessávamos foi parcialmente sublimada pela propaganda varguista através da aproximação estatal da paixão despertada pelo futebol. Da mesma forma como fez com o samba nos anos 1920, o Estado elegeu o futebol como eixo de propaganda de uma nova identidade nacional. Sobre o tema, Maurício Drumond, em estudo sobre a aproximação entre a política varguista e os esportes, destaca que:

Nos 15 anos da Era Vargas, o Brasil presenciou uma série de mudanças que reestruturaram a vida política, econômica, social e cultural do país. No que se refere à cultura, esse período marcou a promoção do samba e do futebol como elementos fundamentais para uma nova definição de identidade nacional. O samba, nascido

junto às camadas populares, conquistava as elites; o futebol, que havia sido um esporte aristocrático em sua chegada ao país, tornara-se uma das maiores paixões das camadas populares. Ambos, no entanto, foram elevados símbolos do que era ser brasileiro. Foi justamente essa proximidade do povo e sua identificação com a nação que aproximou o esporte ao projeto varguista. No novo governo, a construção da pátria e de um novo ideal de nacionalidade brasileira era o cerne do plano oficial para a cultura nacional. (2009, p.213-214)

A política varguista não inventou o futebol como fenômeno social de grande expressão, mas se apropriou dessa realidade como forma de impulsionar suas pretensões políticas de formar um novo homem e, sobretudo, uma nova noção de pertencimento nacional. Por isso, assim como fez com outras experiências sociais e suas principais expressões, cooptou institucionalmente o esporte como forma de projeção de sua plataforma política. O que não significa que todas as manifestações sobre o tema, especialmente as populares, estavam inteiramente subordinada aos anseios políticos.

Voltaremos com maior vigor a esse debate nos capítulos seguintes, até mesmo porque a fase mais intensa da aproximação entre a política e o futebol encontrou seu ápice na década de 1940, quando os debates sobre a construção do novo estádio da então capital da República se tornam uma questão de interesse político e diplomático de primeira ordem. Por hora, o breve registro da aproximação institucional é suficiente para os debates travados neste momento do nosso estudo.

2.4 Os projetos de estádio da Universidade do Brasil

O final da primeira metade do século passado, especialmente os anos imediatamente posteriores ao término da Segunda Grande Guerra, foi fundamental para a cultura e a educação latino-americanas. Foi nesse período que a maior parte dos países do subcontinente organizou suas frágeis e dispersas redes de ensino superior, uma espécie de apogeu dos muitos esforços empreendidos nas décadas anteriores. Sobre o tema, Hugo Segawa delimita que:

Para sociedades subdesenvolvidas, em franca urbanização e carentes de quadros intelectuais, a formação de suas elites era plataforma típica de uma vontade de mudanças em busca de afirmação científica, tecnológica e humanística. A criação de universidades era um empenho pela superação de um passado sem tradição independente de ensino e pesquisa e contemplava inquietações de caráter nacionalista de consolidação do sentido de cidadania, nação e identidade. A determinação transformadora e emancipatória dessas iniciativas assinalava um

projeto de modernização social e cultural, e a materialização desses esforços, simbolizada na criação de cidades universitárias, evidenciaram marcantes episódios nos quais arte, arquitetura e urbanismo transformaram-se em metáforas de modernidade. (1999, p. 38-39)

As novas universidades sintetizavam o desejo de superação do atraso atribuído ao longo período de dominação colonial. Unidades de ensino superior autônomas, geralmente presentes no interior do perímetro urbano, foram reunidas para formação das primeiras grandes universidades latino-americanas. As cidades universitárias, as exclusivamente projetadas ou as projetadas e efetivamente construídas, eram idealizadas em regiões fora do núcleo urbano tradicional⁹.

Esse é o caldo de cultura no qual Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde, encomendou projetos arquitetônicos para o campus da Universidade do Brasil, cuja fundação decorreu da unificação institucional de unidades de ensino superior até então autônomas. Muito embora os primeiros debates sobre a construção de uma cidade universitária para abrigar a Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro) tenham sido organizados por Francisco Campos, coube a Gustavo Capanema, em 1935, a constituição de uma comissão de professores para o planejamento da empreitada.

Schwartzman, Bomeny e Costa, contrariando o senso comum sobre o debate, destacam que, para Capanema, o mais importante legado arquitetônico de sua gestão não era o modernista edifício levantado (na época ainda em levantamento) para abrigar o Ministério da Educação e Saúde, mas o campus da cidade universitária que abrigaria a Universidade do Brasil, que materializava seus anseios de desenvolvimento e uma intelectualidade comprometida com a visão de desenvolvimento própria do período:

o principal projeto arquitetônico do Ministério da Educação não foi, como parece hoje, o do Palácio da Cultura, e sim o da Cidade Universitária, obra que jamais chegou a se iniciar em sua gestão. Na concepção do ministro, o projeto de construção física da Cidade Universitária quase que se confundia com a elaboração dos planos de seus cursos, institutos etc. De fato, ambas as atividades deveriam ser desenvolvidas pela mesma comissão. Ao definir suas funções em sua sessão de instalação, em 22 de julho de 1935, afirmava Capanema que “ela deve, primeiro, definir o que deve ser a universidade. Deve, depois, conceituar a universidade e em seguida projetar a construção universitária”. A definição do que “deve ser a universidade” tinha um sentido bem prático, que era o de estabelecer quantas escolas,

⁹ Cidades universitárias no Rio de Janeiro e São Paulo (Brasil), Concepción (Chile), Tucumán (Argentina), Caracas (Venezuela), Cidade do México (México), Bogotá (Colômbia) e Quito (Equador).

institutos etc., teria – o que tinha implicações práticas imediatas para o projeto arquitetônico. (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000, p.114)

O arquiteto italiano Marcelo Piacentini, famoso colaborador do fascismo italiano e responsável pelo projeto da recém-inaugurada Universidade de Roma, em claro sinal de aproximação do país com as potências que integravam o Eixo, foi convidado para integrar a comissão. Porém, sua estada no Brasil foi de apenas onze dias. O convite de Capanema foi duramente contestado, através de uma carta pública do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Distrito Federal, que reivindicou o impedimento legal de contratação pública de estrangeiros e de impedimento de atuação de profissionais liberais de outra nacionalidade.

A saída diplomática encontrada por Capanema para o incidente foi a alegação de que o convite era apenas para consultoria sobre a escolha do local e não para apresentação de um projeto. Em 1936, Capanema nomeou nova comissão, oportunidade em que indicou apenas técnicos brasileiros. Integravam essa comissão Lúcio Costa, Paulo Fragoso, Affonso Eduardo Reidy, Ângelo Bruhns e Firmino Saldanha. A nova comissão de notáveis contou com a consultoria do prestigiado arquiteto francês Charles-Edouard Jeanneret-Gris, mais conhecido pelo pseudônimo de Le Corbusier.

2.4.1

A modernidade eletiva entre os estádios de Le Corbusier e de Lúcio Costa

A colaboração Le Corbusier com os debates arquitetônicos do campus da Universidade do Brasil é frequentemente atribuída à artimanha de Lúcio Costa e Gustavo Capanema. Lúcio Costa teria demandado para Capanema a consultoria do arquiteto francês no projeto do Ministério da Educação e Saúde, isso como estratégia de mitigação das críticas sobre os altos investimentos necessários para construção do edifício. Capanema, por outro lado, para justificar os valores empenhados na vinda de Le Corbusier para o Brasil, estendeu sua consultoria também para o projeto de cidade universitária da Universidade do Brasil.

Assim como a de Piacentini, a passagem de Corbusier foi curta, durou apenas 36 dias entre julho e agosto de 1936. Nessa oportunidade, proferiu um ciclo de seis palestras no auditório da Escola Nacional de Música e apresentou alguns poucos projetos. Poucos dias antes de deixar ao Brasil, Le Corbusier entregou seu projeto

de cidade universitária tendo como referência espacial o terreno do antigo hipódromo do Derby Club¹⁰, o Prado do Maracanã, região fronteira entre os bairros de São Cristóvão, Vila Isabel e Tijuca:



Figura 4 – Foto aérea do antigo Derby Club. Fonte: <https://diariodorio.com/historia-do-maracana/>

¹⁰ Desarticulado, em 1932, após a fusão com o Jockey Club Brasileiro, oportunidade em que as atividades migraram para o Prado Brasileiro do Jockey Club, localizado no bairro carioca da Gávea.

aproximações quantos os estranhamentos entre os projetos são, em nossa compreensão, muito mais complexos.

Le Corbusier, provavelmente excitado com a possibilidade de inaugurar o ciclo de composições arquitetônicas de vanguarda em um importante país do Novo Mundo, elaborou um projeto de fortíssima inclinação normativa. O projeto de cidade universitária apresentado por Le Corbusier ignorou não apenas as praticidades esperadas pela comissão, mas também as edificações, a geografia e as características sociais da cidade que o recepcionaria. Para ele, importava muito mais criar as condições arquitetônicas para emergência do novo homem do que atender as expectativas dos homens a ele contemporâneos.

Por outro lado, Lúcio Costa, não somente com olhar mais pragmático para a cidade universitária e as funções dela esperada, mas principalmente ciente de que ela precisava dialogar com as edificações, o relevo e a sociedade que ela atenderia, elaborou um projeto de cidade universitária com muito mais elementos de interseção e diálogo que seu mestre, apesar de fortemente influenciado por ele. Na Figura 6, o projeto:

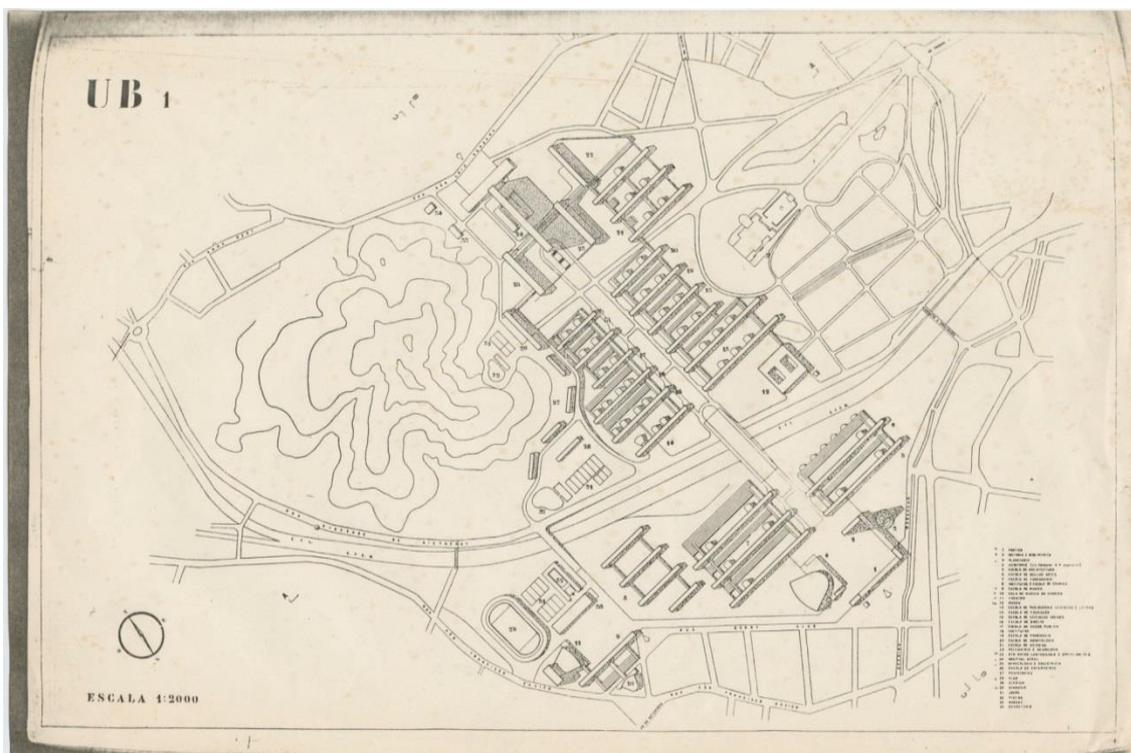


Figura 6 – Projeto de cidade universitária elaborado por Lúcio Costa para a Universidade do Brasil. Fonte: <http://www.jobim.org/lucio/bitstream/handle/2010.3/3194/III%20C%202002-03016%20L.pdf?sequence=3>

Essa disposição de Lúcio Costa é revelada já no pórtico de entrada – cuja localização projetada ficaria na lateral da Quinta da Boa Vista – de seu projeto de cidade universitária e na grande praça que a partir dele se estendia, espaços de mediação entre a cidade de apertado traço colonial português e o campus universitário proposto, caracterizado pela sucessão entre grandes espaços vazios e volumosos edifícios, característica amenizada em relação ao projeto de Le Corbusier, mas em escala muito superior ao do nosso curto e denso traçado urbano:

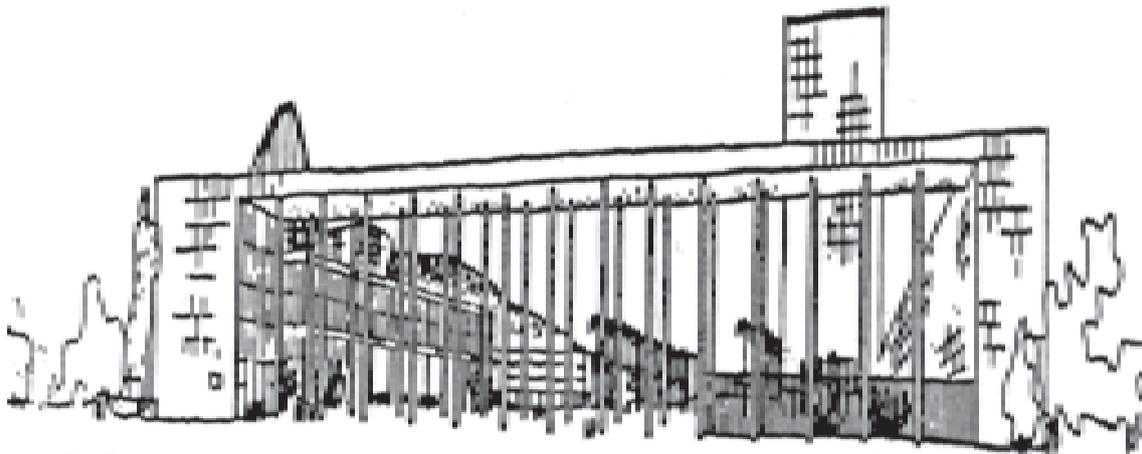


Figura 7 – Pórtico da cidade universitária elaborado por Lúcio Costa para Universidade do Brasil. Fonte: Castro Oliveira, 2006.

A extensa praça atrás do pórtico, retratado na Figura 7, por sua vez, abria caminho para o eixo central do projeto, através do qual o usuário poderia transitar para seu destino de forma mais cômoda e rápida, como apresenta a Figura 8:



Figura 8 – Praça localizada na entrada da cidade universitária, projeto elaborado por Lúcio Costa para Universidade do Brasil. Fonte: Castro Oliveira, 2006.

Buscando um ambiente acolhedor diante da inovadora arquitetura modernista e o impacto que ele poderia causar nos cidadãos habituados com a arquitetura local, Lúcio Costa projetou o eixo central do seu projeto, que sucedia a praça de entrada, na forma de alameda, conforme Figura 9:



Figura 9 – Eixo central, na forma de Alameda, da cidade universitária elaborada por Lúcio Costa para Universidade do Brasil. Fonte: <http://www.jobim.org/lucio/bitstream/handle/2010.3/1536/III%20C%202002-01258%20L.pdf?sequence=3>

Da mesma forma, a marcante presença de adornos de inspiração italiana nos volumosos e sóbrios edifícios de traços modernista presentes no projeto de Lúcio Costa buscava dialogar com as construções e a cultura carioca. Lúcio Costa teve muito mais interesse na mediação entre a cidade, sua cultura e o modernismo arrojado que o orientava enquanto profissional da arquitetura.

Como visto, as semelhanças entre os projetos de Lúcio Costa e Le Corbusier são evidentes mesmo para olhares leigos, mas há também muitos estranhamentos entre eles. Podem ser percebidos como membros de uma mesma família, mas com personalidades inteiramente distintas. Por isso, Rogério de Castro Oliveira aponta a existência de uma modernidade eletiva entre ambos:

Em magistral memória descritiva, Lucio Costa dedica-se a expor com didatismo os princípios que nortearam sua proposta para a Universidade. Fica clara sua

aproximação ao programa da nova arquitetura, assim como sua posição original em relação às condições de sua construção na realidade brasileira. Longe de uma adesão literal, afirma-se postura autônoma e consciente do arquiteto que sabe o que faz e o que quer. À posição de vanguarda assumida pelo artista alia a postura judiciosa do historiador da cultura, voltando-se para as tradições locais e valorizando “os bons princípios das velhas construções que nos são familiares”. O impulso transformador perde sua *terribilità* para buscar, não na *tabula rasa*, mas no terreno já trabalhado pelos que nos antecederam, uma solução transformadora que não rompe com o passado, embora queira a partir dele conceber uma outra realidade, ainda não tentada. Estes aspectos já foram detalhados em meu artigo *As modernidades eletivas de Le Corbusier e Lucio Costa: Rio de Janeiro, 1936*. Ali, procurei demonstrar, como indica o título, que os estudos realizados pelos dois arquitetos assumem caráter emblemático na medida em que exploram âmbitos divergentes do programa modernista. As alternativas encarnadas em *Le Corbusier e Lucio Costa* não se excluem, mas apontam para trajetórias que atravessam uma mesma paisagem, reconhecível pela constância do panorama, construindo um terreno compartilhado sem hesitação. Essas trajetórias, contudo, abrem horizontes novos, atraindo o olhar para lugares percebidos apenas a partir de um ponto de vista local, oferecendo possibilidades de exploração voltadas para diferentes apropriações do território. Podemos deslocar a metáfora para, parafraseando Wittgenstein, comparar o “território” do projeto a um tabuleiro no qual se jogam diferentes jogos com as mesmas peças, mas inventando novos movimentos, novas hierarquias, enfim, um novo sistema de relações dinâmicas. Atribuindo, portanto, novos significados a objetos conhecidos. Embora esses jogos sejam reconhecíveis como pertencentes a uma mesma “família” (Quatremère de Quincy diria que correspondem ao mesmo tipo), não podem ser confundidos: são jogos diferentes. (2006, p.42-43)

O uso da terminologia “modernidade eletiva” faz referência direta ao conceito de “afinidade eletiva” como utilizado por Max Weber (2016). Os estádios de Le Corbusier e Lúcio Costa, como visto na citação imediatamente anterior, possuem muitas convergências, afinal, ambos estão dentro do campo da arquitetura modernista, mas não se confundem, guardando também muitas peculiaridades. Apesar de não apontado por Castro de Oliveira, nos parece importante destacar (conforme se observa na Figura 10) que a diminuição dos espaçamentos entre os edifícios no projeto de Lúcio Costa buscou, ainda que timidamente, replicar o traçado estreito e carregado que a cidade herdou do período colonial:

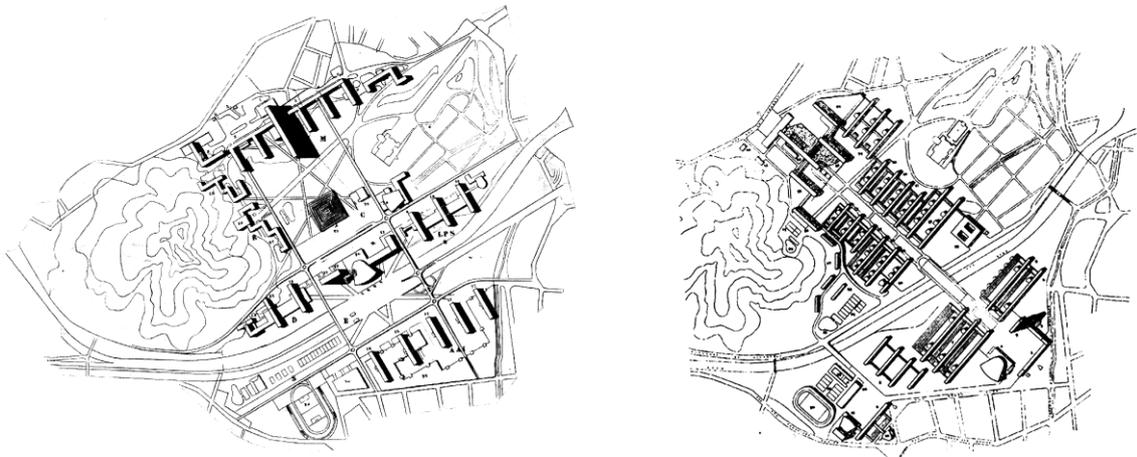


Figura 10 – Comparação global entre os projetos de Le Corbusier e Lúcio Costa. Fonte: Comas, 2011.

Apesar de todos os elementos de vanguarda presentes na sua composição, o projeto de Lúcio Costa buscava dialogar com a cidade e sua memória arquitetônica muito mais do que o projeto elaborado anteriormente por Le Corbusier.

Por certo, esse exercício era muito mais acessível para Lúcio Costa, morador da cidade, que para seu mestre, que pouco ou quase nada conhecia da então capital da República. Porém, insistimos, a diferença central entre os projetos em análise não está no maior conhecimento ou desconhecimento da arquitetura local de seus elaboradores, mas na normatividade desenraizada do projeto de Le Corbusier e da normatividade em contato com a experiência local de Lúcio Costa.

Aliás, a apropriação das vanguardistas diretrizes estrangeiras através da mediação com as particularidades da arquitetura e da cultural local foi característica marcante de toda a trajetória de Lúcio Costa. Exatamente por isso, Eduardo Mendes de Vasconcellos comparava sua perspectiva à metodologia antropofágica pregada por Oswald de Andrade em seu célebre manifesto:

Costa foi, historicamente, o primeiro dentre os arquitetos brasileiros a atribuir importância aos aspectos funcionais da arquitetura colonial. Abandonando a tendência dominante da pesquisa, que considerava a originalidade da ornamentação como a principal característica daquela arquitetura, Costa voltou sua atenção para a tipologia e a morfologia de suas edificações típicas, para a tecnologia empregada na construção, para a funcionalidade e despojamento de seus espaços e para a significação de suas geometrias simples e rigorosas, tudo o que ele considerava como o espírito autêntico escondido por trás da superfície, da “pele” conformada por uma sóbria (e quase inexistente) ornamentação. Ciente do atraso industrial do Brasil – um país que, na segunda década do século XX, tinha sua economia ainda fundamentada na produção agrícola e de mineração – Costa previu com acerto as possibilidades adaptativas das técnicas tradicionais de construção, capazes de responder às

exigências da arquitetura moderna, recomendando o seu estudo como uma estratégia que, se usada na produção de edifícios modernos, garantiria a originalidade e a “Brasilidade” da nossa arquitetura. Esta estratégia – a adaptação das tecnologias tradicionais brasileiras para o uso na nova arquitetura que irá surgir – refletia reveladoras características antropofágicas. O esforço para misturar o tradicional e o novo apoiava uma arquitetura moderna que orgulhosamente mantivesse sua independência da escola internacional, reclamando para si mesma uma identidade nacional. Como teórico, Costa sempre manifestou explicitamente seu compromisso com a identidade cultural brasileira (...). É possível perceber, em algumas das propostas teóricas de Costa, uma estratégia em comum com a do Manifesto Antropófago de Oswald de Andrade: a possibilidade de reinterpretação das tecnologias tradicionais de construção de uma maneira progressiva, de modo a respeitar e a ressaltar a independência cultural Brasileira. (2005, p.1-3)

Incontestavelmente, tanto Le Corbusier quanto Lúcio Costa, e da mesma maneira seus projetos, foram legítimos representantes da nova arquitetura. Logo, tinham arrojadas pretensões normativas sobre a sociedade em que atuavam. Contudo, o projeto do mestre é de viés sectário, logo, com pouco espaço de interação com a cultura local, enquanto o de Lúcio Costa tem inclinação mais social, ou seja, apesar de também ter forte ambição prescritiva, conversa com o estado de coisas arquitetônicas, geográficas e culturais do ambiente ao redor da sua projeção.

Feita essa breve comparação global entre os projetos e suas características, trabalharemos as especificidades dos estádios presentes em cada um deles. Em ambos os projetos, o estádio ocupa a região periférica ao sul do terreno e responde ao formato oval com arquibancadas na forma de U. No entanto, um olhar mais apurado revela muitas diferenças em seus elementos constitutivos e na forma como lidavam com os demais edifícios do campus. De acordo com Carlos Eduardo Dias Comas:

O estádio oval de Le Corbusier tem o eixo maior noroeste-sudeste, paralelo ao eixo de composição do plano geral e perpendicular à autopista elevada interna e à borda com a ferrovia, entre as quais se sucedem canchas e piscinas. As arquibancadas do estádio têm forma de U. O largo de acesso externo a oeste é triangular, limitado por um dos lados maiores do estádio e pela autopista. A leste, o bloco trapezoidal do ginásio é um edifício-quarteirão alinhado com as pontas das arquibancadas e as ruas limítrofes inclinadas. As escolas vizinhas ocupam barras paralelas noroeste-sudeste, sobre base expandida que acompanha os recortes do perímetro e fecha-se para o bairro contíguo. Disposto sobre o eixo longitudinal da composição, o bloco da escola de Arquitetura aponta para o grande arco parabólico transversal da Aula Magna, versão menor do Palácio dos Soviéticos no outro lado da ferrovia. O estádio oval de Lucio é fechado, com o eixo maior a 10° norte-noroeste, paralelo ao eixo de composição do plano geral. De um ângulo é objeto isolado no extremo oeste, entre a ferrovia e a rua limítrofe. De outro, é edifício-quarteirão que vizinha no lado menor com o teatro e no lado maior com quarteirão acomodando canchas, piscinas e o bloco retangular do ginásio. A curva da arquibancada aparece ao fundo entre o ginásio e o

teatro, desde uma praça rústica retangular, limitada adicionalmente pela escola de música paralela ao ginásio e por renque de sucupiras paralelo ao teatro. O estádio é o foco dissimulado, por assim dizer, da perspectiva desde a rua Derby Club limítrofe. A praça rústica está ligada em turbina por esse tramo à praça cerimonial que constitui a entrada do campus pela ponta sul, limitada por colunata em L que assegura permeabilidade entre o campus e o bairro contíguo. A colunata emoldura a leste o prisma da Biblioteca e Reitoria e a oeste a Aula Magna como proposta por Le Corbusier, mas com o arco disposto longitudinalmente. Entre essa praça e a ferrovia, barras paralelas se estendem perpendiculares ao eixo maior, abrigando as escolas de Engenharia, Artes Plásticas e Arquitetura. (2011, p.19)

Da mesma forma que os projetos quando analisados globalmente, o diálogo entre os estádios guarda muitas aproximações, mas também grandes afastamentos. Enquanto o primeiro reina absoluto em um extenso descampado, o segundo compõe uma quadra com muitas outras edificações, que, por sua vez, dialogavam com os demais agrupamentos de edificações que integravam o projeto e, em última instância, com a sinuosidade estreita e densa da cidade que o receberia.

Consequentemente, a assertiva de Rogério de Castro Oliveira (2002; 2006) de que os projetos de cidade universitária de Le Corbusier e Lúcio Costa guardavam uma modernidade eletiva entre eles é igualmente estendível à análise comparativa entre os estádios neles presentes. Ao fim e ao cabo, nenhum dos dois projetos foi bem recebido pelas autoridades públicas, que tinham muitas reservas em relação ao modernismo que pautava os dois projetos e especial predileção pelo traçado fascista outrora indicado por Piacentini em sua rápida passagem pelo Brasil.

2.4.2

A monumentalidade fascista do estádio de Marcelo Piacentini

Diante desse impasse, no ano de 1937, Capanema convidou novamente o arquiteto italiano Marcelo Piacentini para elaboração de um novo projeto do campus da Universidade do Brasil. Entregue em 1938, o projeto de Piacentini foi assinado conjuntamente com seu principal assistente, o engenheiro italiano Vittorio Morpurgo. O projeto, em oposição ao modernismo que orientava os anteriores, tinha fortes traços do racionalismo italiano. Logo, marcado pelo diálogo entre a arquitetura moderna com os elementos da arquitetura tradicional, isso tudo em um cenário marcado pelo grande volume dos edifícios, como se observa na Figura 11:



Figura 11 – Maquete do projeto da cidade universitária da Universidade do Brasil elaborado por Marcello Piacentini. Fonte: <https://rioquepassou.com.br/2009/12/14/cidade-universitaria-na-quinta/>

Como visto acima, Piacentini e Morpurgo mantiveram os equipamentos esportivos no setor sul do projeto, porém, deram maior centralidade e volume aos mesmos, especialmente ao estádio de futebol, em detalhe na Figura 12:



Figura 12 – Maquete do estádio do projeto elaborado por Marcello Piacentini para Universidade do Brasil. Fonte: <https://rioquepassou.com.br/2009/12/14/cidade-universitaria-na-quinta/>

Segundo análise de Comas, o estádio projetado por Piacentini e Morpurgo detinha as seguintes características:

Piacentini e Morpurgo chamam de estádio de exibição o maior volume de seu Centro Esportivo, de eixo maior norte-sul. As arquibancadas se inscrevem num círculo ocupando os lados maiores do campo; os arcos de círculo que fecham os lados menores são permeáveis e acomodam os acessos. Uma ponte conecta a praça da reitoria, do outro do lado da ferrovia, com a praça trapezoidal em frente ao estádio. Ponte, praça trapezoidal e estádio configuram um conjunto simétrico quanto ao eixo longitudinal comum. A praça é limitada a oeste pelo Instituto e a leste pela Escola Nacional de Educação Física, que enfatizam sua simetria; articula-se, no alinhamento do estádio, com os dois braços divergentes de rua interna que termina a oeste em praça do Centro de Engenharia e a leste na enfermaria. No lado norte da rua, o do instituto, encontram-se vestiários e clube das sociedades esportivas, à frente de canchas que incluem rинque de patinação; o ginásio vizinha com a Escola no lado oposto. No lado sul, a oeste do estádio maior se sucedem o parque aquático e suas arquibancadas, o estádio de treinamento e o de basquetebol; a leste, o estádio de tênis e o picadeiro. O largo ocupando a ponta sul da área maior ganha foros de entrada, como no projeto de Lúcio; os muros baixos em forma de ferradura disciplinam movimentos e negociam desníveis. A rua interna parece um fio do qual os estádios pendem como argolas. Em programa como em composição, o centro esportivo lembrava o Foro Mussolini (1928 – 38), o megacomplexo levantado por Enrico del Debbio e Luigi Moretti em Roma, nas margens do Tibre. Alterado e chamado Foro Itálico no pós-guerra, o Foro tinha sido concebido por Renato Ricci, presidente da Opera Nazionale Balilla (ONB), organização propiciando educação extracurricular e paramilitar modelada nos escoteiros, fundada em 1926 e absorvida em 1937 pela secção juvenil do Partido Nacional Fascista. Cheio de alusões ao mundo clássico greco-romano, com mosaicos e esculturas integrados à arquitetura, o Foro era uma cidade-escola em torno da Academia Fascista de Educação Física, que formava professores de educação física das escolas italianas, instrutores de ginástica e esportes da ONB e líderes juvenis do Partido, combinando esporte e ideologia. A entrada incluía um Monólito retratando Mussolini e uma Praça do Império, com a Academia de Educação Física a um lado e de outro a Academia de Música. Os equipamentos esportivos incluíam o Estádio dos Ciprestes (atual estádio olímpico, correspondendo ao estádio de exibição no projeto para a Universidade do Brasil), o Estádio dos Mármore (correspondendo ao estádio de treinamento), o Estádio de Tênis, o Palácio das Termas (com piscinas cobertas e o ginásio pessoal do Duce) e uma Academia de Esgrima ou Casa das Armas. (2011, p.19-20)

A cidade universitária projetada por Piacentini e Morpurgo, em especial o estádio de futebol nela contido, respondia à perspectiva da monumentalidade e da simbologia tipicamente fascistas, onde o exagerado volume dos edifícios aspira diminuir o indivíduo e a própria vida social diante da razão de estado encarnada neles e os adornos arquitetônicos tradicionais rementem a um mítico passado de glórias da nação. Aliás, apesar da significativa influencia modernista na arquitetura estatal, essa mesma pretensão autoritária está presente em parte dos edifícios públicos erguidos durante o Estado Novo na cidade.

O prédio levantado para abrigar o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, elaborado por Luiz Moura em estilo neoclássico e marcado pela monumentalidade da colunata de nove metros e meio de altura, nos parece o exemplo mais evidente dessa tendência, mas destacamos os prédios construídos para abrigarem o Ministério da Justiça e Negócios Interiores e o Ministério da Guerra como representantes dessa mesma perspectiva. Sobre a miscelânea de estilos das construções públicas deste período, Segawa pontua que:

Não é possível identificar na arquitetura da Era Vargas um denominador arquitetônico comum. Não obstante o caráter referencial da sede do Ministério da Educação e Saúde – hoje Palácio Gustavo Capanema – pela sua repercussão na época e seu reconhecimento internacional como um marco da arquitetura moderna, a ação governamental em suas várias frentes ministeriais não estabeleceu uma linguagem arquitetônica direcionada e coerente. (2006, p. 93)

A coexistência de uma arquitetura pública simultaneamente influenciada pelo modernismo e pela monumentalidade fascista é fruto, por um lado, de uma elite política dirigente cosmopolita e, portanto, conhecedora e inspirada pelas mais diferentes experiências arquitetônicas e urbanísticas estrangeiras e, por outro lado, da aproximação política do país com as experiências ítalo-fascista e nazista. Essa situação marcou fortemente as inclinações arquitetônicas dos prédios públicos construídos na capital durante o período Vargas.

No entanto, retornando ao debate sobre o projeto de estádio de Piacentini, o afastamento brasileiro da política operada pelos países que compunham o Eixo e a aproximação, operada em bloco pelos países sul-americanos, dos países aliados fez com que o projeto de Piacentini e Morpurgo, assim como os dos seus dois antecessores, não saísse do papel. Os debates sobre a construção da cidade universitária continuaram¹², mas a urgência da construção de um novo estádio na então capital da República ganhou autonomia em razão da aproximação ainda maior da política varguista com o esporte bretão durante a década de 1940.

¹² A cidade universitária da Universidade do Brasil foi erguida em 1949 no bairro da Ilha do Governador. A ilha que a abriga, ilha do Fundão, é fruto do aterramento que uniu nove pequenas ilhas da região. Contudo, não abriga um grande estádio em seu interior, apenas uma modesta praça de esportes dedicada à formação de profissionais de educação física e recreação dos estudantes.

2.5 Apontamentos finais do capítulo

Abrimos esse capítulo trabalhando a ambivalência entre o discurso cosmopolita das elites nacionais no início do século XX, materializada em interessantes e importantes iniciativas no campo da educação, saúde e artes etc., mas também na imitação vulgar dos hábitos europeus, fortemente marcada por uma compreensão eugenista da relação entre futebol, negros e pobres. Analisamos, ainda, como os times organizados no subúrbio da cidade, através dos times que representavam as fábricas nele instaladas e as pequenas agremiações de bairro, foram fundamentais na agenda de inclusão de pobres e negros no debate público.

Nesse sentido, sugerimos que a profissionalização do futebol, operada por Getúlio Vargas em 1933, foi tanto uma primeira aproximação institucional com o esporte quanto um reconhecimento da sua importância enquanto agente modernizador de uma sociedade ainda fragmentada pela difícil transição entre uma política oligárquica e uma democracia liberal de massas. Portanto, foi também através desses espaços públicos subalternos e seus conflitos e interlocuções com a arena pública oficial que a agenda por inclusão foi impulsionada.

Assim, supomos que a presença de um grande estádio de futebol nos três projetos de cidade universitária elaborados, a pedido do Ministério da Educação e da Saúde, para sediar o campus da Universidade do Brasil não foram apenas fruto da popularidade que o futebol gozava entre os jovens integrantes das nossas elites políticas e econômicas ou exclusivamente reflexo da aproximação da política com os esportes, notadamente o futebol, mas igualmente manifestação arquitetônica que dialogava com a capacidade de mobilização popular que o futebol alcançou nos anos anteriores.

3 Mais projetos e nenhum estádio

3.1 A copa de 1938 e a invenção do *foot-ball* mulato

Apesar da resistência por parte das elites que o praticavam, o futebol ganhou rápida adesão das camadas populares da cidade ainda no curso das primeiras décadas do século XX. Silenciosamente, a seleção brasileira de futebol foi se tornando a materialização de nossa nação no imaginário popular. Em 1919, nosso *scratch* ganhou seu primeiro título internacional. O moderno e confortável estádio do Fluminense, com capacidade para aproximadamente 15 mil pessoas, foi construído especialmente para abrigar o III Campeonato Sul-Americano. A participação brasileira no evento teve início com duas vitórias, a primeira contra a seleção chilena e a segunda contra a seleção argentina.

Após o início invicto, o time brasileiro empatou com o time uruguaio e a competição terminou com as duas seleções com igual número de pontos. Por isso, foi agendada uma partida final entre os dois melhores times da competição. Diante do estádio lotado, o embate só foi resolvido na segunda prorrogação, quando o atacante Arthur Friedenreich, mulato de olhos verdes, filho de pai alemão e de mãe brasileira, primeiro grande expoente do futebol amador brasileiro, marcou o único gol da partida.

Há farto registro histórico de que o gol de *El Tigre*, como era popularmente chamado Friedenreich, levou o músico Pixinguinha às lágrimas em pleno estádio das Laranjeiras. De acordo com Sérgio Cabral, autor da biografia “Pixinguinha, vida e obra” (1997), o animado choro “Um a zero” (1946) teria sido composto em homenagem à vitória do Brasil sobre a seleção uruguaia no campeonato sul-americano de 1919¹³. Após a exibição, a chuteira utilizada por Friedenreich ficou exposta na Rua do Ouvidor, mais exatamente na joalheria Casa Oscar Machado.

A década de 1920 acelerou ainda mais esse fenômeno. A conquista do título carioca pelo Vasco da Gama, em 1923, foi um marco essencial desse processo. O time criado por pequenos comerciantes de origem portuguesa ganhou o título com um plantel fortemente marcado pela presença de negros e de mulatos. Não foi o fim

¹³ Disponível em: <https://pixinguinha.com.br/discografia/1-x-0-um-a-zero/> Acesso em: 4 nov 2020.

do preconceito racial no universo do futebol, mas inegavelmente um passo de grande importância nesse sentido. Foi, ainda nessa década, que os times brasileiros realizaram suas primeiras excursões para exibição no exterior.

A profissionalização do esporte, operada em 1933, foi um dos primeiros sinais de interesse político, no sentido institucional do termo, sobre o esporte, uma vez que tentava resolver a antiga rixa entre defensores do amadorismo e entusiastas do profissionalismo. Paralelo a tudo isso, em 1928, a FIFA decidiu criar a Copa do Mundo de Futebol, torneio disputados entre as melhores seleções do globo. A primeira edição da competição aconteceu no Uruguai no ano de 1930. Nossos vizinhos do sul aproveitaram a comemoração de seus cem anos de independência e construíram um monumental estádio chamado Centenário. O anfitrião ganhou a competição.

A participação brasileira na primeira Copa do Mundo foi discreta, amargamos uma derrota e celebramos uma vitória. Uma diferença entre a Associação Paulista de Esportes Atléticos (APEA) e a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) afastou os jogadores bandeirantes, que, apesar de convocados, não se apresentaram, como forma de protesto pela ausência de paulistas na comissão de convocação. Apenas o jogador paulista Araken Pastusca, que rompeu com o Santos em favor da participação na competição, se apresentou. O incidente atesta que existia, já nesse período, a manifestação esportiva da cisma entre cariocas e paulistas¹⁴.

A II Copa do Mundo ocorreu em 1934, na Itália. Novamente, um problema local impediu que a seleção contasse com nossos melhores jogadores. Os atletas organizados a partir da CBD, que só aderiu formalmente à profissionalização em 1937, não participaram do evento, que contou apenas com os jogadores filiados à Federação Brasileira de Futebol (FBF). A participação nacional foi inexpressiva, fomos eliminados pela seleção espanhola na primeira partida. A seleção italiana foi a grande vitoriosa da competição.

A III Copa do Mundo, realizada na França em 1938, foi um marco para o futebol e à sociedade brasileira. Ciente de tudo o que a competição significava no tenso jogo da diplomacia dos anos que antecederam a Segunda Grande Guerra, assim como da sua capacidade de mobilização social em favor de uma nova demarcação do entendimento sobre o Brasil e o brasileiro, a preparação da seleção

¹⁴ Essa disputa pelo protagonismo no esporte foi explorada ativamente por Mário Filho, em especial nas animadas páginas rosas do *Jornal dos Sports*.

brasileira contou com um amplo apoio do Estado. Livre das diferenças entre as ligas, já então dissolvidas, os jogadores se concentraram por vinte dias na aprazível estação das águas de Caxambu.

O primeiro (e eletrizante) jogo da seleção na competição foi contra a Polônia, a partida teve nada menos que onze gols. Ao final do segundo tempo regulamentar, o resultado era de cinco gols para cada um dos times. Foi na prorrogação que o Brasil selou sua vitória por 6 x 5. A imprensa, nacional e internacional, destacou a participação do zagueiro Domingos da Guia e do centroavante Leônidas da Silva, que marcou quatro dos seis gols brasileiros, como fundamentais para o resultado positivo. Ambos os jogadores eram negros.

A segunda partida, contra a seleção da Tchecoslováquia, terminou empatada em 1 x 1. Por esse motivo, foi realizada uma nova partida, oportunidade em que nossa seleção alcançou a vitória por 2 x 1, resultado que levou o Brasil para a disputa da semifinal com a favorita seleção da Itália. Em um pênalti amplamente contestado pela imprensa, notadamente a nacional – e sua narrativa nada imparcial, os italianos marcaram seu segundo gol e avançaram em direção à partida final. Mesmo derrotada, a seleção, com sua particular forma de jogar futebol, despertou admiração internacional.

Pela primeira vez, os brasileiros acompanharam os jogos em tempo real. A voz de Eduardo Gagliano Netto, transmitida pelas ondas da Rádio Clube do Brasil, emocionou todo o país. Apesar da vitória da Itália, que se consagrou bicampeã do torneio, a apresentação da seleção brasileira foi o grande destaque do evento. O futebol elástico e imprevisível do time brasileiro encantou o mundo, consagrando o nome do jogador negro Leônidas da Silva, apelidado de “Diamante Negro”, no rol de heróis da seleção nacional. Nesse momento, o futebol brasileiro gravou seu nome no cenário internacional e confirmou sua capacidade de mobilização interna.

Sobre o impacto da participação da seleção brasileira de futebol na III Copa do Mundo, José Miguel Wisnik registra que

a primeira epifania do futebol como uma expressão privilegiada do Brasil no mundo pôde ser vista em 1938, na Copa da França. Nas duas anteriores, de 1930, no Uruguai, e de 1934, na Itália, o país foi representado por seleções inexpressivas, resultantes de disputas regionais sem acordo entre São Paulo e Rio de Janeiro, além de impasses quanto à adoção do profissionalismo. Os times não incluíam negros, pelo menos não na medida de sua representatividade. (...) Ao contrário dessas demonstrações inconsequentes e vexaminosas, a de 1938 foi uma seleção

assumidamente miscigenada, e pela primeira vez representativa do que havia de melhor no futebol já profissionalizado do país, dando esperanças às multidões que acompanhavam sofregamente, havia pelo menos vinte anos, as disputas internacionais sul-americanas. Reforçava essa atmosfera propícia ao envolvimento intenso o fato de que, pela primeira vez, as partidas de uma Copa do Mundo eram transmitidas ao vivo pelo Rádio. (2008, p.183-184)

O que antes era uma aproximação tímida e pontual entre a política e o futebol ganhou novos contornos depois desse particular momento de excitação social. O esforço político, em curso desde a ascensão de Getúlio Vargas e que cooptava parte significativa da nossa intelectualidade, de mobilização do aparato público em favor da redefinição do sentido de pertencimento nacional encontrou um terreno fértil diante da paixão despertada pelo futebol, notadamente sua manifestação encarnada na seleção nacional. Segundo Ronaldo Helal e Filipi Mostaro:

O futebol penetrava no imaginário social brasileiro e seria um substrato decisivo para amparar as narrativas sobre a nação ao longo do governo de Getúlio Dornelles Vargas. Com viés nacionalista e autoritário, Vargas representava a vitória dessa nova elite urbana, industrial, frente as elites cafejeiras. Ao tentar sobrepor regionalismos e costurar esta colcha de retalhos que era a sociedade brasileira, o governo Vargas vai elaborar uma “comunidade imaginada” soberana, no sentido proposto por Benedict Anderson (2008), e que terá na simbologia do futebol um de seus maiores alicerces. Como o historiador Eric Hobsbawn enfatiza: “a imaginária comunidade de milhões parece mais real na forma de um time de onze pessoas com nome. O indivíduo, mesmo aquele que apenas torce, torna-se o próprio símbolo de sua nação” (Hobsbawn, 1990: 171). Assim as seleções nacionais, que em seu início da América do Sul cumpriam, além do aspecto esportivo, funções diplomáticas nas boas relações entre os países vizinhos, emergem como aglutinadoras de sentido das nações, como foi o caso da seleção brasileira de futebol. (2018, p.16-17)

Aliás, foi por conta da bela exibição da seleção nacional contra o time da Tchecoslováquia durante a III Copa do Mundo que Gilberto Freyre publicou, no dia 17 de junho de 1938, na página quatro do Diário de Pernambuco, sua célebre crônica “*Foot-ball Mulato*”, onde, pela primeira vez, debateu abertamente como o futebol sintetizava nossas melhores qualidades enquanto nação forjada na mestiçagem entre índios, europeus e negros:

Uma das condições de nosso triunfo, este ano, me parecia a coragem, que afinal tivéramos completa, de mandar à Europa um time fortemente afro-brasileiro. Brancos, alguns, é certo; mas grande número, pretalhões bem brasileiros e mulatos ainda mais brasileiros (...) O nosso estilo de jogar futebol me parece contrastar com o dos europeus por um conjunto de qualidades de surpresa, de manha, de astúcia, de ligeireza e ao mesmo tempo de espontaneidade individual em que se exprime o mesmo mulatismo de Nilo Peçanha que foi até hoje a melhor afirmação na arte política. Os nossos passes, os nossos pitus, os nossos despistamentos, os nossos

floreios com a bola, o alguma coisa de dança ou capoeiragem que marca o estilo brasileiro de jogar futebol, que arredonda e adoça o jogo inventado pelos ingleses e por eles e por outros europeus jogado tão angulosamente, tudo isso parece exprimir de modo interessantíssimo para psicólogos e sociólogos o mulatismo flamboyant e ao mesmo tempo malandro que está hoje em tudo que é afirmação verdadeira do Brasil (...) Porque a escolha de jogadores brasileiros para os encontros internacionais andou por algum tempo obedecendo ao mesmo critério do Barão do Rio Branco quando senhor-todo-poderoso do Itamaraty: nada de pretos nem mulatos chapados; só brancos ou então mulatos tão claros que parecessem brancos ou, quando muito caboclos, deviam ser enviados a do ilustre o estrangeiro. Muitos do tipo Domicio da Gama a quem Eça de Queiroz costumava chamar, na intimidade, de “mulato cor-de-rosa”. Morto Rio Branco, desaparecia o critério antibrasileiro do Brasil se fingir república de arianos perante os estrangeiros distantes que só nos conhecessem através de ministros ruivos ou de secretários de legação de olhos azuis. E de tal modo desapareceria o falso e injusto critério da seleção de louros que o próprio Barão seria substituído no Itamaraty por mulatos ilustres – um deles o grande brasileiro que foi Nilo Peçanha (...) Assistindo, também anteontem, à fita que reproduz o jogo dos brasileiros contra os poloneses, foi de quem me lembrei – de Nilo Peçanha. Porque o nosso estilo de football lembra seu estilo político (...) Acaba de se definir de maneira inconfundível um estilo brasileiro de foot-ball; e esse estilo é mais uma expressão do nosso mulatismo ágil em assimilar, dominar, amolecer em dança, em curvas ou em músicas técnicas europeias ou norte-americanas mais angulosas para o nosso gosto: sejam elas jogo ou de arquitetura. Porque é um mulatismo, o nosso – psicologicamente, ser brasileiro é ser mulato – inimigo do formalismo apolíneo – para usarmos com alguma pedanteria a classificação de Spenger – e dionisíaco a seu jeito – o grande jeitão mulato. Inimigo do formalismo apolíneo e amigo das variações; deliciando-se em manhas molleronas, mineiras a que se sucedem surpresas de agilidade. A arte do songa-monga. Uma arte que não se abandona nunca à disciplina do método científico mas procura reunir ao suficiente de combinação de esforços e efeitos em massa a liberdade para a variação, para o floreio, para o improviso. Até mesmo a liberdade para a ostentação ou para a exibição de talento individual num jogo de que europeus têm procurado eliminar quase todo o floreio artístico, quase toda a variação individual, quase toda a espontaneidade pessoal para acentuar a beleza dos efeitos geométricos e a pureza de técnica científica. Sente-se nesse contraste o choque do mulatismo brasileiro como o arianismo europeu (...) claro que mulatismo e arianismo considerados não como expressões étnicas mas como expressões psicossociais condicionadas por influência de tempo e de espaço sociais. O contraste pode ser alongado: o nosso foot-ball mulato, com seus floreios artísticos, cuja eficiência – menos na defesa que no ataque – ficou demonstrado brilhantemente nos encontros desse ano com os poloneses e os tchecoslováquios é uma expressão de nossa formação social democrática como nenhuma. Rebelde a excessos de ordenação interna e externa; a excessos de uniformização de geometrização, de estandardização; a totalitarismo que fazem desaparecer a variação individual ou espontaneidade pessoal. No foot-ball como na política, o mulatismo brasileiro se faz marcar por um gosto de flexão, de surpresa, de floreio que lembra passos de dança e de capoeiragem. Mas sobretudo de dança. Dança dionisíaca. Dança que permita o improviso, a diversidade, a espontaneidade individual. Dança lírica. Enquanto o foot-ball europeu é uma expressão apolínea – no sentido spengleriano – de método científico e de esporte socialista em que a pessoa humana resulta mecanizada e subordinado ao todo – o brasileiro é uma forma de dança, em que a pessoa humana se destaca e brilha. O mulato brasileiro deseuropeizou o foot-ball dando-lhe curvas, arredondados e graças a dança. Foi precisamente o que sentiu o cronista europeu que chamou aos jogadores brasileiros de “bailarinos da bola.” Nós dançamos com a bola. Havelock Eilis – que o meu amigo Agrippino Grieco não sei porque supõe um simples Mantegazza inglês,

quando Ellis é, na verdade, um dos pensadores mais lúcidos e humanistas mais completos do nosso tempo – se visse o time brasileiro jogar foot-ball acrescentaria talvez um capítulo ao seu ensaio magnífico sobre a dança e a vida. O estilo mulato, afro-brasileiro, de foot-ball é uma forma de dança dionisíaca.

Muito embora escrito despretensiosamente na forma de crônica jornalística, esse pequeno texto é a pedra fundamental da mais importante chave de compreensão sociológica do papel do futebol em nossa formação social, e ainda hoje festejado entre os pesquisadores do tema. Por outro lado, a imprensa esportiva, notadamente através dos irmãos Mário Filho e Nelson Rodrigues, massificou intensamente essa compreensão em suas colunas esportivas nas décadas seguintes, firmando definitivamente tal compreensão no imaginário social brasileiro.

Freyre celebrou entusiasmadamente a presença significativa de negros e mulatos no time brasileiro enviado para a França e, por outro lado, criticou a ideologia “antibrasileiro” até então vigente nas manifestações diplomáticas e esportivas nacionais, que escondia a forte presença negra e índia em nossa população na tentativa de parecer uma nação de feições arianas. Defendeu, ainda, que a apropriação sinuosa e descontraída da angulosa e formal maneira europeia de jogar futebol é manifestação de um povo cuja origem racial mestiça favoreceu a emoção e os impulsos em contraposição à racionalidade europeia.

É bem verdade que Gilberto Freyre não inaugurou a aproximação da intelectualidade brasileira com o debate futebolístico através das crônicas, movimento já em curso ao tempo da publicação do seu icônico texto, porém, foi dele a proeza de dar liga entre uma hipótese sociológica anteriormente delimitada com a catarse social promovida a partir da participação da seleção brasileira na III Copa do Mundo de Futebol. Por isso, sem ignorarmos a importância de textos anteriores, alguns, inclusive, já apontando para o debate racial, entendemos que essa crônica é o texto seminal da (ainda hoje) mais importante forma de compreensão social brasileira da relação entre futebol e sociedade¹⁵.

Curiosamente, dias antes da publicação da crônica, um repórter do Diário de Pernambuco, após reconhecer Freyre na multidão de torcedores que se aglomeravam no entorno da sede do jornal para comemorar a vitória da seleção nacional sobre o time da Tchecoslováquia, entrevistou o sociólogo. A entrevista foi publicada na página 16 da edição de 15 de junho de 1938, e selecionamos um trecho

¹⁵ Sobre a conturbada aproximação entre intelectuais e o futebol através das crônicas jornalísticas, recomendamos a dissertação de Bernardo Borges Buarque de Holanda (2003).

que expressa a euforia que tomava conta do país por conta das belas exibições de nossa seleção e o entusiasmo de Freyre com a confirmação esportiva das reflexões sobre a questão racial que vinha desenvolvendo:

No meio da multidão que se comprimia ontem defronte do Diário de Pernambuco, misturado a massa popular, vimos o escritor Gilberto Freyre, umas das maiores expressões da sociologia brasileira e americana. O repórter se acercou do escritor da *Casa-Grande e Senzala* e pediu a sua opinião sobre a vitória do team brasileiro, onde figuravam seis homens de cor, num quadro de onze jogadores. O Sr. Gilberto Freyre fez-nos então as seguintes declarações: “– Creio que uma das condições da vitória dos brasileiros nos encontros europeus é o fato de desta vez termos tido a coragem de mandar para a Europa um ‘team’ francamente afro-brasileiro. Os arianistas que tomem nota disto”. (*Diário de Pernambuco*, 1938)

A expressiva medalha de bronze conquistada pela colorida seleção brasileira na III Copa do Mundo de Futebol foi uma espécie de confirmação das teses que Gilberto Freyre vinha desenvolvendo sobre os efeitos da miscigenação na sociedade brasileira desde as primeiras edições de *Casa-Grande & Senzala*, em 1933, e *Sobrados e Mucambos*, em 1936, especialmente no segundo livro. A crônica “*Foot-ball Mulato*” nos parece uma espécie de celebração desse feliz encontro entre teoria e realidade promovido pelo futebol.

Soares (2003) nos alerta para uma passagem da primeira edição de *Sobrados e Mucambos* (1936) na qual Gilberto Freyre, ao comentar a ascensão do mulato através dos esportes e do acesso às carreiras militares, telegrafa o argumento que dois anos depois expôs na sua festejada crônica “*Foot-ball Mulato*”:

Observa-se, entretanto, nas gerações mais novas de brasileiros – gerações menos atingidas por aquela de garantias sociais – a ascensão do mulato não só mais claro como mais escuro, entre os atletas, os nadadores, os jogadores de *foot-ball*, que são hoje, no Brasil, quase todos mestiços. O mesmo é certo do grosso do pessoal do Exército, da Marinha, das Forças Públicas e dos Corpos de Bombeiros: dos seus campeões nos *sports*, entre os quais os negros retintos parecem que são cada vez mais raros, embora de modo algum ausentes. Predomina o pardo. O mestiço. Pardos e mestiços, que vêm enfrentando vantajosamente os brancos e os pretos nos jogos, nos torneios, nos exercícios militares. (Freyre, 1936, p.362)

No entanto, em nosso entendimento, o documento mais denso que Freyre redigiu sobre o tema foi o prefácio para o livro *O Negro no futebol brasileiro* (1947), de Mário Filho. É nessa reflexão que encontramos a mais interessante síntese da hipótese sociológica de Gilberto Freyre sobre a importância do futebol

na configuração do Brasil moderno, senão vejamos os trechos mais incisivos do texto:

Creio não dizer novidade nenhuma repetindo que por trás da instituição considerável que o futebol tornou-se em nosso país se condensam e se acumulam, há anos, velhas energias psíquicas e impulsos irracionais do homem brasileiro, em busca da sublimação (...) O futebol teria numa sociedade como a brasileira, em grande parte formada de elementos primitivos em sua cultura, uma importância toda especial que só agora vai sendo estudada sob critério sociológico ou parapsicológico. Era natural que tomasse aqui o caráter particularmente brasileiro que tomou. Pois tornou-se o meio de expressão moral e socialmente aprovado por nossa gente – pelo Governo, pela Igreja, pela Opinião Pública, pelo Belo Sexo, pela Imprensa – de energias psíquicas e de impulsos irracionais que sem o desenvolvimento do futebol – ou de algum equivalente do futebol – na verdadeira instituição nacional que é hoje, entre nós, teriam provavelmente assumido formas de expressão violentamente contrárias à moralidade dominante em nosso meio. O cangacerismo teria provavelmente evoluído para um como gangsterismo urbano, com São Paulo degradada em uma sub Chicago de Al Capones ítalo-brasileiros. A capoeiragem, livre de Sampaio Ferraz, teria provavelmente voltado a enfrentar a polícia das cidades sob a forma de conflitos mais sérios que os antigos entre valentes do morro e guardas-civis das avenidas, agora asfaltadas. O samba teria se conservado tão particularmente primitivo, africano, irracional que suas modernas estilizações seriam desconhecidas, com prejuízo para nossa cultura e para o seu vigor híbrido. A malandragem também teria se conservado um mal ou uma inconveniência. O desenvolvimento do futebol, não num esporte igual aos outros, mas numa verdadeira instituição brasileira, tornou possível a sublimação de vários daqueles elementos irracionais de nossa formação social e de cultura. A capoeiragem e o samba, por exemplo, estão presentes de tal forma no estilo de jogar futebol (...) Com esses resíduos é que o futebol brasileiro afastou-se do bem ordenado original britânico para tornar-se a dança cheia de surpresas irracionais e de variações dionisíacas que é (...) Sublimando tanto do que é mais primitivo, mais jovem, mais elementar, em nossa cultura, era natural que o futebol, no Brasil, ao engrandecer-se em instituição nacional, engrandecesse também o negro, o descendente de negro, o mulato, o cafuzo, o mestiço. E entre os meios mais recentes – isto é, dos últimos vinte ou trinta anos – de ascensão social do negro ou do mulato ou do cafuzo no Brasil, nenhum excede, em importância, o futebol. (2003, p.24-25)

Gilberto Freyre defendeu que o futebol foi capaz de sublimar a violência e a rusticidade que nosso passado pré-moderno impunha aos nossos hábitos e, dessa forma, os atualizar ao novo ambiente, minimizando a formação de experiências sociais traumáticas como as ocorridas em outros países. Uma espécie de facilitador da adaptação de nossas tradições ao contexto urbano, industrial e de massas. Foi, segundo Freyre, em razão dessa característica que o futebol se tornou uma instituição da sociedade brasileira com tamanha repercussão e adesão.

Ademais, o reconhecimento do futebol como extraordinário meio de ascensão social de negros, índios, mulatos e cafuzos colabora com a tese explorada anteriormente por Gilberto Freyre de que a perícia no exercício de atividades

físicas, outrora tratadas como indignas pelos brancos, foi fundamental para afirmação daqueles na sociedade pós-cativeiro, uma verdadeira revolução de baixo para cima na estática e excludente pirâmide social brasileira.

O livro de Mário Filho foi profundamente influenciado pela teoria freyreana – não por outro motivo o sociólogo pernambucano foi escolhido pelo autor para prefaciar a primeira edição de *O Negro no futebol brasileiro*. Ao buscarmos, na última edição de *Sobrados e Mucambos* (2004), o trecho destacado por Soares e transcrito acima, nos deparamos com a inclusão da menção expressa da obra de Filho, o que revela que a influência entre Freyre e Filho era, na verdade, mútua:

Observa-se, entretanto, nas gerações mais novas de brasileiros – gerações menos atingidas por aquela diferença de garantias sociais – a ascensão do mulato não só mais claro como mais escuro, entre os atletas, os nadadores, os jogadores de *football*, que são hoje, no Brasil, quase todos, mestiços. O Sr. Mário Filho já ofereceu do assunto, em incisivas páginas, sugestiva interpretação. O mesmo é certo do grosso do pessoal do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, das Forças Públicas e dos Corpos de Bombeiros: dos seus campeões nos *sports*, entre os quais os negros retintos parecem que são cada vez mais raros, embora de modo algum ausentes. Predomina o pardo. O mestiço. Pardos e mestiços fortes, que vêm enfrentando vantajosamente os brancos e os pretos nos jogos, nos torneios, nos exercícios militares. (Freyre, 2004, p.796)

Contudo, estudos recentes reivindicam um certo afastamento crítico de Mário Filho da hipótese racial formulada por Gilberto Freyre (Leite Lopes, 1994; Gordon Jr., 1995), isso em razão dos acréscimos posteriores que ele fez ao seu estudo, especialmente a nota e os dois capítulos agregados à edição de 1964. Porém, apesar de reconhecermos que o jornalista realmente trouxe novos argumentos e relevantes fatos sobre a persistência do racismo no futebol na segunda edição de seu estudo, nos parece um certo exagero classificar Mário Filho como um crítico da perspectiva freyreana.

Para nós, o livro *O negro no futebol brasileiro*, mesmo após os acréscimos em questão¹⁶, continua sendo um marco importante da influência de Gilberto Freyre sobre a nossa compreensão acerca da relação entre esporte, cultura, nação e identidade. Até mesmo porque Gilberto Freyre não defendia a ideia de uma democracia racial plena e tampouco que a ascensão de negros, índios, mulatos e

¹⁶ Que trata da permanência do racismo na realidade brasileira apesar dos avanços operados através do futebol, isso tendo como ponto de partida do argumento a culpabilização dos jogadores negros, sobretudo o goleiro Barbosa, pela derrota da seleção nacional na final da IV Copa do Mundo de Futebol.

caboclos através futebol era a prova cabal da superação dos impasses raciais de um país cujos alicerces foram construídos a partir do cativo.

Ao contrário, Freyre compreendeu a nossa mestiçagem como um elemento positivo de nossa capacidade enquanto nação em processo de inserção na modernidade, destacando o futebol como uma das sublimes manifestações dessa perspectiva, mas nunca como um argumento em favor de uma ausência de conflitos ou problemas decorrentes da nossa formação social patriarcal e escravocrata. Nesse mesmo sentido, Soares pontua que

o não reconhecimento da relação intelectual entre Freyre e Mário Filho, ocorre, provavelmente, por Freyre ainda ser ligado a uma espécie de ingênua ideologia de democracia racial – apesar do ressurgimento do debate de sua obra no interior das ciências sociais brasileiras nos últimos anos. Tal postura em pode ocorrer em função dos autores lidarem com a imagem “popular do pensamento freyreano”. O “freyrismo popular” pode ser definido, por críticos ou adeptos, como a ideia de que no Brasil não existe racismo; ideia ingênua e simplista que não podemos atribuir à obra de Gilberto Freyre. Seu engajamento como intelectual e cidadão na luta contra o racismo e na militância para aprovação da Lei Afonso Arinos (1951) indica que Freyre tinha convicção da existência do racismo no Brasil, embora pudesse pensar na singularidade do racismo brasileiro e nas formas pacíficas de gradual superação. Freyre também pensava que a democratização era gradual e que a ideologia da modernidade auxiliava esse processo. (2003, p.147-148)

Muito embora hoje existam diversas críticas à compreensão freyreana acerca da mestiçagem, não há como negar que ela promoveu, ao seu tempo, um significativo avanço no debate racial brasileiro, até então orientado pelo pensamento higienista e mobilizado por importantes expoentes intelectuais do período (Nina Rodrigues, Silvio Romero, Euclides da Cunha etc.).

As pretensões políticas varguistas e a hipótese sociológica freyreana sobre o esporte se fundiram na empreitada em busca de novas explicações sobre a formação e a cultura brasileira. Uma espécie de afinidade eletiva em favor da compreensão de um futuro nacional virtuoso cujo ponto de partida era a fusão das melhores características das raças indígenas, branca e negra.¹⁷ Essa compreensão foi massificada através da propaganda política e da cobertura jornalística nos anos posteriores, especialmente a promovida por Mário Filho através do *Jornal dos Sports*.

¹⁷ Sobre as aproximações e distanciamentos entre Gilberto Freyre e o Estado Novo, recomendamos o artigo “Gilberto Freyre e o Estado Novo: a trajetória de uma relação ambígua”, de Gustavo Mesquita (2013).

3.2

A permanência da hipótese freyreana sobre o futebol

Até o início da década de 1980, quando Roberto DaMatta organizou e publicou, juntamente com jovens pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/ Museu Nacional/ UFRJ), a coletânea de textos *O universo do futebol: esporte e sociedade brasileira* (1982), o interesse acadêmico sobre o tema ficou à margem e, quando muito, minimizado pelo olhar de um marxismo ortodoxo que compreendia o futebol enquanto o ópio do povo, logo, enquanto um instrumento ideológico de dominação classista.

Foi a partir do esforço de DaMatta que o tema retornou para a agenda de pesquisa nacional. DaMatta reinventou o futebol enquanto objeto das ciências sociais ao estudá-lo não mais como fenômeno estranho à vida social, mas como manifestação simbólica dela:

Enquanto uma atividade da sociedade, o esporte é a própria sociedade exprimindo-se por meio de uma certa perspectiva, regras, relações, objetos, gestos, ideologias etc., permitindo, assim, abrir um espaço social determinado: o espaço do esporte e do “jogo”. E assim, suponho, que uma produtiva sociologia do esporte pode ser praticada, sem os riscos das reificações e projeções rotineiras, quando o esporte é tratado como um epifenômeno ou atividade dispensável e secundária e a sociedade como uma realidade individualizada e monolítica. (1982, p.24)

Igualmente, os estudos mais recentes de DaMatta sobre o futebol reivindicam e atualizam as contribuições de Freyre sobre nossa particular forma de manifestação entre quatro linhas (1994, p.10-17). No campo simbólico, destaca que a imprevisibilidade do resultado de um esporte conduzido através dos pés ressignificou as crenças na sorte ou no azar humano advindos da inalcançável vontade dos deuses, logo, atualizou a religiosidade tão presente em nossa formação tradicional.

Porém, é na esfera prática do esporte que o antropólogo dá maior destaque aos efeitos da nossa miscigenação e sua implicação no esporte bretão. DaMatta destaca que nossas habilidades com os pés e a cintura, adquiridas no exercício dos festejos populares, nas práticas de rituais religiosos e, especialmente, na dança da capoeira, nos prepararam para uma forma particular de jogar futebol, que encantou o mundo na III Copa do Mundo de Futebol e, a partir de então, nos auxiliou no

aprofundamento da nossa compreensão enquanto coletividade e da crença na possibilidade de vencermos enquanto tal.

É no futebol que DaMatta vislumbra, ainda, a grande dramatização das normas democráticas mediante a qual a sociedade brasileira aprendeu as noções de igualdade (times), imparcialidade (juiz), competição (campeonatos), dignidade, entre muitas outras lições, e delimita o futebol como elemento fundamental para nossa transição em direção à modernidade, apesar das muitas permanências pré-modernas. Apesar da sofisticação, entendemos que essa hipótese guarda relação direta com o conteúdo do prefácio escrito por Freyre para o livro de Filho.

Outro importante marco da retomada desse debate foi a dissertação de mestrado “Os Gênios da Pelota: um estudo do futebol como profissão” (1980), de Ricardo Benzaquen. O autor analisou a profissionalização do futebol e os problemas ainda não resolvidos nesse percurso como metáfora do processo de consolidação dos valores modernos na sociedade brasileira, oportunidade em que destacou que nossa maior qualidade em campo era exatamente a capacidade de surpreender o adversário com uma saída individual em um jogo eminentemente coletivo.

Apesar de não mobilizar diretamente a obra de Gilberto Freyre, o que fez magistralmente em sua premiada tese de doutoramento, entendemos que as sugestões sobre as particularidades do futebol brasileiro apontadas por Benzaquen só foram possíveis porque anteriormente seu esboço foi explorado no bojo das análises de Freyre, que destacava a sinuosidade e os inesperados lances individuais do futebol nacional em contraposição a angulosidade e a coletividade da forma como o jogo era praticado na Europa¹⁸.

Dos debates inaugurados por DaMatta e Benzaquen, especialmente através das obras do primeiro, pois a não publicação da dissertação de Benzaquen dificulta a circulação de suas ideias sobre o tema, foi armada uma extensa e plural agenda de investigação social sobre o papel dos esportes em nossa formação. Agenda, portanto, tributária do estudos de Gilberto Freyre sobre o futebol. Um bom exemplo

¹⁸ Uma outra hipótese possível para essa afinidade entre os autores decorre do interesse comum pelos estudos promovidos pelo Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago no início do século XX, afinal, antes de seu doutoramento, Benzaquen ainda não era um leitor atento de Freyre. Dificilmente teremos essa resposta, pois Benzaquen fez a passagem antes de concretizar seu antigo desejo de retomar o tema do futebol em suas pesquisas.

dessa permanência é o livro *Veneno e remédio: o futebol e o Brasil* (2008), de José Miguel Wisnik.

Wisnik sustenta a hipótese de que o futebol é a mais bem acabada síntese das ambivalências extremadas que marcam a sociedade brasileira e, principalmente, a compreensão que tem de si, que ora se considera a mais aperfeiçoada manifestação social e ora a mais infantil e primária delas (o veneno e o remédio). Para tanto, utiliza abertamente a formulação de Freyre, assim como as crônicas de Machado de Assis, como ponto de partida para sua análise sobre a relação entre o futebol e a sociedade no Brasil.

Outro bom exemplo da permanência das concepções freyreanas como ponto de partida da reflexão da relação entre sociedade e futebol no Brasil é o artigo “Brasil, país do futebol?” (2013), em que Hilário Franco Junior defende, inclusive comparando dados sobre o esporte no Brasil com os de outras nações, que a caracterização do futebol brasileiro como individual, sinuoso e imprevisível trata a exceção como a regra. Em contraposição à idealização virtuosa do nosso futebol, Franco Junior defende que o nosso nível de competições é mediano, quando não baixo e que nossa adesão ao esporte é significativamente menor que em outros países.

Para nós, na esteira das contribuições de Freyre e de DaMatta, o futebol continua sendo um importante espelho sobre nossos avanços e dificuldades enquanto nação, sobretudo em relação ao desafio de consolidação de uma agenda democrática e igualitária. É através do futebol que aperfeiçoamos nossa compreensão sobre a permanência do preconceito racial em nossa sociedade, vide os debates realizados a partir de episódios de racismo que aconteceram recentemente em competições nacionais.

De igual maneira, é a partir do futebol, como atestado pelos acalorados protestos envolvendo a realização da Copa de 2014 no país, que nos habituamos a criticar e a fiscalizar os investimentos e prioridades públicas. Recentemente, quando, apesar dos números alarmantes da pandemia ainda em curso (Covid-19) e após recusa de diversos outros países sul-americanos, o Brasil abriu seus estádios para a realização da Copa América em 2021, o debate sobre políticas sanitárias e responsabilização dos gestores públicas sobre elas foi reanimado.

Mesmo o debate sobre discriminação da mulher no mercado de trabalho encontra férreo terreno dentro de campo, especialmente quando a imprensa destaca a

diferença de tratamento, financeiro e estrutural, dado pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) para as seleções masculina e feminina. Enfim, entendemos que o futebol ainda é um meio privilegiado através do qual o ampliamos a compreensão sobre nossa realidade, perspectiva cuja origem está relacionada com o esforço analítico de Gilberto Freyre sobre o tema.

De toda sorte, é inusitado vermos um trabalho sobre o tema que não dialogue com o sociólogo pernambucano e sua obra, ainda que seja para discordar de suas contribuições. Os seus interlocutores, seja os que consagram ou os que desafiam suas entendimentos, sempre o tomam como referência. Por esse motivo, entendemos que o futebol mulato de Freyre é a principal explicação do particular enlace estabelecido entre futebol e sociedade no Brasil.

3.3

O estádio nacional de Niemeyer

Foi nesse particular contexto de aproximação entre o futebol e a política que, em março de 1941, Getúlio Vargas criou o Conselho Nacional de Desportos (CND), órgão da administração pública responsável pelas políticas esportivas, competindo-lhe a função de legislar sobre a matéria e de julgamento final sobre as celeumas temáticas. Em outubro de 1941, Capanema, titular do Ministério da Educação e Saúde, ao qual o CND estava subordinado, promoveu um novo concurso para construção do Estádio Nacional e da Escola Nacional de Educação Física e Desportos.

Os cinco membros da comissão julgadora foram escolhidos em novembro de 1941 – todos eles eram egressos da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), principal escola de formação de arquitetos no Brasil até 1945. Integravam a comissão julgadora Mário Belisário de Carvalho, Hildebrando de Araújo Góes, Atilio Correia Lima¹⁹, Eduardo Souza Aguiar e Ary Azambuja²⁰, os quatro primeiros representavam a Divisão de Obras do Ministério da Educação e Saúde e o último representava o DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público).

A primeira etapa do concurso, que consistia na seleção dos melhores projetos submetidos ao crivo da comissão, foi concluída em janeiro de 1942. Esse primeiro

¹⁹ Vencedor do concurso da Estação de Hidroaviões – 1938 – e finalista no concurso do Aeroporto Santos Dumont.

²⁰ Coordenador da equipe de projeto da sede eclética do Ministério da Fazenda (1938-43).

esforço da comissão elegeu três projetos, quais sejam: o projeto elaborado por Oscar Niemeyer, o projeto elaborado em parceria por Pedro Paulo Bernardes Bastos²¹ e Antônio Augusto Dias Carneiro e o projeto da equipe formada por Renato Mesquita dos Santos, Thomaz Estrella, Jorge Ferreira e Renato Soeiro. Dos três projetos finalistas, infelizmente, somente o de Niemeyer foi publicado, motivo pelo qual trabalharemos prioritariamente com ele.

Segundo Carlos Eduardo Dias Comas (2011), a aproximação entre Oscar Niemeyer e o Maracanã antecede a escolha, como finalista, de seu projeto de Estádio Nacional e de Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Niemeyer, ainda um jovem e promissor arquiteto, colaborou com os projetos de estádio anteriormente apresentados por Le Corbusier e Lúcio Costa, respectivamente, quando o tema ainda estava fortemente atrelado à construção da cidade universitária da Universidade do Brasil.

O concurso promovido pelo CND foi a oportunidade ideal para que Niemeyer apresentasse um projeto autoral²² e independente de uma composição de grande escala como a que a cidade universitária demandava. O projeto de Niemeyer tinha como elemento central o estádio de futebol, que dialogava com outras arenas e equipamentos esportivos de menor porte assentadas no seu entorno. Ao norte do estádio, foi projetado o ginásio de basquete e, ao sul do estádio, foram projetadas um conjunto contíguo de piscinas cobertas e o estádio de tênis.

A proposta de Niemeyer era organizar a praça de esportes de maneira que seus elementos pudessem ser vistos em um só golpe, ampliando a experiência visual do frequentador do espaço, conforme as apresenta na Figura 13:

²¹ Responsável pelo projeto neocolonial do Pavilhão do Brasil na Exposição Ibero-americana de Sevilha em 1929.

²² O colaborador mais importante do projeto foi o engenheiro Emilio Baumgart, que funcionou como consultor estrutural, reeditando a parceria feita por ocasião do projeto da sede do Ministério da Educação em 1936.

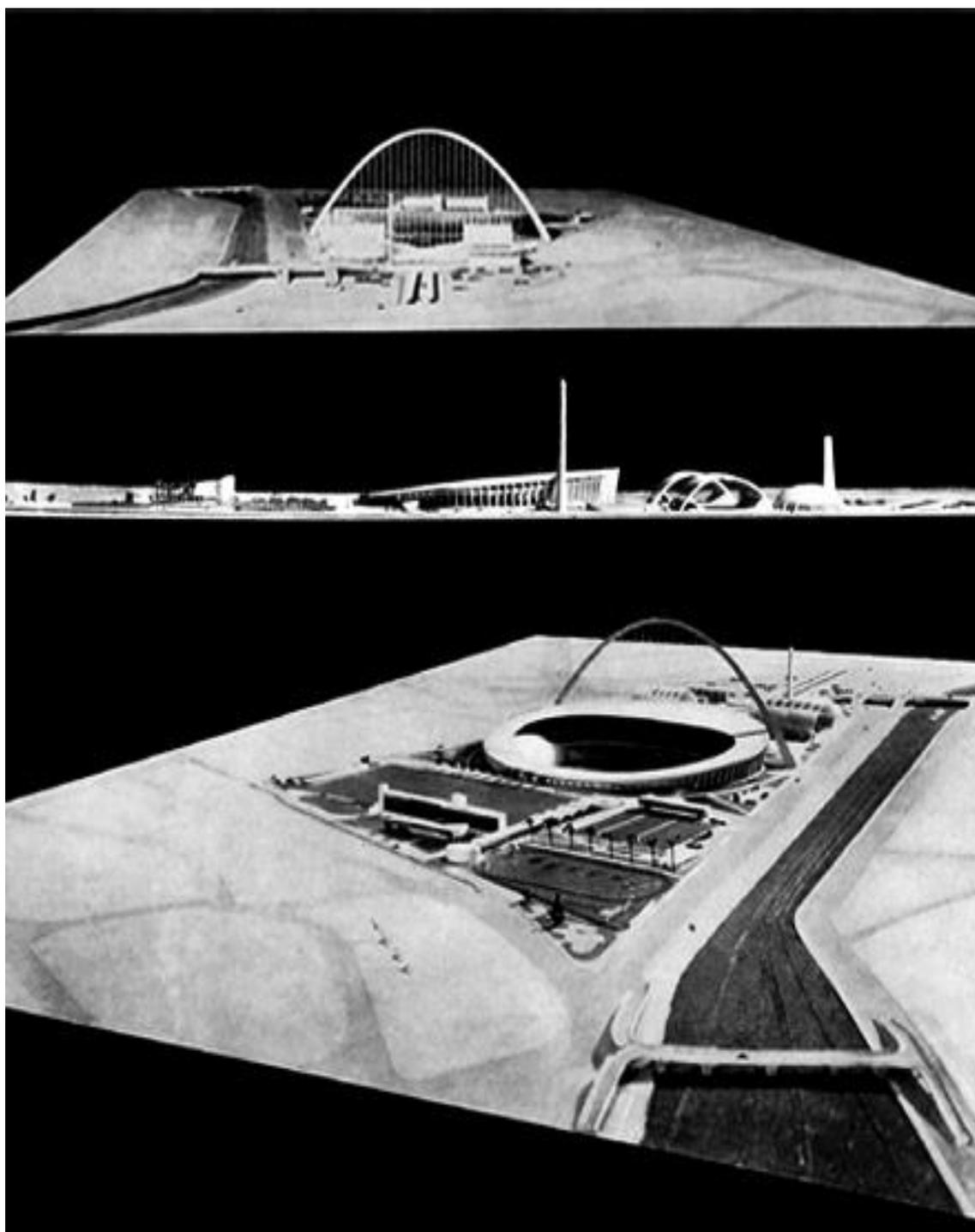


Figura 13 – Maquete do projeto de Estádio Nacional e de Escola Nacional de Educação Física e Desportos elaborada por Niemeyer. Fonte: <https://rioquepassou.com.br/2009/12/14/cidade-universitaria-na-quinta/>

Enquanto o estádio de Piacentini e Morpurgo tinha como principal inspiração o Foro de Mussolini, o estádio de Niemeyer tinha como horizonte criativo o Centro Nacional de Festividades Populares, projeto de estádio com previsão de abrigo de cem mil pessoas e integrante do conjunto de ideias

apresentadas por Le Corbusier e Pierre Jeanneret para a reorganização de Paris no âmbito da *Exposition Internationale des arts et des techniques dans la vie moderne* (1937) e da preparação da cidade para III Copa do Mundo de Futebol (1938).

Mais que um grande estádio, o Centro idealizado por Corbusier e Jeanneret tinha como pretensão abrigar uma diversificada praça cultural com funcionalidades para além dos grandes eventos esportivos e cívicos. O projeto contemplava espaços e configurações para exibição de filmes, encenação de peças teatrais, concertos e encontros políticos, enfim, como o próprio Corbusier denominou: uma ferramenta civil para os tempos modernos. Como se observa na Figura 14, propunha uma construção capaz de superar as grandes edificações do passado e telegrafar o futuro²³.



Figura 14 – Vista aérea do Centro Nacional de Festividades Populares. Fonte: Cohen, 2011.

Entre os muitos elementos de vanguarda presentes no Centro, uns já utilizados em composições anteriores dos seus autores e outros inspirados em

²³ De acordo com Cohen (2011), a obra tinha uma relação direta com o momento político vivido pela França no final da década de 1930, quando a Frente Popular, que reunia os partidos de esquerda, governou o país.

estádios projetados por outros arquitetos, a inovação mais relevante foi a solução operada para a proteção dos expectadores das intemperes climáticas. Corbusier e Jeanneret atualizaram um antigo expediente arquitetônico ao instalarem uma torre tubular, afilada em suas duas extremidades, inclinada de forma a redistribuir os esforços de tração de uma matriz cônica de cabos, segurando a cobertura sobre as arquibancadas.

Retomando a análise do estádio de Niemeyer, recorreremos, novamente, aos preciosos apontamentos de Comas para apresentação dos elementos gerais do projeto:

Para reduzir o comprimento das rampas de acesso, Niemeyer propõe rebaixar em treze metros o campo de jogo. O solo argiloso e a altura do lençol freático complicam a operação, mas as vantagens compensam. Como diz o autor, os acessos encurtam, a visibilidade melhora, a obra barateia. A estrutura se reduz com o aproveitamento racional do desaterro. Evita-se uma construção enorme, que esmagaria irremediavelmente o conjunto num terreno relativamente pequeno. Niemeyer combina logo dois sistemas de arquibancadas. O anfiteatro em concha mostra altura máxima no centro a oeste, três anéis, duas galerias e cinco vomitórios. Da galeria térrea de distribuição o PÚBLICO desceria para as arquibancadas inferiores. Da galeria superior acessada pelas rampas, o PÚBLICO desceria para as arquibancadas intermediárias e subiria para as superiores. A tribuna de honra e o pódio opostos separam-se do anfiteatro em concha pela pista de desfiles, com acesso independente de baixo para cima. A grande marquise inclina-se ininterrupta, cobrindo os dois anfiteatros e os acessos. O cálculo de Baumgart prevê a estrutura da marquise sobre o anfiteatro maior com 80 metros de vão. Ela seria suspensa através de tirantes metálicos de um grande arco parabólico de secção triangular variável, com 300 metros de comprimento e flecha de 100 metros de altura. A construção se faria em etapas. Primeiro seria executada a marquise em todo o perímetro do estádio com 27,50 metros de vão. Seguir-se-iam a construção do arco e a sutura da nova laje à marquise já executada. Niemeyer reelabora um elemento proposto por Le Corbusier para o Palácio dos Sovietes e por este transposto para a Aula Magna carioca. Ao mesmo tempo, retoma a paráfrase esportiva dos hangares de Freyssinet em Orly ensaiada no ginásio da Escola Profissional de Belo Horizonte em 1940. Explora as potencialidades pragmáticas e expressivas dos exoesqueletos arqueados. O arco é ao mesmo tempo estrutura e emblema do estádio, assinalando-o desde longe. Declinado de diferentes modos nas outras estruturas, o arco vira também refrão. O ginásio se cobre com uma CÚPULA apoiada em arcos; sua projeção tem diâmetro de 90 metros. (2011, p. 25)

Aliás, foi na arena de ginástica integrante do projeto de Estádio Nacional e de Escola Nacional de Educação Física e Desportos que Niemeyer experimentou pela primeira vez uma construção cupular de grande volume (Figura 15), ideia que marcou toda sua obra:

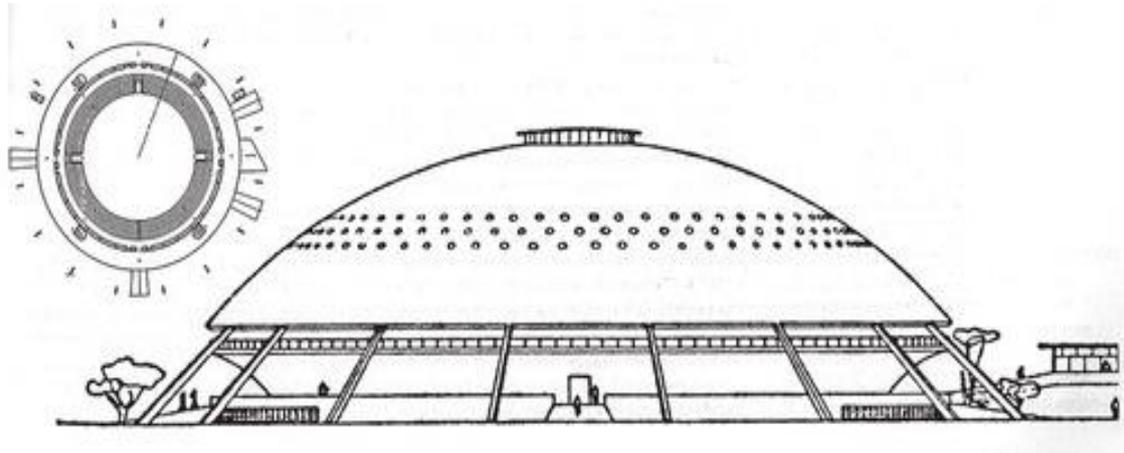


Figura 15 – Arena de Ginástica do Estádio Nacional. Fonte: https://www.researchgate.net/figure/a-The-Primal-Hut-drawing-by-Oscar-Niemeyer-b-Gymnastics-Arena-for-the-National_fig2_339863892

Contudo, os dois elementos mais marcantes do estádio de Niemeyer são o arco que o adornaria e a proposta de concentração das arquibancadas em apenas um lado da construção, aspectos que aproximam o estádio de Niemeyer com o de Le Corbusier e Jeanneret. O arco funciona simultaneamente como estrutura e símbolo do estádio, podendo ser avistado há quilômetros. O estádio seria coberto com uma cúpula apoiada no arco, sua projeção teria diâmetro de 90 metros, conforme demonstrado na Figura 16. Assentado para além dos limites do estádio, o arco dialogaria, em menor escala, também com as demais edificações:

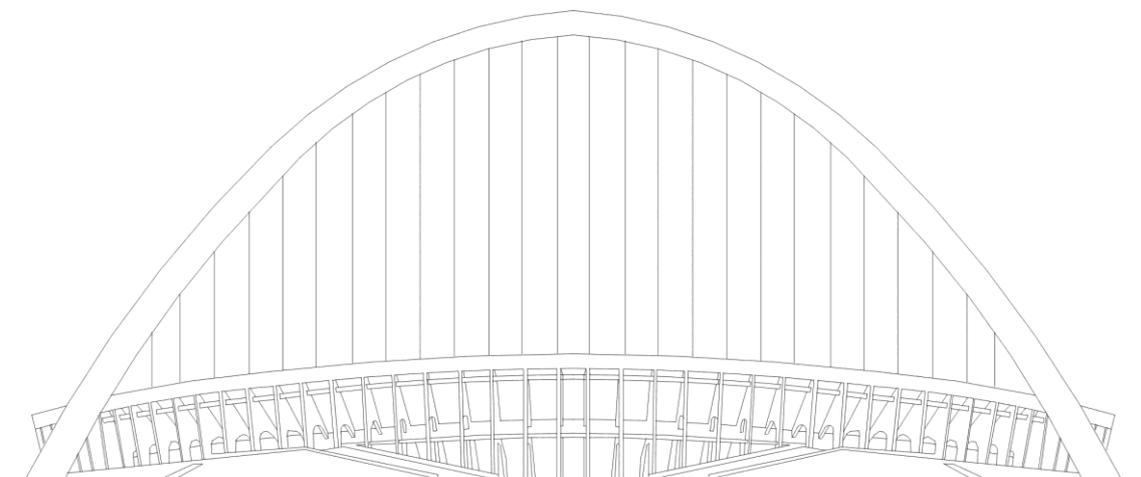


Figura 16 – Elevação do projeto de Oscar Niemeyer para o Estádio Nacional. Fonte: Comas, 2011.

Já a arquibancada unilateral (Figura 17), certamente inspirada no formato em “U” das arquibancadas do Centro Nacional de Festividades Populares, tinha como objetivo evitar que o espectador tivesse que assistir a partida de futebol em posição contrária à incidência solar:

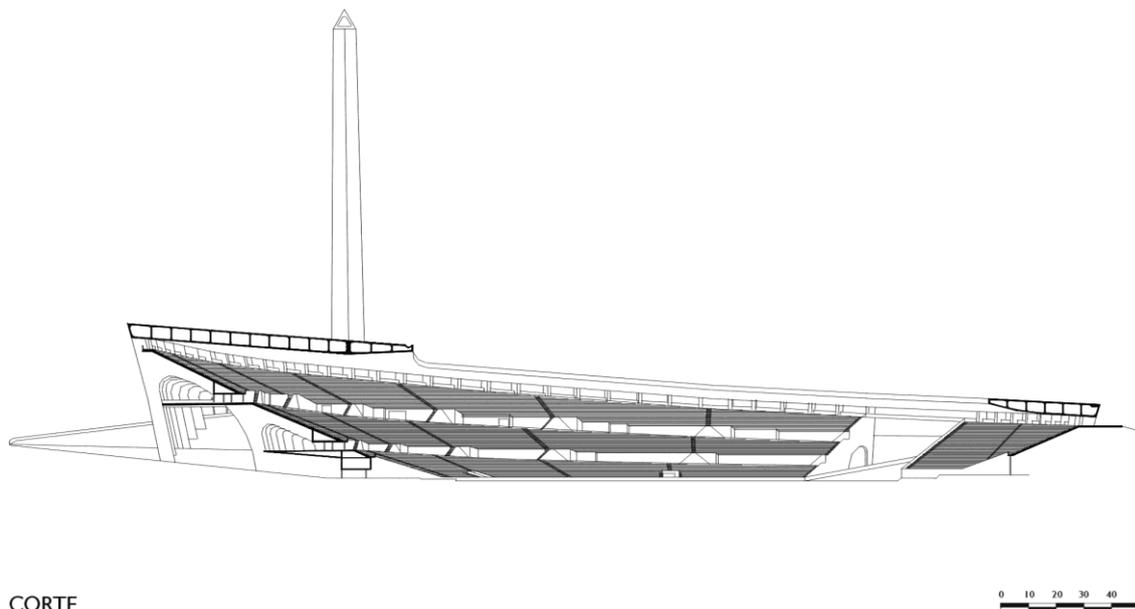


Figura 17 – Corte perspectivado do projeto de Oscar Niemeyer para o Estádio Nacional. Fonte: Comas, 2011.

A arguição dos três projetos finalistas se prolongou por meses. Mário de Carvalho sustentava a desclassificação de todos os projetos, considerava que eles tinham problemas crônicos que os afastavam da funcionalidade esperada. A arquibancada de 40 metros de altura da equipe de Estrella, o rebaixamento do campo proposto por Niemeyer e as arquibancadas com pouca visibilidade de Bastos e Carneiro eram entendidas como maneirismos que afetavam sensivelmente a qualidade dos projetos.

Além disso, Carvalho considerava que todos os projetos deixavam sem solução o problema do acesso de pedestres, que eram obrigados a cruzar linhas de tráfego e/ou percorrer longas distâncias. Carvalho foi convencido por Ary Azambuja que uma posição radical como a desclassificação deveria ser objeto de debate entre todos os membros da comissão e não mero voto isolado. Azambuja ponderou, ainda, que a decisão da comissão, de acordo com o edital

do concurso, não vincularia a administração pública, de modo que a indicação do melhor projeto não necessariamente resultaria no esforço de sua construção.

Carvalho cedeu aos argumentos de Azambuja e votou, juntamente com Hildebrando de Araújo Góes e Eduardo Souza Aguiar, no projeto de Pedro Paulo Bernardes Bastos e Antônio Augusto Dias Carneiro. Correia Lima e Azambuja votaram no projeto proposto por Oscar Niemeyer. Somente no início de novembro de 1942, a comissão promulgou seu parecer, oportunidade em que tornou pública a escolha do projeto de Bastos e Dias como o melhor entre os três finalistas.

Descontraidamente, Niemeyer, em entrevista concedida ao programa Milênio (TV Globo), em 1999, confessou que o seu projeto era realmente inferior ao vencedor, pois limitava a experiência sensorial do torcedor ao localizar a arquibancada em apenas um lado do estádio:

O meu estádio seria pior. Naquele tempo, a ideia que tínhamos de arquitetura em relação a estádio de futebol era fazer uma única arquibancada do lado em que o sol não batesse na cara do espectador. Depois, ao começar a frequentar estádios, vi como era importante existir arquibancada também do outro lado. O sujeito vê o campo, vê o jogo, mas precisa ver também a alegria do estádio! Então, um estádio circular, como o Maracanã, é a solução melhor. Passaram-se alguns anos, eu estava na casa de Maria Martins, em Petrópolis, quando chegou Getúlio Vargas, a quem eu nunca tinha encontrado. Getúlio olhou para mim e disse: “Se eu tivesse ficado no governo, teria feito o seu estádio”. Tive vontade de dizer: “Era ruim. O outro projeto era melhor”. (Pinto, 2009, p.142)

Diante da confissão de Niemeyer, bem como do saber empiricamente acumulado por todo torcedor que já, ao menos uma vez, frequentou um estádio, entendemos que o projeto do gênio brasileiro se deixou levar pela influência do modernismo ortodoxo de Le Corbusier e, por isso, ignorou não apenas as funcionalidades esperadas pela comissão julgadora, mas a própria essência do espetáculo realizado em arenas, que tem no seu planalto o centro das atenções, mas se vale do frenesi das arquibancadas como elemento indispensável para a boa realização do espetáculo.

Retomando a polêmica da escolha do projeto, lembramos que Estrella, cujo projeto não recebeu um único voto na etapa final do concurso, apresentou, ao Ministério da Educação e Saúde, pedido de anulação do concurso em razão de supostas inconsistências técnicas do projeto vencedor. Capanema, em fevereiro de 1943, negou o pedido e aprovou o resultado do concurso, pagando

os prêmios devidos. Contudo, por conta das polêmicas internas da comissão julgadora, postergou a decisão sobre qual projeto iria efetivamente executar.

Inclusive, ao comunicar o presidente do resultado, Capanema destacou que ele era provisório, dado o empate técnico entre os dois vencedores e a reticência de Carvalho quanto a eles. Outrossim, disse que o início das obras demandava outros estudos técnicos não aprofundados pela comissão. Em maio de 1943, Getúlio Vargas, orientado por parecer do DASP, instaurou uma nova comissão para avaliação de qual dos dois projetos, o de Bastos e o de Niemeyer, tinha melhor viabilidade técnica e orçamentária. No entanto, o Estado Novo foi superado sem que a nova comissão pudesse oferecer um parecer final. Mais uma vez o levantamento do estádio foi postergado.

3.4 O estádio municipal de Henrique Dodsworth

Ciente de que os debates envolvendo o Estádio Nacional estavam estacionados em razão das polêmicas internas da comissão julgadora responsável pela seleção dos projetos e do desgosto que Gustavo Capanema nutria pelos três projetos finalistas, bem como do prestígio que envolvia a construção de uma nova e grande praça esportiva capaz de canalizar o enraizado interesse popular sobre o futebol, o então prefeito da capital da República, Henrique Dodsworth, decidiu pela construção de um estádio municipal.

A iniciativa contou com o entusiasmado apoio da Federação Metropolitana de Football (LMF) e seu presidente, Vargas Neto, que era sobrinho do presidente Getúlio Vargas. Inclusive, o anúncio público da pretensão municipal foi feito em entrevista coletiva concedida na sede da entidade logo após uma pomposa cerimônia de homenagem ao prefeito Dodsworth. O episódio ganhou destaque na capa do caderno de esportes do jornal carioca *A Noite*:

Metropolitano.

O que será o estádio da cidade

Será homenageado hoje, na Federação Metropolitana de Football, o prefeito Henrique Dodsworth — Uma entrevista coletiva sobre a grande praça de sports que surgirá em São Cristóvão

Será hoje alvo de grande homenagem na Federação Metropolitana de Football, promovida pelo Sr. Vargas Netto, presidente dessa entidade, o prefeito Henrique Dodsworth. A manifestação teve o apoio de todos os clubs filiados e terá larga repercussão nos círculos desportivos do país. Durante essa homenagem serão inauguradas no gabinete de trabalho do Sr. Vargas Netto os retratos do presidente Getúlio Vargas e do prefeito. E em seguida o prefeito Henrique Dodsworth concederá a crônica desportiva escrita e falada. Importante entrevista sobre as obras do estádio que a Prefeitura construirá no campo de São Cristóvão.

O prefeito para essa entrevista fez um convite à imprensa e o rádio desta capital. Nessa ocasião ficará à exposição na Federação Metropolitana de Football a maquete do estádio municipal. Os projetos de construção dessa grande praça de sports são da autoria do arquiteto Raul Penna Firme, da Secretaria Geral de Educação da Prefeitura.

50' PARA CRIANÇAS

COMPLETAMENTE INOFENSIVO DIREITOS RESERVADOS

Figura 18 – Trecho da edição do jornal *A Noite* de 2 de novembro de 1943. Fonte: *Jornal A Noite* – <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Henrique Dodsworth solicitou um projeto de estádio aos arquitetos Rafael Galvão e Orlando da Silva Azevedo. O primeiro, um consagrado profissional (membro da Comissão do Plano da Cidade e autor dos projetos da sede do Flamengo e do estádio do Botafogo) e o segundo, um jovem profissional ainda em início de carreira, ambos também egressos da ENBA. O projeto de Galvão e Azevedo teve como principal inspiração o Estádio de Roma projetado por Pierluigi Nervi e Cesare Valle (1932-1935), uma arena com capacidade para cento e vinte mil torcedores levantada para substituir o estádio do Partido Nacional Fascista, projetado por Piacentini.

Superados os conflitos da Segunda Grande Guerra, a influência da arquitetura italiana não era mais um problema político tão grande. No caso específico, ainda menor porque a influência era de um estádio que substituiu a antiga arena celebrativa do Partido Nacional Fascista, portanto, um marco na

superação de tal período. Há uma profunda semelhança entre o projeto de Nervi e Valle com o de Galvão e Azevedo (Figuras 19 e 20):

Proyecto de tribuna para un estadio, de 100.000 plazas, en Roma - 1935

Proyecto en colaboración con el ingeniero Profesor Cesare Valle.

En la misma idea se funda el proyecto para un estadio en Rio de Janeiro, de 150.000 plazas, en 1945. Tiene especial interés, desde los puntos de vista arquitectónico y estructural, la tribuna central en voladizo.

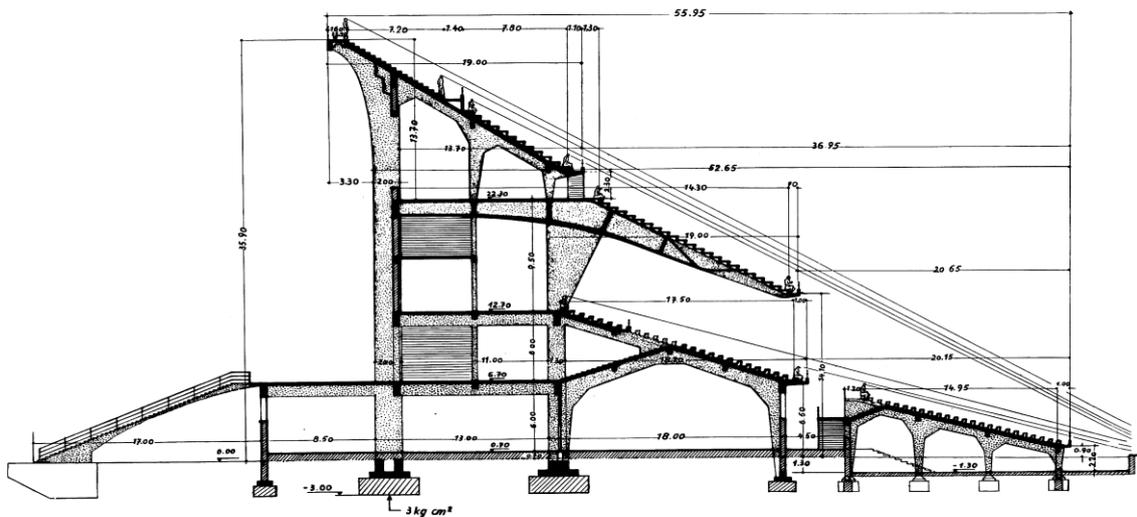
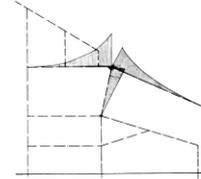


Figura 19 – Corte do projeto de estádio elaborado por Pier Luigi Nervi e Cesare Valle. Fonte: Comas, 2011.

7. Proyecto de estadio para Río de Janeiro. Perspectiva.



Figura 20 – Perspectiva do projeto de estádio municipal. Fonte: Comas, 2011.

Importante destacarmos que a iniciativa do prefeito Dodsworth, apesar de ter ganho fôlego em razão das dificuldades que afetavam o início da construção do Estádio Nacional, nunca rivalizou diretamente com a iniciativa do Ministério da Educação e Saúde. Ao contrário, desde o início saudou a iniciativa da administração federal e pontuou que a cidade ganharia com a duplicidade de novos estádios de futebol. Nesse sentido, a continuidade da matéria destacada na Figura 18 saudava os “dois majestosos estádios na cidade”.

Estamos certos de que todo esse cuidado não era apenas fruto do alinhamento político entre o prefeito-interventor e o presidente que o nomeou, mas também temor de que seu empenho pudesse ser considerado como uma disputa política ou mesmo ser entendida como uma pretensão de futuramente ocupar o cargo de mandatário maior do país. Nunca é demais lembrarmos que

o prefeito-interventor anterior, o médico Pedro Ernesto, foi defenestrado por conta da desconfiança que sua popularidade causou em Getúlio Vargas.

Apesar do cuidado de Henrique Dodsworth, seu ímpeto na defesa do estádio municipal não foi bem recebido pela administração federal, motivo pelo qual esse projeto foi rapidamente abandonado. A falta de interlocução entre as instâncias federal e local impediram que o tão sonhado estádio fosse erguido e, uma vez mais, foram frustradas as projeções populares mobilizadas pela temática.

3.5

Apontamentos finais do capítulo

Iniciamos este capítulo indicando a participação brasileira na Copa do Mundo de 1938 como o ápice da mobilização popular que o futebol vinha catalisando desde o início do século XX no país. Situação que, por um lado, colaborava com as teses que Gilberto Freyre havia desenvolvido nos anos anteriores sobre a miscigenação enquanto elemento diferenciador (e não mais negativo como na chave de compreensão higienista) de nossa capacidade de interação com o mundo moderno e seus desafios.

Por outro lado, despertou ainda mais interesse político sobre o esporte e sua capacidade de mobilização em favor de uma nova compreensão de nação e de pertencimento a ela. Portanto, celebrou a afinidade eletiva entre a sociologia de Freyre e as pretensões políticas do período varguista. Debatemos, ainda, a atualidade do pensamento freyreano sobre o esporte e sua influência na agenda de estudos contemporânea.

Por fim, analisamos os projetos de estádio apresentados por Niemeyer para o Estádio Nacional e para a Escola Nacional de Educação Física e Desportos e o de Rafael Galvão e Orlando da Silva Azevedo para o Estádio Municipal. Ambos tinham seus traçados fortemente influenciados pela arquitetura modernista praticada na Europa no período, mas não foram capazes de convencer as autoridades locais de que atenderiam os fins políticos pretendidos com o levantamento de uma nova praça de esportes na então capital.

Nesse contexto, sugerimos que a pretensão política, fosse a do governo central fosse a da administração distrital, que orientava o desejo de construção de

um novo e grande estádio de futebol na cidade, tinha como pressuposto a capacidade de mobilização popular operada pelo futebol e sua institucionalização enquanto campo profissional. Ambos os processos foram impulsionados pelo frenesi causado pela destacada participação da seleção brasileira na III Copa do Mundo de Futebol.

Era iniciativa que respondia simultaneamente os arranjos estruturais das elites políticas e econômicas e as demandas populares operadas mediante sua organização em espaços públicos subalternos que tinham no futebol sua principal expressão. Contudo, tal enlace de interesses não foi suficiente, dada as dificuldades conjunturais do momento, para que o antigo desejo de um novo estádio fosse efetivamente realizado.

4

Uma Copa e a urgência de um novo estádio²⁴

4.1

A candidatura brasileira para sediar a IV Copa do Mundo de Futebol

Embalado pelo resultado extraordinário da seleção brasileira na III Copa do Mundo, o secretário-geral da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), o

²⁴ Neste capítulo, o referencial teórico tanto do estudo dos intelectuais engajados no debate sobre a construção do estádio do Maracanã quanto da imprensa enquanto instrumento de disputa entre suas posições é o pensamento político do filósofo italiano Antonio Gramsci (2000), que dedicou seus esforços à compreensão das diferentes maneiras de dominação em sociedades de capitalismo desenvolvido (ocidentais), bem como às formas de disputa política que lhes são inerentes.

jornalista Célio de Barros, defendeu a candidatura do Brasil para sediar a IV Copa do Mundo durante o XXIV Congresso da FIFA, realizado em 1938 na cidade de Paris. Porém, a escolha do país sede do evento, previsto inicialmente para ser realizado no ano de 1942, ficou suspensa em razão dos conflitos da II Grande Guerra. A eleição só ocorreu, de fato, em 1946, durante o Congresso de Luxemburgo, ocasião em que a delegação brasileira reafirmou nossa candidatura e saiu vitoriosa, derrotando a pretensão dos vizinhos argentinos.

Segundo Franzini (2010), há duas hipóteses sobre a preferência da FIFA pela realização da IV Copa do Mundo no Brasil. Os defensores da primeira hipótese afirmam que a entidade tinha interesse na realização do campeonato em um país sul-americano em razão das muitas dificuldades que os países europeus passavam logo após o término da Segunda Guerra. Os entusiastas da segunda hipótese defendem que, independentemente dos impactos da guerra na Europa, a realização de um campeonato em um país sul-americano já fazia parte das pretensões geopolíticas da entidade.

Entendemos que a escolha foi fruto da conjugação das duas hipóteses acima descritas, bem como do encantamento que nossa exibição na III Copa do Mundo causou. O futebol curvilíneo e o time multiétnico apresentados pela seleção brasileira em 1938 ainda ocupavam as lembranças dos amantes do esporte não apenas no Brasil, mas também na Europa. A Copa do Mundo realizada na França foi a última grande competição antes do início dos conflitos entre os países integrantes do Eixo e os Aliados.

O ocaso da primeira metade do século passado foi um momento de profunda inflexão não apenas para as relações diplomáticas, mas também para a sociedade brasileira. Após o trauma de duas grandes guerras, a comunidade internacional decidiu instaurar um grande bloco permanente de solução de conflitos entre os estados nacionais, e assim nascia a Organização das Nações Unidas (ONU). No Brasil, no mesmo período, acabávamos de superar a ditadura do Estado Novo e inaugurávamos mais uma tentativa de consolidação democrática.

A escolha do Brasil para sediar o evento ocorreu meses depois da primeira eleição direta após quinze anos. Apesar de muitos impasses estruturais, muitos deles ainda hoje presentes em nosso debate político, as eleições, a pluralidade partidária nela expressada e a participação popular fomentaram a expectativa de uma nova pavimentação democrática de nossa experiência republicana. Eurico Gaspar Dutra,

general do Exército que cooperou ativamente com Vargas, mas que cerrou fileiras com o golpe que o retirou do poder, foi eleito presidente.

Nesse particular contexto, a escolha do Brasil para sediar a IV Copa do Mundo de Futebol foi um espaço simbólico de grande importância. Segundo Gisella de Araújo Moura:

Promover um campeonato mundial que marcaria o reencontro das seleções de futebol num mundo transformado e dividido pela II Guerra Mundial não era apenas questão de boa vontade, significava o reconhecimento e um privilégio para um país que vivia um momento especial da sua história. O Brasil governado pelo general Eurico Gaspar Dutra buscava novas referências. Era preciso posicionar-se, escolher o caminho a seguir, inserir-se num mundo bipolarizado dos primeiros anos da Guerra Fria. Após 15 anos de governo de Getúlio Vargas, era chegada a hora de apresentar ao mundo um novo modelo de país. Um país que se transformará, deixando pouco a pouco o campo e voltando-se para as cidades. O café ainda era nosso principal produto de exportação, mas os anos da guerra tinham impulsionado nossa capacidade industrial e a ideia do progresso que pretendíamos alcançar estava associada ao modelo capitalista internacional. A realização da Copa do Mundo representaria o deslocamento dos focos esportivos internacionais para nossas terras tropicais. Era a grande oportunidade para que o mundo conhecesse o país que julgávamos promissor e de cujo futebol muito nos orgulhávamos. O Rio de Janeiro, capital da República, “cidade maravilhosa” que encantava os estrangeiros por sua exuberância natural, seria o principal palco do evento. O campeonato mundial não se restringiria apenas a um confronto entre as melhores seleções do mundo e à disputa de uma taça de ouro. Poderia ser a ocasião de difundirmos a imagem do país que desejávamos. Seria como nas grandes exposições internacionais do início do século XX, quando os pavilhões dos países apresentavam as últimas novidades e os progressos científicos. O futebol brasileiro era o produto que gostaríamos de propagandear. A Copa de 1938 fora apenas uma amostra da genialidade e da beleza de nosso jogo; agora chegara a hora de conquistarmos o reconhecimento internacional, garantindo a vitória na Copa. Não era apenas pelo futebol que o país se preparava para receber as seleções mundiais. O primeiro campeonato mundial após a guerra atrairia a atenção de todos. O próprio conflito ressaltara a importância da preparação física para o mundo moderno, garantindo aos esportes um status nunca antes alcançado. As batalhas agora seriam outras, não envolveriam armas atômicas e outros artifícios bélicos, canalizariam para o futebol o confronto entre as nações. Uma disputa saudável e aprovada por todos. (1998, p. 23-24)

Contudo, faltava na então capital da República um estádio digno da importância de um evento esportivo desse porte. Foi no bojo dessa ausência que os debates sobre a construção de um grande estádio de futebol foram reativados, e junto com eles antigas e novas polêmicas. Porém, como já apontado nos capítulos anteriores, esses debates não eram travados apenas pelas elites políticas, econômicas e culturais, ao contrário, o futebol e tudo que o afetava era tema também de profundo interesse popular.

4.2 A batalha do estádio

Os debates finais sobre a construção do novo estádio mobilizaram toda a sociedade carioca. Seus protagonistas eram divididos em dois grandes campos. O primeiro era capitaneado pelo jornalista esportivo Mário Filho, principal acionista e editor do *Jornal dos Sports*, e contava com destacada participação de Ary Barroso, radialista, compositor e vereador pela UDN, e Vargas Neto, deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sobrinho de Getúlio Vargas e cronista do *Jornal dos Sports*. Todos, lideranças com alta capacidade de diálogo com dirigentes de clubes e entidades esportiva, bem como com artistas, intelectuais e órgãos públicos dedicados ao tema, especialmente a CBD.

O campo oposto tinha como principal expressão o jornalista Carlos Lacerda, vereador pela UDN e cronista do jornal *Correio da Manhã*, além de Diocesano Ferreira Gomes, importante dirigente do Clube de Regatas Flamengo e igualmente cronista do *Correio da Manhã*, e Tito Lívio Santana, também vereador pela UDN. Esse campo era apoiado por empresários de grande expressão, especialmente a família Matarazzo, e bem-sucedidos profissionais liberais dos grandes centros urbanos do país (sobretudo nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro).

A disputa representava, em grande medida, diferentes concepções sobre o esporte, a cidade e a sociedade. Filho defendia que o estádio fosse uma obra construída e administrada pelo Estado, assim como que sua localização facilitasse que tanto as elites da capital quanto os integrantes de seu rico universo popular pudessem frequentar o espaço. Já Lacerda defendia um estádio construído e administrado pela iniciativa privada, assim como que sua localização atendesse os interesses imobiliários de expansão do traçado urbano em direção à zona oeste.

Certamente, o primeiro campo detinha maior conexão com as projeções populares sobre o novo estádio e o segundo uma maior sintonia com as expectativas das elites e seus investimentos imobiliários. Porém, insistimos, o reconhecimento das expectativas populares não significa de nenhuma maneira que suas postulações, espaços coletivos de reflexão e lideranças tenham sido totalmente cooptados²⁵. O

²⁵ Muito embora reconheçamos que, para usarmos um conceito gramsciano, parte importante das lideranças populares se submetem ao transformismo, isso não significa que não havia movimentação popular dotada de significativo grau de autonomia envolvida no debate sobre o novo estádio.

universo propriamente popular foi parte importante desse processo e, exatamente por isso, defendemos a hipótese de que os contornos finais que o estádio ganhou reservou parte de sua lotação para esse segmento social.

Foi por conta desses embates que, no dia 9 de setembro de 1947, Mário Filho, visando responder aos críticos da construção do estádio municipal, instalou, no *Jornal dos Sports*, a coluna “Batalha do Estádio”, onde defendeu veementemente não apenas o acerto da administração em empreender um colossal esforço econômico na construção da praça de esportes, mas também que ela estivesse localizada na região que abrigara até poucos anos antes o hipódromo do Derby Club (zona fronteiriça que envolvia a conurbação entre os bairros da Tijuca, Vila Isabel e São Cristóvão).

O acesso privilegiado de Mário Filho e Carlos Lacerda, bem como de seus principais apoiadores, à esfera pública oficial e seus mecanismos de conformação não estava inteiramente apartado da esfera pública subalterna organizada no seio popular através do futebol. Muitíssimo ao contrário, era nutrida diretamente por esse movimento. A esfera pública oficial e a esfera pública subalterna estavam em intensa interação. É sobre as polêmicas travadas nos espaços tradicionais de poder e suas repercussões nos “de baixo” que pretendemos dedicar as próximas páginas.

4.2.1 Os protagonistas dos debates e seus jornais

As lições de Nelson Werneck Sodré (1983) nos alertam que, no intervalo entre o final do século XIX e o início do século XX, a imprensa brasileira vivia um período de muitas transformações. As pequenas redações e a produção artesanal dos folhetins perdiam progressivamente espaço para os grandes jornais e sua produção gráfica em larga escala. De igual maneira, a forma de composição dos textos e a disposição das notícias foram assumindo paulatinamente as características dos periódicos europeus e americanos.

Sobre o papel da imprensa nessa quadra histórica, Maria Alice Rezende de Carvalho destaca que os jornais e os jornalistas tiveram não apenas um papel central na incorporação das classes populares ao debate público da então capital da

República, mas também na sua adaptação ao contexto moderno e seus novos códigos de conduta:

Quanto ao diagnóstico da incorporação de temas populares pela imprensa carioca, não parece haver grande controvérsia entre os historiadores. Porém, que essa abertura tenha favorecido a domesticação das classes pobres é passo analítico mais difícil de acolher. Não se pode dizer que não houvesse tentativas; mas sua eficácia no ambiente do Rio de Janeiro exigiu um tempo mais longo e ações mais dolorosas. A análise, aliás, da relação do jornal *A Noite* com seu público indica a força e a vitalidade com que instituições populares – ruas, terreiros, rodas de quintais, “tias”, como a Ciata, mas também grêmios artesanais, organizações operárias e associações de todo tipo – respondiam às transformações da cidade. Muitas vezes tais respostas assumiram a forma de motins; mas o interesse maior talvez resida nos momentos em que isso não ocorreu, isto é, quando a circulação de mediadores – músicos e repórteres, em geral – conformou um ambiente de equilíbrio tenso, porém duradouro, entre os diferentes segmentos sociais. Foram esses mediadores que, cortando transversalmente diferentes públicos, favoreceram a expansão territorial do samba, do carnaval, das “comidas de bodega”, que evidenciam o desafio em que constituiu a afirmação de uma concepção estrita de urbanidade burguesa. (2012, p.15-17)

Foi exatamente nesse interregno que os jornais passaram a tratar da temática esportiva com maior interesse, surgindo periódicos especializados nesse debate. Em um primeiro momento, apesar de ocuparem parte significativa desses jornais e revistas, os esportes dividiam espaço com outras áreas de interesse. Exemplos desse tipo de publicação mista são os jornais *O Binóculo: folha literária sportiva e teatral* (1894) e *A Arena: jornal sportivo, literário, humorístico e noticioso* (1887).

Um pouco mais adiante, surgiram os jornais inteiramente dedicados aos esportes, especialmente o *turf*, modalidade de maior apelo no período. Exemplos de publicações dessa natureza são *O Turf* (1889), *Revista Sportiva* (1884), *O Sportsman* (1887), *O Sport* (1887), *O Remo* (1900) e *O Cyclismo* (1900), os dois últimos, destacamos, dedicados integralmente ao remo e ao ciclismo, nessa ordem.

Com a popularização do futebol no país, ocorrida nas primeiras décadas do século XX, primeiramente entre os jovens integrantes das elites políticas e econômicas e, posteriormente, também entre os “de baixo”, processo semelhante ocorreu. Aos poucos o futebol passou a frequentar os cadernos de imprensa, depois ganhou espaço cativo de debates e, por fim, jornais e revistas especializadas começaram a surgir.

4.2.1.1 Mário Filho e o *Jornal dos Sports*

Fundado pelo experimentado jornalista esportivo Argemiro Bulcão²⁶ e pelo empresário Ozéas Mota²⁷ no primeiro ano da década de 1930, o *Jornal dos Sports* logo caiu nas graças do público. Desde as suas primeiras edições, o diário esportivo privilegiou o futebol, apesar de também dedicar espaço a outras modalidades esportivas. Contudo, o sucesso do jornal não pode ser medido apenas pela ousadia de seus fundadores, que apostaram na criação do primeiro diário inteiramente dedicado aos esportes quando ainda não havia essa cultura sedimentada na imprensa brasileira. Ao contrário, é preciso mediar o ímpeto empreendedor de seus criadores com o crescente sucesso que o futebol acumulava entre nós, com o desenvolvimento da imprensa e com os investimentos políticos que o Estado fazia na cultura esportiva no período.

Pois bem, a fundação do *Jornal dos Sports* é contemporânea ao início do processo de popularização do futebol no país, ou seja, da ampliação do seu público e do número de praticantes para além das classes dominantes, assim como dos primórdios da profissionalização do esporte bretão no Brasil. Esses fatores certamente contribuíram para o sucesso do diário.

Paralelo a isso, a Revolução de 1930 acelerou o processo de industrialização, urbanização e escolarização do país, criando um ambiente ainda mais fértil para ampliação do número de jornais, especialmente na então capital da República. Esse cenário foi ainda potencializado pela empreitada política que o Estado subsidiou a partir do incentivo das práticas esportivas, sobretudo (mas não apenas) do futebol, como meio de disciplina do corpo para atividades urbano-industriais e também como símbolo de uma identidade nacional virtuosa.

Da mesma forma como fez com o samba, com o carnaval, com o mulato e a mulata, o Estado elegeu o futebol como eixo de propaganda da identidade nacional. De acordo com Hermano Vianna, “toda a movimentação política e cultural posterior à Revolução de 1930 parece indubitavelmente centralizadora e unificadora, nacionalizante e homogeneizadora” (1995, p.127), isso visando à

²⁶ Argemiro Bulcão já tinha comandado o jornal *Rio Sportivo*, que chegava às bancas apenas duas vezes por semana.

²⁷ Proprietário de oficinas e encarregado pela impressão de diversos jornais da cidade.

massificação de traços culturais capazes de serem aceitos como genuinamente brasileiros pelo maior número de pessoas possível.

Inspirado no jornal italiano *La Gazzetta dello Sport*, que se dedicava exclusivamente ao jornalismo esportivo, o *Jornal dos Sports* tinha também suas páginas cor de rosa e era ofertado ao público nas primeiras horas da manhã. A coloração rosa acompanhou o matutino em toda sua existência física, tendo sido incrementada no período em que Mário Filho esteve no seu comando. Seu preço era mais acessível que o dos demais jornais, mas tratava apenas do noticiário esportivo.

Segundo Bernardo Borges Buarque de Holanda, a criação do *Jornal dos Sports* é um dos frutos da interação entre as experiências locais com a produção jornalísticas do Velho Mundo:

Nas décadas de 1930, 1940 e 1950, a tendência europeia à unificação de jornais esportivos, antes multiformes e variados, influenciou direta e indiretamente o país. Periodistas brasileiros, em meio a um país galvanizado pela crescente popularidade do futebol, mostraram-se sintonizados com muitas das características e estratégias adotadas pelo periodismo europeu, tal como a invenção de prêmios, torneios e taças que mobilizavam as “comunidades imaginadas” de cada país. (2012, p.82)

Nessa primeira fase, o *Jornal dos Sports* dividia suas notícias em quatro páginas durante a semana e em seis páginas aos domingos. Sua configuração era em formato de página inteira, diferente do padrão tabloide em voga no período. As fotografias eram comuns em seu interior, contudo, na maioria das edições, ainda eram privilegiadas as poses estáticas de jogadores e cartolas. Supomos, especialmente pela narrativa ágil e dinâmica através da qual o matutino buscava se comunicar com seu público, que essa preferência era decorrente muito mais das limitações técnicas e econômicas dos primeiros anos de atividade de que de uma determinação editorial nesse sentido.

Os trechos mais relevantes do *Jornal dos Sports* eram o seu editorial, denominado “Críticas e Sugestões”, a coluna “Turf”, que tratava do resultado e sugestões das apostas, e a coluna “Últimas Notícias”, que publicava os fatos mais recentes apurados pela redação. O jornal utilizava muitas palavras de origem inglesa (*football, match, record* etc.). Até o encerramento do periódico, o nome de *Jornal dos Sports* foi gravado com “s”, mantendo a tradição de seus primeiros anos.

André Alexandre Guimarães Couto registrou que:

As crônicas ainda não eram presentes neste jornal como seriam na década posterior, a de 1940, mas podemos dizer que já existiam “rascunhos” deste gênero, com a presença de colunas que apresentavam o dia a dia de vários clubes cariocas, inclusive suburbanos e de periferia. As festas, treinos e informações diversas eram dispostas para o leitor, estimulando uma avidez de aproximação com os clubes preferidos do mesmo. (2016, p.120)

Atento às novas formas de comunicação de massa, como o rádio, a televisão e o cinema, ao ritmo acelerado da vida urbana e sedento por conquistar cada vez mais público, Argemiro Bulcão e sua modesta equipe abandonaram a maneira formal que caracterizava a cobertura esportiva no Brasil e aderiram a uma narrativa dinâmica, ágil e moderna. Inovaram, ainda, quando promoveram a cobertura do universo do futebol para além dos grandes clubes cariocas, privilegiando também pequenas agremiações e mesmo os coletivos do subúrbio e da periferia da cidade.

Essa perspectiva inicial foi expandida por Mário Filho posteriormente, fazendo o jornal circular em toda cidade e para todos os públicos, consolidando o diário enquanto empresa e o tema como parte fundamental do cotidiano da cidade. Mário Filho solidificou os esportes, em particular o futebol, como um campo de interesse público. Diversos outros jornais surgiram depois desse impulso inicial e o futebol se popularizou ainda mais entre todas as classes e territórios.

Essa busca permanente pela comunicação com as mais variadas classes sociais e gostos esportivos fez das páginas magentas do *Jornal dos Sports* um disputado espaço de publicidade das mais variadas matizes:

Dentre as empresas que compravam espaço publicitário nas páginas do JS, podemos destacar as que produziam cigarros, doces e roupas (alfaiatarias, por exemplo), além de teatros, farmácias, cursos e colégios, lojas de eletrodomésticos etc. Ou seja, uma diversidade interessante de produtos e serviços do universo essencialmente masculino (mas não exclusivamente) associados à ideia de saúde, lazer e educação, sem falar na associação com produtos tecnológicos recém apresentados à sociedade carioca nas lojas Electro-Bal. (Couto, 2016, p.119)

Nesse contexto, a imprensa (e não apenas o diário em questão) começou a ganhar mais autonomia em relação ao Estado, que até poucos anos atrás era a quase que fonte de renda exclusiva dos jornais e, por isso, censores permanentes de suas posições acerca de temas sensíveis. Aos poucos a sociedade civil brasileira ganhava contornos e musculatura política, sendo a imprensa um ótimo termômetro desse processo.

Outra característica já presente na primeira fase do *Jornal dos Sports* e que, com frequência, é atribuída às inovações da gestão de Mário Filho, foi a empreitada de fidelização do público através da permanente interação com ele. Sorteios de brindes, fomento de cismas entre agremiações, patrocínio e organização de eventos e outros expedientes do gênero já eram utilizados por Bulcão nos primeiros anos do matutino e antes dele por Irineu Marinho no jornal *A Noite*. Mário Filho apenas alavancou essa tradição europeia copiada por Argemiro Bulcão e Irineu Marinho, não a tendo inaugurado, como a historiografia desatenta insiste em registrar.

As inovações na forma de comunicação operadas pelo *Jornal dos Sports* não eram exclusivas, mas parte de um fenômeno que atravessava todo o jornalismo esportivo da época. Os grandes jornais e seus cadernos esportivos trilhavam o mesmo caminho. Foi nesse contexto que o *Jornal dos Sports* nasceu e, de pronto, ganhou o público carioca. Como visto, o *Jornal dos Sports* foi, desde sua fundação, objeto e agente do processo de popularização dos esportes, principalmente o futebol, no Brasil.

Em 1936, quando Mário Rodrigues Filho, popularmente conhecido apenas como Mário Filho, comprou o *Jornal dos Sports* e assumiu sua redação, o futebol já tinha se consolidado como esporte de maior interesse em toda a cidade e sua profissionalização havia avançado. Nesse cenário, as preocupações de Mário Filho eram, de uma banda, a consolidação de sua empresa através do aumento de suas vendas e, de outra banda, a concretização dos esportes como um campo permanente de interesse do público. Por óbvio, um desejo retroalimentava o outro.

Contudo, a manutenção e tampouco o aumento da capilaridade social do diário não podem ser satisfatoriamente explicados apenas pela personalidade empreendedora e pela diferenciada capacidade de comunicação de Mário Filho, sendo tributária, ainda, de um alinhamento de seu gestor às diretrizes políticas vigentes e seus laços pessoais, profissionais e econômicos. Desse modo, entendemos importante alinhar algumas breves notas biográficas de Mário Filho.

A relação de Mário Filho com a atividade jornalística teve início no final da sua adolescência, mais exatamente nas redações dos jornais que seu pai, Mário Rodrigues, dirigiu. Ainda em Recife, seu pai iniciou sua longa carreira como jornalista, tendo trabalhado no *Jornal do Recife* e fundado o *Jornal da República*. Mais tarde, a família se mudou para o Rio de Janeiro, tendo seu pai trabalhado no

diário *Correio da Manhã*, onde se envolveu em diversas polêmicas do cotidiano político da época e, por esse motivo, arregimentou muitos desafetos nesse círculo.

Em 1925, com apenas 17 anos, Mário Filho debutou no campo jornalístico. Na oportunidade, foi contratado como diretor-tesoureiro do recém-fundado – por seu genitor – jornal *A Manhã*. Logo em seguida, em 1926, assumiu a página literária do diário, intitulada “Espírito Moderno”²⁸. Somente em 1928 Mário Filho assumiu a seção de esportes do jornal, contudo, não teve oportunidade de desenvolver o estilo editorial que o caracterizaria como o jornalista esportivo mais importante de sua geração, pois seu pai se desligou do diário logo em seguida.

Seu pai fundou, ainda em 1928, o jornal *Crítica*. Mário Filho permaneceu como editor da página de esportes, tendo ensaiado muito do estilo que futuramente, no jornal *O Globo* e, principalmente, no *Jornal dos Sports*, o marcaria como principal expoente do jornalismo esportivo brasileiro. Alicerçado pela maneira sensacionalista como o jornal cobria o cotidiano da cidade, assim como nos recursos gráficos do diagramador e desenhista paraguaio Andrés Guevara, Mário Filho apostou em uma cobertura dinâmica e com linguagem popular dos esportes.

Segundo Marcelino Rodrigues da Silva,

na imprensa esportiva, pouca coisa havia mudado desde o final da década de 1910. A popularização do futebol e o crescimento do espaço que ele ocupava nos jornais e revistas ainda não tinham afetado a hegemonia do modelo tradicional de jornalismo esportivo. Os conflitos e perturbações provocados pelos clubes, jogadores e torcedores que vinham das classes mais baixas continuavam funcionando como álibi para aqueles que não se conformavam com as transformações que vinham ocorrendo no universo esportivo. Em espaços periféricos, como as revistas de variedades, continuavam aparecendo eventualmente frágeis esboços de uma abordagem mais próxima do modo como as camadas populares vinham se aproximando do futebol. Mas, de modo geral, a imprensa ainda funcionava como instrumento de defesa de uma forma elitista de fruir e interpretar o esporte, diante da permanente ameaça que ela vinha sofrendo dos novos personagens que invadiam a cena futebolística brasileira. Durante o tempo em que dirigiu a seção de esportes de *Crítica*, o jovem Mário Filho começou a desenvolver um estilo editorial que, influenciado pelo sensacionalismo das páginas políticas policiais desse jornal, destoava totalmente daquele modelo hegemônico de jornalismo esportivo. Mas, por ironia do destino, ele estava intimamente ligado, por intermédio de seu pai, a um dos principais ícones do edifício político que estava ruindo. Assim, as mesmas forças que protagonizaram as transformações no campo político foram responsáveis pela brusca interrupção de seu trabalho, com o empastelamento de *Crítica*, em outubro de 1930. (2006, p.97-98)

²⁸ Foi nessas folhas que Mário Filho publicou seus dois primeiros romances, “Bonecas” e “Senhorita 1950”, ambos renegados posteriormente pelo escritor em razão das suas fragilidades literárias.

Após a morte de seu pai, Mário Filho assumiu a direção do jornal, contudo, essa experiência durou poucos meses. As rugas herdadas pelas posições políticas de seu genitor levaram ao fechamento do jornal após a depredação de sua redação. A ebulição política decorrente da Revolução de 1930 literalmente fechou as portas do jornal. Mário Filho foi rejeitado nas mais diversas redações, mesmo em *O Globo*, de seu amigo de sinuca Roberto Marinho, que o contrataria apenas no ano seguinte para cobertura dos esportes na cidade.

Desse modo, muito embora filho de um festejado jornalista e herdeiro de um diário, Mário Filho teve que recomeçar sua trajetória profissional em um cenário adverso à sua inscrição inicial no campo jornalístico. Por isso, sua carreira está muito mais próxima daquilo que Maria Alice Rezende de Carvalho chama de jornalista *deplacés*²⁹ (1994) do que dos indiferentes (ao cotidiano popular da cidade e seus personagens) e refinados (imitadores dos hábitos europeus) chefes das redações de alguns jornais das primeiras décadas do século passado.

Mário Filho teve que reconstruir sua trama de relações políticas e profissionais praticamente do zero. Nesse percurso, três personagens foram fundamentais na facilitação de sua nova inscrição no seu campo de atuação profissional, quais sejam: Roberto Marinho, José Bastos Padilha e Arnaldo Guinle. Inclusive, foi com o suporte financeiro desses três mecenas que Mário Filho tornou-se acionista majoritário do *Jornal dos Sports* em 1936.

Roberto Marinho foi o primeiro a acolher os irmãos Mário Filho e Nelson Rodrigues após as sucessivas tragédias familiares por que passaram³⁰. Foi nas folhas do jornal *O Globo* e na revista *Mundo Esportivo* que Filho efetivamente consolidou e aperfeiçoou a nova forma de cobertura jornalísticas dos esportes e de seus personagens, que vinha desenvolvendo nas duas décadas anteriores. Uma relação que durou vinte e dois anos, sendo rompida quando Filho decidiu não dividir com o jornal *O Globo* a organização dos Jogos da Primavera, priorizando o *Jornal dos Sports*.

²⁹ Jornalistas de origem humilde com interesse nas tramas marginais e subterrâneas da cidade e contrários aos arranjos políticos oligárquicos da República Velha.

³⁰ Primeiro foi o assassinato do irmão Roberto em razão da publicação de uma reportagem sobre um adultério ocorrido na alta sociedade carioca. Depois a morte do pai Mário, cujo adocimento é atribuído ao trauma do primeiro episódio. Por fim, o fechamento do jornal *A Crítica* nos meses posteriores à Revolução de 1930.

Com José Bastos Padilha, que foi presidente do Flamengo e conchunhado de Filho, e Arnaldo Guinle, endinheirado personagem da sociedade carioca e importante ator político do Fluminense e da Confederação Brasileira de Desportos, manteve relações de aproximação por toda sua vida profissional. São esses três os principais auxiliares de Mário Filho na reconstrução de sua carreira no meio jornalístico, especialmente em sua vertente voltada para os esportes.

Apesar de Mário Filho já gozar de considerável prestígio como jornalista esportivo, ainda não tinha se consolidado financeiramente. Foi diante desse impasse que Guinle e Padilha, então presidentes do Fluminense e do Flamengo, respectivamente, e Roberto Marinho, seu chefe no jornal *O Globo*, apresentaram para Filho uma proposta de compra do *Jornal dos Sports*. Os dois primeiros como sócios minoritários, Marinho como sócio intermediário e Mário Filho como sócio majoritário. O negócio foi fechado nesses termos.

O processo de amadurecimento de um estilo próprio de cobrir os esportes e, portanto, de comunicação com o público interessado – pela linguagem, desenhos e fotos inovadoras e, ainda, através da iniciativa de organização profissionalizada dos clubes, ligas e campeonatos – foi amplamente desenvolvido no curso de sua longa passagem pelo jornal *O Globo*. Porém, julgamos que secundária em relação à sua atuação junto ao *Jornal dos Sports*, afinal, se trata de diário especializado em esportes e no qual Filho tinha a liberdade de um acionista e não apenas a autonomia de um prestigiado repórter.

Se desde o início de seus trabalhos o *Jornal dos Sports* foi beneficiado pela afinidade eletiva de sua forma de cobrir os esportes com a iniciativa pública de fazer deles, notadamente o futebol, um dos grandes símbolos da grandeza de nossa nação, sob a gestão de Mário Filho essa relação se intensificou ainda mais, o que o alinhava com a ideologia varguista. Durante a gestão de Argemiro Bulcão, a exaltação dos esportes era ditada, sobretudo, pela sua capacidade educativa e disciplinar do homem e da sociedade, assim como pela agenda da profissionalização dos clubes, ligas e campeonatos.

Já no período em que Mário Filho esteve no comando da redação do *Jornal dos Sports*, a antiga perspectiva foi paulatinamente substituída pelo retrato de nossas seleções em torneios internacionais como o registro de nosso inevitável futuro exitoso como nação, isso com profunda ênfase na nossa plural origem étnica. Essa entonação ficou ainda mais evidente após dois episódios, quais sejam: a

surpreendente participação da seleção brasileira na Copa do Mundo de Futebol de 1938 e o encontro do jornalismo de Mário Filho com a sociologia de Gilberto Freyre.

A impressionante participação da seleção na Copa do Mundo de 1938, realizada na França, quando subimos ao pódio para receber a honrosa medalha de bronze, sacramentou o entendimento de que, muito embora o esporte não tenha sido inventado no Brasil, somos o país do futebol. Até aquele momento, a participação brasileira no evento tinha sido irrelevante do ponto de vista dos resultados, porém, de grande alcance simbólico do que o futebol era até então no Brasil: pouco profissional e elitista.

Destarte, a cobertura ufanista de nossas seleções de desportos em competições internacionais é não somente uma forma particular de cobrir a cena esportiva brasileira de Mário Filho e seu jornal, mas o aceno deles com a política do Estado Novo e seu projeto político de reinventar o Brasil e o brasileiro para além das interpretações negativas de sua história e herança étnica. Logo, entendemos que o *Jornal dos Sports* e seu comandante foram simultaneamente objeto e agitador dessa proposta. Couto enfatiza que:

seja por estratégia de sobrevivência, seja por acreditar na ideologia autoritária impregnada na sociedade pelo período pós-1930, o que se viu em ambas as gestões (Bulcão e Mário Filho) era a adesão do JS ao Estado e ao governo de Getúlio Vargas. O debate em torno de políticas públicas de educação e saúde mais abrangentes, e obviamente envolvendo as práticas de atividades físicas, eram temas de grande relevância, além, é claro, de um discurso nacionalista, beirando e muito o ufanismo radical. No caso de Mário Filho, ainda havia a experiência familiar que o jornalista tinha aprendido: aproximação com o círculo do poder, tentando realizar uma leitura de permanência no mundo competitivo dos negócios gráficos e de comunicação. Lição que fora apreendida da pior forma possível, quando seu pai e sua família passaram por sérias dificuldades a partir da década de 1920 e após a Revolução de 1930. Os esportes, em especial o futebol, o lazer e as práticas culturais eram possibilidades de inserção de uma importante propaganda de Estado da qual os jornais, as rádios e outras instituições eram “convidadas” a participar. (2016, p.130)

Outra importante inovação operada na gestão de Mário Filho está caracterizada no fato de que ele escalou uma verdadeira constelação de cronistas para abrilhantar ainda mais as páginas rosa do matutino esportivo. Foi nesse período que nomes como os juristas João Lyra Filho e Luiz Gallotti, o romancista José Lins do Rego, o poeta Manoel do Nascimento Vargas Neto e o cartola e político Mário Pollo se incorporaram ao plantel do *Jornal dos Sports*.

Todos esses cronistas não apenas ampliavam o público leitor em razão de suas credenciais para além dos esportes, mas mantinham também a influência de Filho e seu jornal, uma vez que eles ocupavam espaços de poder dentro das entidades esportivas cariocas e/ou seus organismos públicos de regulação. De acordo com Bernardo Borges Buarque de Holanda:

Todos esses cronistas – Lyra Filho, Lins do Rego, Vargas Neto, Luiz Gallotti e Mário Pollo – se conheciam e cultivavam amizade entre si. Nomes de peso nos esportes e nos diversos escalões políticos, eles figuravam no periódico de Mário Filho graças às articulações deste como empresário e homem público de esportes. Com um perfil seleta e acima da média, estes colaboradores do *Jornal dos Sports* exerciam múltiplas funções simultâneas: cronistas, dirigentes de clubes, presidente de entidades esportivas, bacharéis, políticos e literatos. Os cinco autores demonstravam sua capacidade de influenciar nas esferas decisórias dos Esportes e tinham assegurado, portanto, legitimidade nas instâncias do poder, seja no universo esportivo, seja no mundo político. Através do *Jornal dos Sports*, estes dirigentes-cronistas podiam ainda se comunicar e se aproximar dos leitores. (2012, p.96)

Evitando o mesmo fim do último jornal de seu pai para seu diário, assim como o retorno da penúria que passou com sua família até que Roberto Marinho o acolhesse, Mário Filho evitou manter qualquer vinculação partidária ou mesmo expor suas preferências eleitorais, mas isso definitivamente não o afastou da política. Ao contrário, Filho trouxe a política para as páginas de seu jornal através de cronistas de alto prestígio social e/ou ocupantes de relevantes cargos públicos.

Foi um defensor convicto da construção da praça de esportes, no então distrito federal, para abrigar a Copa do Mundo de 1950. Nessa contenda, defendeu que a empreitada fosse subsidiada pelo Estado e, depois de terminada a obra, administrada por ele. Além de cooperar com a perspectiva democrática de sua localização e estrutura grandiosa, que representasse a ideologia de que através dos esportes o Brasil demonstrava sua virtuosidade e indiscutível escalada para o sucesso econômico e político.

4.2.1.2

Carlos Lacerda e o *Correio da Manhã*

Carlos Frederico Werneck de Lacerda (ou apenas Carlos Lacerda) certamente é um personagem indispensável para muitos dos debates ainda hoje travados no âmbito das ciências sociais brasileiras, isso porque foi participante ativo de quase todas as grandes polêmicas travadas na vida pública da nação no curso século XX.

Contudo, Lacerda é geralmente estudado como antagonista de outros atores e suas plataformas políticas e quase nunca como protagonista de sua própria trajetória.

Tornou-se, assim, uma espécie de anexo na história das cismas do Partido Comunista do Brasil, do enfrentamento à ditadura do Estado Novo, da oposição à herança política varguista, de resistência ao projeto de desenvolvimento econômico acelerado capitaneado por Juscelino Kubitschek, do apoio civil ao golpe de 1964 e mesmo da frágil frente ampla contra a ditadura militar, à qual anteriormente havia dado entusiasmado voto de confiança.

É bem verdade que essa perspectiva é amenizada quando se tem como objeto de estudo o estado da Guanabara, especialmente no período em que Carlos Lacerda foi seu governador³¹. Porém, no período em que pretendemos estudar Lacerda e o debate que ele travou a partir da imprensa, a sentença anterior é praticamente irrefutável. Nosso desafio é recuperar sociologicamente Lacerda para verificar como suas opiniões e questionamento acerca da construção da praça de esportes na então capital federal impactaram o universo popular carioca.

Carlos Lacerda nasceu no Rio de Janeiro, mas foi registrado em Vassouras, cidade do interior do estado, onde sua família tinha fortes laços. Filho de Maurício Paiva de Lacerda e de Olga Werneck de Lacerda, herdou do tronco paterno da família o gosto pela política. Durante toda a sua vida, exerceu o jornalismo, ocupou cargos políticos de grande relevância e participou ativamente dos mais variados debates públicos da então capital da República, do estado da Guanabara e do Brasil.

Seu pai, Maurício Lacerda, foi jornalista e deputado federal (1912-1920), tendo participado dos levantes revolucionários de 1922, 1924 e 1930 e acusado de ter apoiado a Intentona Comunista em 1935. Seus tios, Fernando Lacerda e Paulo Lacerda, foram líderes do Partido Comunista do Brasil e seu avô, Sebastião Lacerda, ministro de estado do governo de Prudente de Moraes (1897-1898) e ministro do Supremo Tribunal Federal (1912-1925).

Debutou no jornalismo em 1931, quando colaborou com a coluna diária de Cecília Meirelles no jornal *Diário de Notícias*. Ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro – hoje Faculdade Nacional de Direito da

³¹ Por todos: MOTTA, Marly Silva da. Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estados. In: II Encontro Sul-Sudeste de História Oral. Re/introduzindo a história oral. São Paulo: Editora Xamã, 1996. p. 151-163; MOTTA, Marly Silva da. Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-1975). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

Universidade Federal do Rio de Janeiro – em 1932, oportunidade em que ingressou também nas fileiras da Federação da Juventude Comunista, frente juvenil do Partido Comunista do Brasil. Abandonou a faculdade em 1934 por falta de interesse nos debates jurídicos.

Em 1935, leu, em reunião pública da Aliança Nacional Libertadora – ALN, organismo de frente popular em defesa dos valores democráticos e contrária ao fascismo em ascensão no Brasil, o Manifesto de Carlos Prestes. Por óbvio, as tendências esquerdistas da ALN e a sua aproximação com o Cavaleiro da Esperança despertaram a fúria de Getúlio Vargas e de seu aparelho repressivo, que determinou o fechamento da entidade e a prisão de seus principais dirigentes.

A desencontrada deflagração da Intentona Comunista acirrou ainda mais os ânimos e deu legitimidade, ao menos do ponto de vista formal, para o acirramento ainda maior do regime, isso através da instauração do estado de sítio em todo o território nacional. Nesse contexto, Carlos Lacerda se refugiou inicialmente na casa de Adalberto João Pinheiro e, posteriormente, em uma fazenda em Vassouras, onde passou os meses seguintes.

Rompeu com o Partido Comunista do Brasil (PCB) no ano de 1939, em razão das críticas que sofreu seu polêmico artigo sobre a história do Comunismo no Brasil, publicado na revista *Observador Econômico e Financeiro*. João Pinheiro Neto (1998), biógrafo de Carlos Lacerda, defendeu a hipótese de que a versão original do artigo em questão teria sido aprovada pelo comitê central do partido, mas que, sem a ciência ou autorização de Lacerda, foi alterada pelo Departamento Nacional de Propaganda (DNP) antes de sua publicação.

O PCB teria cobrado energeticamente uma retratação pública de Lacerda, que se recusou sob o argumento de que isso o colocaria ainda mais fragilizado perante a repressão de Vargas. A partir de então se criou uma cisma irretratável entre Carlos Lacerda e tudo o que lembrasse a ideologia comunista, assim como uma campanha difamatória operada pelo PCB contra Lacerda. Esse impasse acompanhou Lacerda até o seu óbito.

Após o rompimento com o PCB, Lacerda se manteve em oposição ao regime varguista, porém, junto ao campo político liberal-conservador que mais tarde fundaria a União Democrática Nacional (UDN). Em 1945, começou a trabalhar esporadicamente no prestigiado jornal *Correio da Manhã* e, por conta de sua relação com os signatários do Manifesto dos Mineiros, notadamente com o

historiador Luís Camillo de Oliveira Neto, foi escalado para entrevistar José Américo de Almeida.

Américo era um antigo entusiasta da Revolução de 1930, ocupando posições de cúpula no Estado durante quase todo o seu percurso. Contudo, desde sua frustrada candidatura para presidente em 1937, interrompida pela instauração do Estado Novo, cada vez mais um crítico de seu percurso. A entrevista se tornou um marco no ocaso do Estado Novo e, apesar de frontalmente crítica, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) não reagiu como outrora.

Na primeira corrida presidencial após a deposição de Getúlio Vargas, Lacerda se filiou à UDN e apoiou o Brigadeiro Eduardo Gomes, que foi derrotado pelo General Eurico Gaspar Dutra. Em 1946, com o início dos trabalhos da nova constituinte, inaugurou, ainda no jornal *Correio da Manhã*, a coluna “Na Tribuna da Imprensa”. Nessa nova empreitada, fazia a cobertura dos trabalhos legislativos, tecendo suas considerações sobre os temas nacionais que considerava centrais na conjuntura. Em 1947, foi eleito vereador do Distrito Federal pela UDN.

Teve como diretriz maior de seu mandato a defesa da autonomia do Distrito Federal, defendendo o direito dos munícipes de elegerem seu prefeito, que então era nomeado pelo presidente da República. Porém, quando o Senado, por ocasião da votação do Estatuto do Distrito Federal, retirou a prerrogativa da Câmara de Vereadores de analisar os vetos do prefeito, renunciou ao cargo acusando o presidente de agir autoritariamente por temer a oposição local.

Em 1949, foi demitido do *Correio da Manhã* por ter atacado a família Soares Sampaio, com quem o dono do Jornal, Paulo Bittencourt, tinha fortes laços de amizade. Reconhecendo a relação umbilical que Lacerda estabelecera com o público através de sua coluna, Bittencourt o autorizou a continuar utilizando o título “Tribuna da Imprensa”. Desse modo, em 27 de setembro do mesmo ano, Lacerda fundou o diário *Tribuna da Imprensa*. Em seu jornal, deu voz aos anseios políticos da UDN e, assim, operou implacável oposição à herança política getulista e ao próprio Getúlio Vargas.

O vespertino tinha entre dez e doze páginas e, todas as terças, entregava aos seus leitores colunas especializadas em economia e finanças. Desde o início de sua circulação, foi pautado por duas grandes orientações editoriais, quais sejam: i) a propagação do programa partidário da União Democrática Nacional (UDN), logo,

crítico à herança política do trabalhismo, e, ii) uma espécie de caça aos ideais comunistas, ou melhor, a tudo que entendesse como tal.

Diferente de seu rival nas polêmicas envolvendo a construção da nova praça de esportes da capital federal, a *Tribuna da Imprensa* e seu maior expoente não eram herdeiros do alinhamento da imprensa e seus dirigentes à ideologia política da Era Vargas. Ao contrário, Carlos Lacerda foi um dos expoentes da crítica ao antigo regime e seu jornal nasceu após a retomada democrática. Portanto, nesse cenário particular, ambos de inclinação evidentemente liberal.

É bem verdade que o vespertino não fez uma oposição tão intensa ao governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra, que, apesar de ter sido apoiado por Getúlio Vargas na campanha, teve uma inclinação à plataforma liberal. No entanto, toda vez que este demonstrava uma postura estatizante e/ou populista, se apresentava como um crítico ferrenho. A construção da praça de esportes na então capital da República, debate renovado pela escolha do país como anfitrião da Copa do Mundo de Futebol de 1950, foi um desses momentos de embate direto entre Lacerda, o governo e seus apoiadores.

Inspirados nos ensaios de Erick Silva Omena de Melo (2011; 2019), especialmente quando abordam as principais polêmicas travadas entre os jornais *Jornal dos Sports* e *Correio da Manhã* sobre a construção do estádio, trataremos pedagogicamente os principais eixos dos debates e como Mário Filho e Carlos Lacerda argumentavam em favor das suas posições em cada um deles, ou seja, como disputavam a compreensão social sobre os temas.

4.3

Reformar um antigo estádio ou construir um novo?

Inicialmente, a IV Copa do Mundo seria realizada em 1949. Por conta da proximidade da data, a modernização e a ampliação do estádio de São Januário, do Clube Vasco da Gama, foram debatidas como opção. O estádio, inaugurado em 1926 e palco da cerimônia de assinatura da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943, tinha capacidade para cerca de trinta e cinco mil pessoas e marcante fachada no estilo neocolonial (Figura 21) projetada por Ricardo Severo, do Escritório Técnico Ramos de Azevedo:

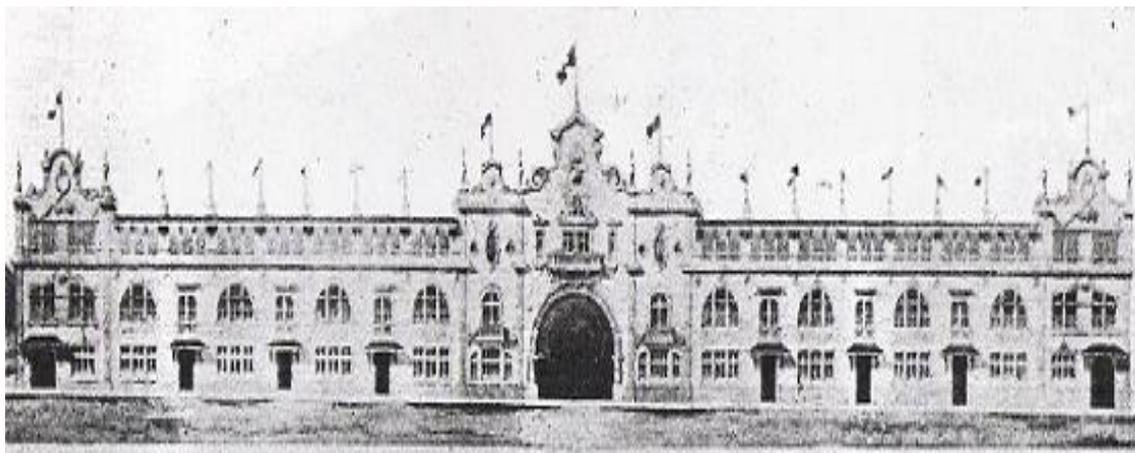


Figura 21 – Fachada do Estádio de São Januário. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Fachada_S%C3%A3o_Janu%C3%A1rio.JPG#/media/Ficheiro:Fachada_S%C3%A3o_Janu%C3%A1rio.JPG

Sua construção, fruto do colossal esforço de pequenos e médios comerciantes de origem portuguesa, se deu no exato momento em que o futebol se tornava o esporte mais popular da cidade. Além da sua arrojada arquitetura, quebrou o paradigma até então vigente de localização de estádios nas regiões centrais da cidade, sendo instalado em um bairro industrial afastado e de população com baixa renda. Contudo, sua repercussão ultrapassou em muito os limites da cidade. Quando aberto ao público, era o maior estádio da América Latina, posto perdido com a inauguração do estádio do clube argentino Independiente no ano de 1928.

Em 16 de maio de 1947, o prefeito Hildebrando de Góes, que havia integrado a comissão julgadora do concurso do Estádio Nacional, enviou uma mensagem para a Câmara Municipal solicitando a liberação de generosa verba de Cr\$ 45.000.000,00 para ampliação da capacidade do estádio do clube português e para urbanização do seu entorno. Porém, a proposta não teve vida longa. Os altos custos da obra e das desapropriações necessárias para sua execução, especialmente da região (ainda hoje) conhecida como Barreira do Vasco, afastaram o entusiasmo inicial.

Mário Filho, juntamente com os demais colunistas do *Jornal dos Sports*, se opôs à ampliação de São Januário como solução, fazendo uma defesa enfática da necessidade de construção de um novo e enorme estádio de futebol, ou seja, de uma arena digna da pompa e da circunstância da recepção da IV Copa do Mundo de Futebol e com grande capacidade de público, de maneira que, simultaneamente, apresentássemos um Brasil moderno para o mundo e possibilitássemos o amplo e barato acesso das classes populares aos jogos.

Esses argumentos foram expostos recorrentemente nos artigos escritos por Filho. A Figura 22 traz a íntegra do editorial “Críticas e Sugestões”, publicado no *Jornal dos Sports* (1947):



Figura 22 – Trecho da edição do *Jornal dos Sports*, edição 05441/1947. Fonte: *Jornal dos Sports* - <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Já o *Correio da Manhã*, que abrigava Carlos Lacerda em sua redação, foi errático sobre o tema, alguns colunistas eram favoráveis e outros contrários, o certo é que o jornal nunca tomou uma posição firme sobre esse debate específico. Lacerda, particularmente, chegou a defender a construção de um novo estádio, mas discordava da sua localização no perímetro do antigo Derby Club, posição que se tornaria uma de suas principais reivindicações logo depois.

A timidez do montante total de lugares decorrentes de uma ampliação de cerca de vinte a trinta mil lugares diante da fervorosa paixão despertada pelo esporte e da grandeza do evento foi determinante para derrocada da proposta. A ampliação não resolvia o problema, muito embora a proposta tenha sido bem recebida nos círculos esportivos em um primeiro momento. Um estádio com cerca de cinquenta mil lugares já não comportava as multidões de torcedores que frequentavam as partidas e tampouco era digno de ser o grande destaque da primeira Copa do Mundo de Futebol após a Segunda Grande Guerra³², situação que nos colocaria em grande exposição para as nações amigas.

4.4 Onde construir o estádio?

Superado o impasse sobre a construção de um novo estádio ou a reforma de São Januário, os debates se concentraram sobre onde seria construída a nova arena. A construção de um novo estádio no local que abrigou o Derby Club do Maracanã, como visto nas páginas anteriores, já tinha sido ventilada ao tempo dos debates sobre a construção da cidade universitária da Universidade do Brasil e do Estádio Nacional e da Escola Nacional de Educação Física e Desportos.

Exatamente por isso, Mário Filho defendeu que o novo estádio fosse localizado nesse mesmo espaço, afinal, a negociação da sua compra já estava em debate entre a prefeitura, o governo federal e os proprietários do antigo Derby Club. Argumentou, ainda, que a região era dotada de amplo acesso ao estádio em razão da sua localização privilegiada, dotada de boa infraestrutura de transporte (especialmente as diversas linhas de ônibus disponíveis e a proximidade da estação de trem) e considerável urbanização no entorno (ruas largas, rios canalizados etc.).

Essa posição ganhou mais força quando, em 17 de setembro de 1946, o recém-eleito presidente Eurico Gaspar Dutra assinou o Decreto-Lei 9.906, autorizando a prefeitura permutar os terrenos do antigo Derby Club por um conjunto de terrenos às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas. O documento indicava, ainda, que, caso os terrenos que outrora abrigaram o Derby Club do Maracanã fossem utilizados

³² Os principais jogos ocorreram na cidade do Rio de Janeiro, mas outras capitais também receberam parte do evento, quais sejam: Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife e São Paulo.

pela União, esta teria de pagar uma indenização à Prefeitura correspondente ao valor da troca³³.

Em sentido contrário, Carlos Lacerda defendeu que a construção no espaço que anteriormente abrigou o Derby Club ignorava os altos custos da reurbanização da região, da necessidade de compra de novos terrenos e de desapropriações de outros, além da ausência de espaço para um grande estacionamento. Lacerda não ficou restrito à crítica, articulou outro projeto de estádio na restinga de Jacarepaguá entre a lagoa da Tijuca e o mar, região oeste da cidade onde hoje é o bairro da Barra da Tijuca.

Na realidade, Lacerda recuperou o anteprojeto de cidade olímpica (Figura 23) elaborado por Antonio Laviola em 1938, que, no contexto de estruturação concentrada dos aparelhos esportivos necessários para que a cidade recebesse os Jogos Olímpicos, previu um grande estádio de futebol na região:

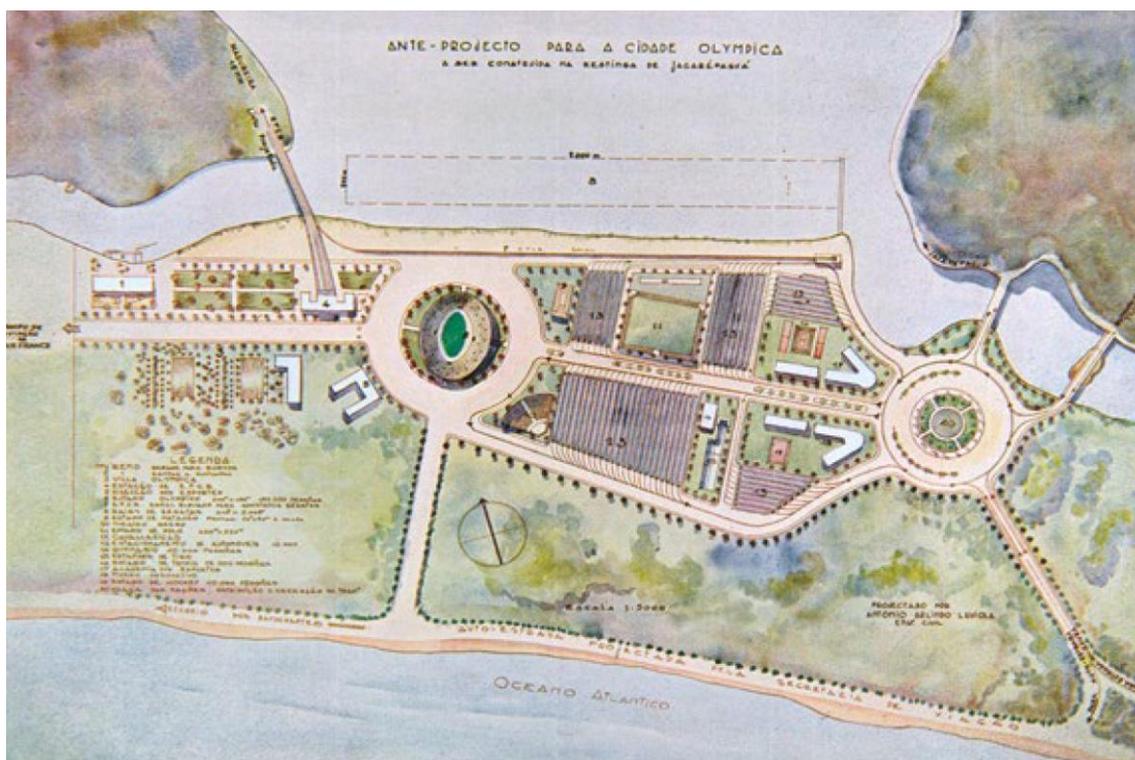


Figura 23 – Ilustração integrante do anteprojeto de cidade olímpica projetada por Antonio Laviola em 1938. Fonte: Laviola, 1938.

Em favor do estádio na região oeste da cidade, Lacerda argumentou que o preço dos terrenos era mais acessível, que a carência da região por investimentos

³³ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-9906-17-setembro-1946-417339-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 4 fev 2021.

de infraestrutura seria superada com a construção do estádio e, principalmente, o início da construção da futura cidade olímpica configurava situação que nos colocaria em vantagem em uma futura candidatura para sediar tal evento. O grupo capitaneado por Filho e organizado a partir do *Jornal dos Sports* reagiu.

O contraponto veio através da publicação de uma pesquisa de opinião, encomendada por Mário Filho e Ary Barroso, realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública (Ibope) sobre o projeto de lei enviado pelo Prefeito Mendes de Moraes para Câmara de Vereadores tratando dos investimentos necessários para construção do estádio na região do Maracanã. Na edição de 19 de agosto de 1947, reproduzida na Figura 24, o *Jornal dos Sports* destacou em letras garrafais os “números que falam da vontade do povo”:

A BATALHA DO ESTADIO NUMEROS QUE FALAM DA VONTADE DO POVO

A OPINIAO DO POVO EM GERAL.
Em Janeiro do corrente ano já havíamos abordado superficialmente o assunto, quando da nossa sondagem internacional para o Gallup Poll, perguntando ao público: “O Estadio para o Rio deve ser construido pela Prefeitura ou pelos Clubes?”
E a resposta, então, foi:

Pela Prefeitura	59.1 %
Pelos clubes	14.9 %
Não sabem ou não opinam	26.0 %
	100.0 %

Por esse motivo não incluímos pergunta semelhante na nossa sondagem que ora comentamos, pois já conhecíamos há muito a atitude do povo em relação ao assunto.
Vejam os, pois, como se comportou o povo em face das perguntas do nosso questionario.

P. — O SR. (a) ACHA NECESSARIA A CONSTRUÇÃO DE UM ESTADIO PARA A CIDADE?

	Povo em geral	Só aficionados
Sim	79.2 %	95.0 %
Não	18.3	4.6
Não sabem	1.5	0.2
Não opinam	1.0	0.2

A quase unanimidade dos amantes do football é fortemente a favor da construção do Estadio. Raramente, em pesquisas de opinião pública, temos encontrado manifestações tão unânimes.

***P. — ONDE DEVERIA SER LOCALIZADO O ESTADIO?**

	Povo em geral	Só aficionados
Derby Club	56.8 %	85.3 %
Jacarepaguá	9.7	6.4
Outras sugestões	6.9	6.9
Não sabem ou não opinam	26.6	1.4

Figura 24 – Trechos da edição do *Jornal dos Sports* de 19 de agosto de 1947. Fonte: *Jornal dos Sports* – <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

A massificação do resultado da pesquisa, juntamente com os argumentos de que a restinga de Jacarepaguá sofria com sistemáticas epidemias de malária e de que a melhor forma de atrair os Jogos Olímpicos para cidade era a realização de uma inesquecível Copa do Mundo, frustrou as pretensões de Lacerda. Vargas Neto, também entusiasmado defensor da construção do estádio no terreno do antigo Derby Club e cronista do *Jornal dos Sports*, acusou Lacerda e Laviola de terem interesses imobiliários na região, argumento negado pelo *Correio da Manhã*.

Em outubro de 1947, com o apoio de udenistas e comunistas, a Câmara de Vereadores aprovou a proposta enviada pelo prefeito Mendes de Moraes, decisão que arrefeceu os debates iniciais sobre a localização do estádio. No entanto, por conta da demora do início das obras, uma nova contraproposta foi ventilada. Em março de 1948, o *Correio da Manhã* (Figura 25) apresentou aos cariocas o projeto do Estádio Nacional Sociedade Anônima (ENSA) como alternativa privada à lentidão pública. O estádio seria construído no bairro suburbano de Irajá às margens da Avenida Brasil:

Um monumento de que se orgulhará o Brasil de amanhã!

Todos os brasileiros que compreendem a importância do esporte para o desenvolvimento sagnico do nosso povo não negarão seu apoio aos idealizadores do Estádio da E. N. S. A. — uma das realizações grandiosas de que se orgulhará o Brasil de amanhã! O Estádio de futebol da E. N. S. A., a ser construído em terrenos situados a menos de 20 minutos da Avenida Rio Branco, fará parte de uma Vila Olímpica monumental, com acomodações para 100.000 pessoas sentadas! Futebol... basquetebol... voleibol... atletismo... tênis... ciclismo... natação... todos os esportes, enfim, num ambiente moderno, a altura do nosso nível esportivo.

Coopere, também Você, para o êxito dessa arrojada iniciativa, que virá transformar em realidade o grande sonho dos esportistas brasileiros. Coloque uma pedra nos alicerces do Estádio da E. N. S. A. — e será um dos seus futuros proprietários! Solicite informações detalhadas na sede da E. N. S. A.

Uma obra da E. N. S. A. representa: Uma grande realização — Uma perfeita aplicação da capital empregada — A vitória do espírito esportivo brasileiro.

E.N.S.A.
ESTÁDIO NACIONAL SOCIEDADE ANÔNIMA
RUA 7 DE SETEMBRO, 65 — 1.ª — FONE: 43-9034
Incorporador: FAUSTO MATARAZZO

Figura 25 – Croqui do Estádio Nacional Sociedade Anônima. Fonte: *Correio da Manhã* - <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O debate foi reanimado e acalorados textos foram publicados em ambos os jornais. Porém, o início efetivo, em agosto de 1948, das obras do estádio do Maracanã afastou qualquer possibilidade do levantamento de um estádio pela iniciativa privada.

4.5 Quem construirá o estádio?

Desde o anúncio da realização da IV Copa do Mundo de Futebol no Brasil, a disputa entre um estádio construído pelo Estado ou um estádio construído pela iniciativa privada foi pauta de discussões. Ainda em julho de 1946, o *Correio da Manhã* fez pública sua posição em favor de um estádio erguido com orçamento e projeção privados. Essa posição se tornou ainda mais evidente quando da apresentação do projeto do ENSA (1948). Fausto Matarazzo, integrante da tradicional família de industriais paulistas, foi indicado como o principal incorporador do estádio.

Por outro lado, o *Jornal dos Sports*, em defesa de um estádio erguido com o esforço público e administrado com igual pretensão, reclamava uma antiga legislação (Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941), resquício do período amadorista do futebol, que afastava a pretensão lucrativa das competições esportivas³⁴. O *Correio da Manhã* defendia que os investimentos públicos deveriam se concentrar nos serviços essenciais (saúde, educação, moradia etc.) e não na construção de um colossal estádio.

O *Jornal dos Sports* defendia que os gastos com lazer e com o incentivo da prática esportiva eram investimentos tão essenciais quanto os demais. Na edição de 28 de maio de 1947, Mário Filho argumentou que

Querer combater a construção do estádio do povo porque não se constroem hospitais é fazer demagogia barata. A construção do estádio do povo não impede que se construam hospitais. Não é com o dinheiro dos hospitais que se vai construir o estádio. E o estádio também significa conforto e saúde para o povo que não tem hospitais.

³⁴ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 12 set 2020.

Da mesma forma que a polêmica anterior, a aprovação, por parte da Câmara de Vereadores, de empenho orçamentário para construção do Maracanã arrefeceu o período mais denso dos debates sobre quem construiria o estádio, apesar de Lacerda e seus apoiadores a mobilizarem pontualmente durante a construção do novo estádio e seus impasses.

4.6 Como financiar a construção do estádio?

Esses debates alcançariam, ainda, o tema de como os custos do estádio seriam alcançados. A crise econômica de escala global instalada após o término do período das grandes guerras exigia alternativas para uma obra desse porte. Mesmo Filho, que defendia um estádio construído e administrado pelo Estado, se curvou à partilha dos custos com os cidadãos. Por isso, defendeu vigorosamente a proposta de João Lira Filho, ex-presidente da CND e então secretário municipal de finanças, de venda antecipada de 30 mil cadeiras cativas e perpétuas, equivalente a cerca de 20% da capacidade do estádio.

Lacerda, em sentido contrário, criticou a política de partilha dos gastos entre o poder público e particulares sob o argumento de que os valores anunciados para o levantamento do estádio ignoravam as obras de reurbanização da região e, portanto, eram subestimados. Especificamente sobre a venda de cadeiras, acusou os investidores de ingênuos por apostarem em um projeto com tantas imperfeições. De igual forma, duvidava que a cidade teria trinta mil investidores com capacidade de empenhar cinco mil cruzeiros em uma cadeira.

Por outro lado, Lacerda defendeu enfaticamente o ENSA e sua proposta de capitalização da obra através da venda de ações. Como resposta, Mário Filho e seus aliados intensificaram a campanha de venda de cadeiras cativas, divulgando não apenas as vantagens do investimento, mas as parciais de quanto tal política arrecadava em favor do estádio. E ainda repudiavam, permanentemente, a tentativa empresarial de auferir lucros com a construção e a administração de um aparelho esportivo.

4.7 Apontamentos finais do capítulo

Até agora tratamos das polêmicas circunscritas entre os protagonistas da esfera pública esportiva oficial, portanto, sem grandes referências de como elas repercutiam nos círculos populares. De fato, considerando que nossa pesquisa é realizada muitas décadas depois do acontecimento dos fatos, bem como nosso especial interesse nos arranjos informais e, portanto, de registro precário, estruturados no campo popular através do esporte, dificilmente teremos uma aproximação exata desse cenário, o que não nos impede de formularmos uma hipótese sobre.

O primeiro pressuposto da nossa hipótese, explorada com maior cuidado nos dois primeiros capítulos, é que as agitações populares obtiveram no esporte uma arena com significativa relevância. Inclusive, sugerimos que a urgência por um novo estádio atendia, entre outros interesses, ao crescente prestígio que o esporte alcançava entre nós e, sobretudo, sua capacidade de mobilização social.

Um segundo pressuposto de nossa hipótese é que o debate entre Mário Filho e Carlos Lacerda ultrapassava os limites de seus expoentes e apoiadores, e mesmo a temática da construção do novo estádio. O que estava em jogo era uma disputa do ativo político do futebol, capaz de mobilizar não apenas as elites nacionais e seus programas, mas também o universo popular e seus atores, em favor de projetos distintos de reorganização social diante do ocaso do Estado Novo.

Enquanto o campo liderado por Mário Filho defendia uma perspectiva fortemente influenciada pela plataforma nacional-desenvolvimentista varguista, o campo oposto, cuja maior expressão era Carlos Lacerda, defendia uma leitura da sociedade mais próxima dos princípios liberais. As polêmicas travadas a partir da construção do novo estádio refletiam, em nossa compreensão, as grandes disputas políticas nacionais travadas no período.

A escolha do país para sediar a IV Copa do Mundo, o primeiro grande evento esportivo realizado após a Segunda Grande Guerra e, por isso, episódio que fazia do país sede vitrine para um mundo em reconstrução, ajudou a fazer da construção do estádio do Maracanã e seus debates uma síntese das grandes disputas políticas travadas naquele particular momento da vida nacional. Esses são os pressupostos de nossa hipóteses.

Nossa hipótese é que o sucesso de Mário Filho na batalha do estádio é tributário de sua capacidade de interlocução com a paixão despertada pelo esporte

junto aos círculos populares e não somente de sua articulação junto à esfera pública oficial. A localização do Estádio do Maracanã na região central da cidade e de acesso facilitado, bem como a recepção dos estratos mais pobres da população carioca em seu interior, refletiram como o programa verbalizado por Filho alcançou, naquele momento, maior sintonia com a esfera pública subalterna que se organizava a partir do esporte.

5 Conclusão

Em junho de 1947, foi encerrada a disputa entre o governo federal e a Prefeitura do Distrito Federal pelo protagonismo da construção do estádio³⁵. Acordaram que a Prefeitura, que gozava de melhor condição orçamentária, seria a responsável pela empreitada. Finalmente a capital ganharia seu estádio. No mesmo período, o prefeito Hildebrando de Góes foi exonerado e o general Mendes de Moraes foi nomeado para tal cargo, cujo titular era indicado pelo presidente e submetido à aprovação do Senado. Da mesma forma como seu antecessor, Mendes de Moraes tomou a construção do estádio como prioridade de seu governo.

Por conta do curto período para construção da nova praça de esportes, a IV Copa do Mundo de Futebol foi inicialmente marcada para 1949, Mendes de Moraes descartou a realização de um novo concurso e nomeou uma comissão para analisar os projetos de estádio que se destacaram nos anos anteriores³⁶. A comissão descartou, de pronto, o projeto apresentado por Niemeyer e se dedicou principalmente ao estudo dos projetos de estádio apresentados por Rafael Galvão e Orlando Azevedo (Estádio Municipal) e o elaborado por Pedro Paulo Bernardes Bastos e Antônio Augusto Dias Carneiro (Estádio Nacional).

Apesar do empenho de Moraes por celeridade, a comissão rapidamente anunciou o seu desconforto com todos os projetos analisados, motivo pelo qual

³⁵ Contenda que anteriormente impediu que o projeto de Rafael Galvão e Orlando Azevedo fosse erguido.

³⁶ A comissão era composta pelo subprocurador geral da República Luiz Gallotti, o presidente da CBD Rivadávia Correa Meyer, o arquiteto Firmino Fernandes Saldanha, Antonio Severo, o diretor do Departamento de Urbanismo da Prefeitura José Oliveira Reis, o engenheiro João Gualberto Marques Porto, então responsável pela Superintendência de Financiamento Urbanístico da Secretaria Geral de Finanças da Prefeitura, e o jornalista Mário Rodrigues Filho.

recomendou aos autores dos projetos que apresentassem novos projetos ou se reunissem para confecção de um único. Foi nesse particular contexto que os arquitetos Rafael Galvão, Orlando Azevedo, Pedro Paulo Bernardes Bastos e Antônio Augusto Dias Carneiro se reuniram e apresentaram o projeto que deu origem ao Estádio do Maracanã em sua versão original.

Segundo Comas, as principais recomendações feitas pela comissão acerca do novo projeto eram as seguintes:

O estádio seria fechado, de configuração elíptica em planta, com o eixo maior a 30° NE e capacidade para 150.000 pessoas, das quais 60% sentadas. Dois terços dos lugares seriam cobertos, admitindo-se a superposição de arquibancadas. Na melhor situação das mesmas se planejava tribuna oficial com 500 lugares, de acesso privativo e independente com previsão de elevadores. A inclinação máxima das rampas de público seria de 18%, intercaladas com patamares. A circulação se faria de cima para baixo na chegada e de baixo para cima na saída do estádio, cujo esvaziamento total teria de dar-se em 15 minutos. A última arquibancada estaria no máximo 35 metros acima do nível do campo. (2011, p. 34-35)

O projeto final foi assinado por Galvão, Bastos, Carneiro e Azevedo e contou com o auxílio dos engenheiro Antonio Alves de Noronha (autor do cálculo da cúpula do Hotel Quitandinha), Paulo Fragoso (pioneiro das estruturas em aço no Brasil), Sérgio Marques de Souza e Alberto Rodrigues da Costa, como pode ser observado na maquete representada na Figura 26:



Figura 26 – Maquete do Estádio do Maracanã. Fonte: Comas, 2011.

Atendendo os parâmetros requisitados pela comissão, o estádio projetado tinha

Forma elíptica, com 317 metros no eixo maior a 30° NE e 279 metros no menor. A projeção é similar a do estádio de Niemeyer em tamanho e posição no terreno. A secção recorda a do estádio romano de Nervi e Valle, comportando três anéis. O primeiro é a geral, acomodando até 30 mil espectadores de pé no espaço entre o primeiro degrau das arquibancadas e o guarda-corpo que circunda o campo. O segundo lance comporta 30 mil cadeiras, a tribuna de honra, a tribuna de imprensa, a tribuna desportiva e 300 camarotes. O terceiro oferece 90000 lugares sentados nas arquibancadas em balanço sobre as cadeiras, com distância máxima do campo de 150 m. Uma marquise cobre parcialmente as arquibancadas formando um anel com refletores a vapor de mercúrio instalados acima, ao longo das duas laterais do campo. A lotação prevista é de 150000 espectadores: o estádio é o “maior do mundo”. Sua altura corresponde ao de um edifício de seis andares. São quatro entradas principais, nas direções e nas extremidades dos eixos maior e menor. O acesso do público às arquibancadas se dá por duas enormes rampas nas extremidades opostas do eixo menor do estádio, cada rampa desdobrada em tramos que desembocam nas galerias circundando as arquibancadas na altura do segundo, terceiro e sexto andar. As rampas se articulam com pórticos de planta arqueada de 18 metros de altura, que os primeiros patamares dividem em dois trechos de altura desigual. Quatro pilares nas extremidades dos pórticos contrastam com as colunas que definem as secções arqueadas e sustentam as rampas. (Comas, 2011, p.38)

A pedra fundamental foi lançada em 20 de janeiro de 1948, data comemorativa do padroeiro da cidade, São Sebastião. Em meado do mesmo ano, simultaneamente aos Jogos Olímpicos de Londres, foi realizado o Congresso da FIFA, oportunidade em que a escolha do Brasil para sediar a IV Copa do Mundo de Futebol foi confirmada, porém, a data de realização do evento foi postergada para 1950. A construção do estádio teve início em 2 de agosto de 1948 e a inauguração do estádio, celebrada com uma partida de exibição entre as seleções Carioca e Paulista, ocorreu em 16 de junho de 1950.

Do ponto de vista arquitetônico, cremos que o estádio é fruto da fusão das melhores ideias dos projetos que debatemos nos capítulos anteriores. Muito de seus traços o aproximam do modernismo que pautava o estádio projetado por Niemeyer, sua gigantesca estrutura lembra a monumentalidade fascista do estádio de Piacentini e, mais evidentemente, aproveita os aspectos – não condenados pela Comissão – dos projetos anteriores habilitados pelos seus autores. Em significativa medida, o estádio levantado foi fruto de todos os debates travados nas décadas anteriores:



Figura 27 – Foto aérea da versão original do Estádio do Maracanã. Fonte: Comas, 2011.

Do ponto de vista sociológico, entendemos que a disposição interna original do Estádio do Maracanã incorporava, não na sua exata expressão demográfica, mas com alguma preocupação em relação ao tema, todas as classes sociais. No universo de suas 150000 acomodações oficiais do então maior estádio de futebol do mundo, todos os nichos socioeconômicos que compunham a cidade estavam representados. Isso, por certo, reconhecia a capacidade de mobilização social operada entre todas as classes sociais, notadamente entre os “de baixo”.

Na “geral”, largo corredor entre o fosso que circundava o campo e o início da região das cadeiras, logo, de acomodação precaríssima – não havia assentos ou

qualquer proteção climática – e visão dificultada do campo em razão do seu desnível, até 30 mil expectadores podiam acompanhar a partida. Esse espaço era dedicado para a parcela mais pobre dos torcedores, seus ingressos eram sensivelmente mais baratos que os demais. A geral foi marcada pela forte presença popular, seus frequentadores foram apelidados de “geraldinos” pelo radialista Washington Rodrigues e eternizados na canção de Gonzaguinha “Geraldinos e Arquibaldos”, no LP Plano de voo, de 1975.

A geral foi sempre abrigo para os torcedores mais populares, como se pode observar na Figura 28, que retrata um jogo do final da década de 1970.

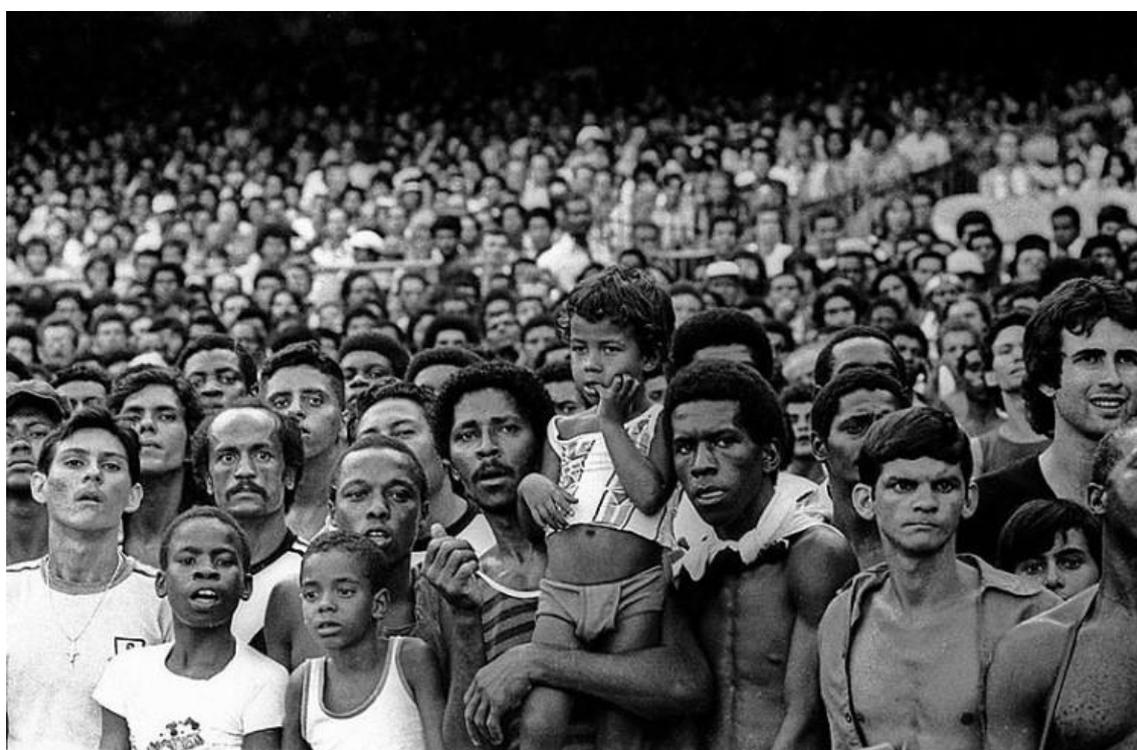


Figura 28 – torcedores na geral do Estádio do Maracanã, na vitória do Flamengo sobre o Vasco por 4 a 2, na decisão da Taça Guanabara de 1979. Fonte: foto original do acervo de Custódio Coimbra, fotógrafo do GLOBO.

A geral foi preservada até o ano de 2005, quando se iniciaram as intervenções de “modernização” do Estádio para a recepção dos grandes eventos esportivos que marcaram o calendário da cidade entre 2007 e 2016³⁷. O fim do espaço dedicado aos mais pobres é sintomático não apenas dos rumos tomados pelo esporte atualmente, mas, da mesma forma, das escolhas políticas de ordenação do espaço

³⁷ Os Jogos Panamericanos, realizados em julho de 2007, os Jogos Mundiais Militares, disputados em julho de 2011, a Copa das Confederações, realizada em junho de 2013, a Copa do Mundo de Futebol, realizada em junho de 2014 e as Olimpíadas, realizadas em agosto de 2016.

citadino e sua tentativa permanente de afastar e invisibilizar a presença popular, conforme já discorremos em nossa dissertação (Aguiar, 2014).

Depois da geral, portanto, já na região coberta do estádio, um segundo lance, contendo confortáveis 30 mil cadeiras, a tribuna de honra, a tribuna de imprensa, a tribuna desportiva e 300 luxuosos camarotes, eram recepcionados os estratos mais ricos da cidade, autoridades públicas, esportistas renomados e a imprensa. Finalmente, no terceiro lance estavam as arquibancadas com capacidade de acomodação de até 90 mil pessoas, onde todas as frações da classe média poderiam assistir os jogos. A arquitetura original do estádio não pretendia ocultar a presença popular no espetáculo.

Essa perspectiva ficava ainda mais evidente se considerarmos que o primeiro estádio das arquibancadas era destinado para o público pobre. Os descamisados da geral estavam, de uma só vez, em contato tanto com os jogadores em campo quanto com as elites nacionais em suas confortáveis cadeiras, tribunas e camarotes. A arquitetura original do Estádio do Maracanã não escondia ou excluía os pobres, ao contrário, os destacava em um contexto – a IV Copa do Mundo de Futebol – no qual todo o mundo olhava para o Brasil.

Conforme as análises feitas nos capítulos anteriores, essa incorporação não se deu sem resistência, cooperação e disputa por parte das elites econômicas e políticas da antiga capital da República, mas, sobretudo, como parte do reconhecimento do capital político acumulado pelo esporte entre as classes populares, movimento cuja expressão mais genuína é verificado na esfera pública subalterna engendrada pelo esporte por todo o subúrbio. Por isso, o Maracanã é expressão da esfera pública subalterna, ao menos foi em sua versão original, hoje quase que integralmente desfigurada pelas modernizações exigidas pelos grandes eventos esportivos que abrigou nos últimos anos.

6

Referências bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2013.

A CIGARRA SPORTIVA. Revista. São Paulo, 1914-1975.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AGUIAR, Ítalo Pires. **O papel da mídia na legitimação do choque de ordem: um estudo do Jornal O Globo entre 2009 e 2010**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro da Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, 2014.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **A esfera pública política no pensamento de Jürgen Habermas: problemas, limites e perspectivas**. 2018. 255f. Tese. (Doutorado em Filosofia). Programa Integrado de Pós-Graduação em Filosofia – UFRN/UFPE/UFPB. CCHLA, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

A NOITE. Jornal. Rio de Janeiro, 1911 a 1957.

ANTUNES, Fátima. O futebol nas fábricas. **Revista da USP: Dossiê Futebol**, n.22, jun/jul/ago 1994.

BARROS, Manoel. **Memórias inventadas: a segunda infância**. São Paulo: Planeta, 2006.

CABRAL, Sérgio. **Pixinguinha, vida e obra**. Rio de Janeiro: Lumiar, 1997.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. A produção de uma cidade: o Rio de Janeiro por seus autores. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **Quatro Vezes Cidade**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **Irineu Marinho, Imprensa e Cidade**. Rio de Janeiro: Globo, 2012.

CASTRO OLIVEIRA, Rogério de. As modernidades eletivas de Le Corbusier e Lucio Costa: Rio de Janeiro, 1936. **Arqtexto (Ufrgs)**, Porto Alegre, n.2, p.152-167, 2002.

CASTRO OLIVEIRA, Rogério de. Jogos compositivos na cidade dos prismas: Universidade do Rio de Janeiro, 1936. **Arqtexto (Ufrgs)**, Porto Alegre, n.9, p. 40-53, 2006.

COHEN, Jean-Louis. Le Corbusier e Pierre Jeanneret: o estádio de 1936 para a frente popular. **Arqtexto (Ufrgs)**, v.17, p.2-15, 2011.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. Niemeyer e o estádio do Maracanã. **Arqtexto (Ufrgs)**, v.17, p.16-63, 2011.

CORBUSIER, Le. **Oeuvre complète, 1934–1938**. Zurich: Girsberger, 1939.

CORREIO DA MANHÃ. Jornal. Rio de Janeiro, 1901-1974.

COSTA, Lucio. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

COUTO, André Alexandre Guimarães. **Cronistas esportivo em campo: letra, imprensa e cultura no Jornal dos Sports (1950-1980)**. 2016. 346 f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

DAMATTA, Roberto. **Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1982.

DAMATTA, Roberto. Antropologia do óbvio - notas em torno do significado social do Futebol Brasileiro. **Revista USP**, n.22, p.10-17, ago 1994.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Jornal. Recife, 1825-.

DRUMOND, Maurício. O esporte como política de Estado: Vargas. In: PRIORE, Mary Del; MELO, Victor Andrade de (orgs.). **História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p.213-244.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. Brasil, país do futebol? **Revista USP**, São Paulo, n.99, p.45-56, set-nov 2013.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Dando trato à bola: ensaios sobre futebol**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FRANZINI, Fábio. A futura paixão nacional: chega o futebol. In: PRIORE, Mary Del; MELO, Victor Andrade de (orgs.). **História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p.107-131.

FRANZINI, Fabio. Da expectativa fremente à decepção amarga. **Revista de História**, São Paulo, n.163, 2003.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. **Social Text**, n.25/26, p.56-80, 1990.

FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, Craig (org.). **Habermas and the Public Sphere**. London: MIT Press, 1992.

- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. São Paulo: Global, 2006.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. São Paulo: Global, 2004.
- FREYRE, Gilberto. *Foot-ball Mulato*. **Diário de Pernambuco**, Recife, edição 17 junho 1938.
- GAZETA DOS SPORTS. Gazeta de Notícias. Jornal. Rio de Janeiro, 1902-1916.
- GORDON JÚNIOR, Cesar. História social dos negros no futebol brasileiro. **Pesquisa de Campo/Revista do Núcleo de Sociologia do Futebol**, Rio de Janeiro – Dep. Cultural, UERJ, n.2, 1995.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere - Os Intelectuais**. O Princípio Educativo. Jornalismo. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoria do Agir Comunicativo. v.1. Racionalidade da ação e racionalização social**. São Paulo: Martins Fontes, 2012a.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoria do Agir Comunicativo. v.2. Sobre a crítica da razão funcionalista**. São Paulo: Martins Fontes, 2012b.
- HELAL, Ronaldo; MOSTARO, Filipe. Foot-ball Mulato e o imaginário nacional: a atmosfera de sentidos da Copa de 1938. **Alceu** (on-line), v.19, p.16-35, 2020.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence, **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. O cor-de-rosa: ascensão, hegemonia e queda do Jornal dos Sports entre 1930 e 1980. In: HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de; MELO, Victor Andrade de (orgs.). **O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012. p.80-106.
- HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de; Neves. **O descobrimento do futebol: modernismo, regionalismo e paixão esportiva em José Lins do Rego**. 2003. 218p. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2003.
- KOSMOS. Revista Artística, Científica e Literária (RJ) - 1904 a 1909. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/kosmos/146420>. Acesso em: 4 fev 2021.
- JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1891-2010.
- JORNAL DOS SPORTS. Rio de Janeiro, 1931-2010.
- LAVIOLA, Antonio. Anteprojeto para a cidade olímpica (a ser construída na restinga de Jacarepaguá). **Revista Municipal de Engenharia**, v.5, n.6, 1938.

LEITE LOPES, José Sérgio. A vitória do futebol que incorporou a pelada. **Revista da USP** – Dossiê Futebol, São Paulo, n.22, jun-ago 1994.

LÖWY, Michael. Sobre o conceito de “afinidade eletiva” em Max Weber. **Plural**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.17, n.2, p.129-142, 2011.

LUBENOW, Jorge Adriano. A despolitização da esfera pública em Jürgen Habermas sob a perspectiva sociopolítica. **Problemata**, v.3, p.54-95, 2012.

MALAIÁ, João Manuel. O processo de profissionalização do futebol no Rio de Janeiro: dos subúrbios à Zona Sul (1919 - 1923). **Leituras de Economia Política** – Unicamp, v.13, 2008, p.125-155.

MESQUITA, Gustavo. Gilberto Freyre e o Estado Novo: a trajetória de uma relação ambígua. **Cadernos do Desenvolvimento**, v.8, p.207-230, 2013.

MOTTA, Marly Silva da. Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estados. In: **II Encontro Sul-Sudeste de História Oral**. Re/introduzindo a história oral. São Paulo: Editora Xamã, 1996. p.151-163.

MOTTA, Marly Silva da. **Saudades da Guanabara**: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-1975). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

MOURA, Gisella de Araujo. **O Rio corre para o Maracanã**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

O MALHO. Revista. Rio de Janeiro, 1902-1952.

OMENA DE MELO, Erick. **Percepções urbanas em jogo**: os impactos da Copa do Mundo de 1950 à luz da imprensa carioca. Rio de Janeiro: Pnap/FBN, 2011.

OMENA DE MELO, Erick; CID, Gabriel da Silva Vidal. Vida e morte do Maracanã: a batalha do estádio em dois atos. **Estudos Históricos**, v.32, p.695-719, 2019.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania**: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938). 1998. 380f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania**. Uma história social do futebol no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PERLATTO, Fernando. **Esferas públicas no Brasil**: teoria social, públicos subalternos e democracia. Curitiba: Appris, 2018.

PINHEIRO NETO, João. **Carlos Lacerda, um raio sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: Gryphus, 1998.

PINTO, Manuel da Costa. **As grandes entrevistas do milênio**. Rio de Janeiro: Globo, 2009.

SANTOS, Joel Rufino dos. **História política do futebol brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SANTOS, Ricardo Pinto dos. Futebol e racismo no Brasil. **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, v.439, p.131-148, 2008.

SANTOS, Ricardo Pinto dos. Tesões na consolidação do futebol nacional. In: PRIORE, Mary Del; MELO, Victor Andrade de Melo. (orgs.). **História do Esporte no Brasil: Do império aos dias atuais**. São Paulo: Unesp, 2009. p.179-212.

SEGAWA, Hugo. Arquitetura na Era Vargas: o avesso da unidade pretendida. In: PESSÔA, José; VASCONCELLOS, Eduardo; REIS, Elisabete; LOBO, Maria (orgs.). **Moderno e Nacional**. Niterói: EdUFF, 2006. p.83-99.

SEGAWA, Hugo. Rio de Janeiro, México e Caracas: Cidades Universitárias e Modernidades 1936-1942. **RUA – Revista de Arquitetura e Urbanismo**, Salvador, v.7, p.38-47, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

SILVA, Marcelino Rodrigues da. **Mil e uma noites de futebol**: o Brasil moderno de Mário Filho. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SOARES, Antonio Jorge Goncalves. Futebol brasileiro e sociedade: a interpretação culturalista de Gilberto Freyre. In: ALABARCES, Pablo (org.). **Futbologías: fútbol, identidade y violencia en América Latina. Clacso - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - Grupo de Trabalho**, Buenos Aires, v.1, p.145-162, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva**: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

TOGNON, Marcos. **Arquitetura italiana no Brasil**. A obra de Marcello Piacentini. Campinas: Unicamp, 1999.

VASCONCELLOS, Eduardo Mendes de. **Le Corbusier e Lúcio Costa, "le Maître" uma Troca entre Iguais**. In: 6º Docomomo, Brasil, 2005.

VIANNA, Hermano. **O Mistério do Samba**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Ed. UFRJ, 1995.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2016.

WERNECK VIANNA, Luiz Jorge. Estado Novo e a ampliação autoritária da República. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (org). **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República/FAPERJ, 2001. p.111-155.

WIEVIORKA, Michel, **Racismo e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

WISNIK, José Miguel. **Veneno remédio: o futebol e o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Sítios eletrônicos consultados:

<http://niemeyer.org.br/>

<http://www.jobim.org/lucio/>

<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

<https://pixinguinha.com.br/>

<https://www.camara.leg.br/>